

Mariella Camardelli Uzêda  
(Organizadora)

# O DESAFIO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:



alternativas viáveis para o Sul da Bahia

**O DESAFIO DA  
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:**  
alternativas viáveis para o Sul da Bahia

*Promoção:*

Universidade Estadual de Santa Cruz

*(Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais/ Colegiado de Agronomia)*

Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETead/ UFBA)

IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

*Apoio:*

SEBRAE

Ministério da Agricultura

Secretaria da Agricultura

CEPLAC

FETAG

Banco do Nordeste

EBDA

ADAB

"Esta publicação está sendo viabilizada pelo apoio do Escritório do Administrador Geral através do Departamento para América Latina e Caribe da Agência Americana para Desenvolvimento Internacional - USAID, sob os termos do Acordo de Cooperação Internacional no. 512-A-00-03-00026-00. As opiniões aqui expressas são de responsabilidade do(s) próprios autor(es) e não, necessariamente, refletem a visão da Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional".

Mariella Camardelli Uzêda  
(Organizadora)

# O DESAFIO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:

alternativas viáveis para o Sul da Bahia

*Comissão Organizadora do Seminário:*  
Mariella Camardelli Uzêda  
Roberis Silva  
George Andrade Sodré  
Maria Stela Bezerra da Silva

Apoio



FORD FOUNDATION



**IESB** Instituto de Estudos Sócioambientais  
do Sul da Bahia

---

**eais**  
Editora da UESC

© 2004 by MARIELLA CAMARDELLI UZÊDA

Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil

Tel.: (073) 680-5028 - Fax: (073) 689-1126

http://www.uesc.br/editora e-mail: editus@uesc.br

#### **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

#### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

#### **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

LOURICE HAGE SALUME LESSA - VICE-REITORA

#### **DIRETORA DA EDITUS**

MARIA LUIZA NORA

#### **PROJETO GRÁFICO E CAPA**

ALENCAR JÚNIOR

#### **FOTOS DA CAPA**

ARQUIVO IESB/ALMIRANTE CACAÚ

#### **CONSELHO EDITORIAL:**

ANTÔNIO ROBERTO DA PAIXÃO RIBEIRO

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

ERONILDA MARIA GÓIS DE CARVALHO

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

FRANCOLINO NETO

LINO ÁRNUFO VIEIRA CINTRA

MARIDALVA SOUZA PENTEADO

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

MARILEIDE SANTOS OLIVEIRA

PAULO DOS SANTOS TERRA

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

ROSANA LOPES

ROZEMERE CARDOSO DE SOUZA

#### **EQUIPE EDITUS**

**DIRETOR DE POLÍTICA EDITORIAL:** JORGE MORENO; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA;

**SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO:** MARIA SCHAUN; **COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** ADRIANO LEMOS; **DESIGN GRÁFICO:** ALENCAR JÚNIOR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441

O desafio da agricultura sustentável : alternativas viáveis para o sul da Bahia / Organizadora Mariella Camardelli Uzêda. — Ilhéus, Ba : Editus, 2004. 131p.

Trabalho desenvolvido a partir do seminário "O desafio da agricultura sustentável : alternativas viáveis para o Sul da Bahia, promovido pelo DCAA e Colegiado de Agronomia da UESC, com o Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETead/UFBA) e Instituto de Estudos Sócio- ambientais do Sul da Bahia.

Inclui bibliografia.

ISBN: 85-7455-079-5

1. Agricultura sustentável – Bahia. 2. Agroecologia.  
I. Uzêda, Mariella Camardelli.

CDD 363.7098142

Ficha catalográfica: Silvana Reis Cerqueira - CRB5/1122

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
---------------------------	---

<b>PREFÁCIO</b> .....	9
-----------------------	---

## **PARTE 1: ANTECEDENTES**

A atual conjuntura socioeconômica e ambiental da Região Sul e agricultura sustentável como uma alternativa concreta

<i>Gilberto Mascarenhas (CEPLAC)</i> .....	13
--	----

Dimensão socioambiental da agricultura sustentável

<i>João Carlos Canuto (EMBRAPA)</i> .....	33
---	----

Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento

<i>Maristela Simões do Carmo (FCA/ UNESP)</i> .....	51
---	----

## **PARTE 2: VERTENTES DE AÇÃO**

Agricultura Orgânica e Agroecologia na Bahia: atores e experiências

<i>Alicia Ruiz Olalde (UFBA) et all</i> .....	71
---	----

Organização comunitária como ferramenta para uma agricultura sustentável

<i>Marcelo Galassi de F. Paranhos (SASOP/ Camamu)</i> .....	97
---	----

Associativismo, sistemas agroflorestais e produção orgânica: uma estratégia para conservação e desenvolvimento no contexto rural da região cacauera da Bahia

<i>Joaquim Blanes Jordá Jr. (IESB) et all</i> .....	102
---	-----

## **PARTE 3: CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA**

O alimento orgânico como uma oportunidade de negócio e sua perspectiva de mercado

<i>Roberis Silva (CETEAD/ UFBA)</i> .....	115
---	-----

Agroecologia: nova forma de análise no resgate da diversidade

<i>Mariella Camardelli Uzêda (DCAA/ UESC; NDS/ IESUS)</i> .....	123
---	-----

## APRESENTAÇÃO

---

A agricultura sustentável é um conceito em construção, embora seja certa a existência de um conjunto de critérios a serem observados para sua melhor definição, como bem apontam os textos contidos nesta publicação *O Desafio da Agricultura Sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*, ora editada pela UESC em parceria com o IESB. Talvez, seja mais correto observar que a agricultura sustentável é um processo onde, de forma gradual e consistente, vamos modificando as práticas da agricultura convencional com a incorporação de outras que considerem não apenas a produção e a produtividade, mas toda a complexa diversidade de interações ambientais, sociais e econômicas definidoras da qualidade de vida das gerações atuais e futuras, sim, porque é fundamental incorporar o futuro em nossas preocupações atuais.

Diante deste contexto desafiante, o Sul da Bahia assume a posição de área prioritária para atuação, considerando sua importância para a conservação da Mata Atlântica, as características de uso e ocupação das terras e sua complexa malha de relações sociais, culturais e econômicas, sistematicamente caracterizadas nas estatísticas oficiais dos órgãos competentes, notadamente o IBGE e a Ceplac.

O IESB, atuando no Sul da Bahia há 10 anos, acredita que é possível a evolução para uma Agricultura Sustentável. As ações que nossos técnicos têm desenvolvido em campo, com o apoio importante de diversos parceiros, nos leva a perceber que este é um processo gradual e de longo prazo, envolvendo a complexidade de interações entre os aspectos ecológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Com frequência, estes aspectos concorrem entre si, e fazê-los complementares, em alguns momentos, pode não ser possível, mas isto deve significar uma oportunidade de avaliação para a adequação das formas de abordagem e não provocar um retrocesso.

Neste sentido, observamos cada vez mais a responsabilidade de todos os atores sociais na escolha de qual modelo devemos seguir, havendo a

necessidade de fortalecimento dos processos coletivos de tomada de decisão, a partir dos órgãos colegiados, fóruns de discussão e dos conselhos de meio ambiente e desenvolvimento, especialmente, dos locais e regionais. Da mesma forma, é importante o desenho de políticas públicas e instrumentos econômicos capazes de fortalecer as iniciativas de agricultura sustentável, como aqui demonstram os diversos autores.

Entendemos que o debate está aberto e esta publicação apresenta-se com o objetivo de contextualizar as mais diversas linhas de pensamento e atuação, esperando contribuir para a evolução das discussões e melhor definição das estratégias.

**Marcelo Araújo**  
Agrônomo, *M.Sc.*  
Secretário Executivo, IESB

## PREFÁCIO

---

Os produtores da Região Sul da Bahia têm vivenciado experiências frustrantes no que diz respeito à inexistência ou desconhecimento de alternativas de aplicabilidade imediata que apontem de forma promissora para o fim da atual crise. Isto se deve, em parte, à visão pouco avançada de alguns setores que ainda vislumbram no cacau a única grande solução para a região, o que implica em uma atitude recorrente sobre esta cultura como mola mestra para a economia regional.

A região acumula ainda uma grande responsabilidade no processo de conservação da Mata Atlântica, o que nos remete a soluções que impliquem em minimização dos impactos ambientais causados pela agricultura.

Nesse contexto, a agricultura sustentável se apresenta como uma alternativa, com a existência de inúmeras iniciativas de agricultura orgânica no país e na região que, através da certificação de produtos orgânicos, tem permitido a alguns produtores o alcance de melhores preços de mercado, além do início de uma conscientização sobre questões sociais e ambientais. Entretanto, acreditar no mercado como única via para a solução da agricultura pode representar uma ameaça de banalização da proposta de agricultura orgânica como uma alternativa mais rentável, porém, não mais sustentável, ou preocupada com a autonomia e com a reinserção do produtor.

A polêmica que se apresenta não é apenas acadêmica. Na realidade, refere-se a problemas sociais que vêm gerando exclusão, pobreza e perda de recursos. A informação apresentada nesta publicação possui dupla relevância por apresentar elementos teóricos sobre o tema das discussões desenvolvidas em todo o País, aliados aos elementos da dinâmica social regional, o que permite uma avaliação sólida do momento analisado. O presente trabalho é produto de discussões que se desenvolveram a partir do Seminário “O DESAFIO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA O SUL DA BAHIA”, promovido pelo Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais e pelo Colegiado de Agronomia da Universidade Estadual de

Santa Cruz, em parceria com o Centro Educacional de Tecnologia em Administração (CETead/ UFBA) e com o IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia com o objetivo contextualizar o histórico da agricultura da região cacaueteira do Estado da Bahia sob a ótica da agroecologia, permitindo uma melhor análise das alternativas sustentáveis que se apresentam.

**Mariella Camardelli Uzêda**

Eng<sup>a</sup> Agrônoma, *PhD*

Pesquisadora visitante, EMBRAPA/Solos

# **PARTE 1**

---

Antecedentes

# **A ATUAL CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL DA BAHIA E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL COMO UMA ALTERNATIVA CONCRETA\***

---

Gilberto Carlos Cerqueira Mascarenhas\*\*

## **1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: uma visão multidisciplinar**

A agricultura sustentável enquadra-se num referencial teórico mais amplo que é o do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, mostra-se adequada a definição da Agenda 21 Brasileira (2000), que considera agricultura sustentável como

um sistema produtivo de alimentos e fibras que garanta: a) a manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade; b) um mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; c) retornos adequados aos produtores; d) otimização da produção com um mínimo de insumos externos; e) satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; e f) atendimento das necessidades sociais das famílias e comunidades rurais.

Dessa forma, agricultura sustentável é a alternativa para a promoção do progresso e bem-estar no meio rural, garantindo melhores condições de vida para a população e a utilização racional e ambientalmente correta dos recursos renováveis e não-renováveis. Nos últimos anos, a integração da agricultura aos setores industrial e de serviços visando agregar valor aos produtos e atender às exigências crescentes dos consumidores, amplificou

---

\* As idéias discutidas neste artigo não representam, necessariamente, a posição da CEPLAC.

\*\* Engenheiro Agrônomo, M.Sc., pesquisador do Ministério da Agricultura/Ceplac/Centro de Pesquisas do Cacau e Professor Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz/Deptº de Ciências Econômicas. C. P. 7, 45.600-000 – Itabuna-BA. E-mail: mascaren@cepec.gov.br

o escopo dessa atividade para o âmbito dos complexos agroindustriais e do agronegócio. Dessa forma, segundo a Agenda 21 Brasileira (2000), torna-se mais apropriado discutir o desenvolvimento sustentável no âmbito de um “sistema agroalimentar-energético”, aí incluindo as dinâmicas de todos os agentes que participam do processo desde a produção até o consumo.

O desenvolvimento sustentável foi definido pelo Relatório Brundtland (citado por Goulet, 1997) como aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Entretanto, no mundo atual, as experiências em desenvolvimento sustentável dificilmente atendem a essa definição, principalmente ao se levar em conta a premissa de conservação dos recursos para as gerações futuras. Além disso, o desenvolvimento equitativo mostra-se de difícil consecução, tendo em vista as disparidades existentes entre os países, quando parte da população mundial adoece pelo excesso de consumo de alimentos e uma outra vive no limiar da miséria.

Segundo Goulet (1997), a obtenção do desenvolvimento sustentável passa pelo atendimento de dois pré-requisitos: proporcionar riqueza genuína e promover desenvolvimento autêntico. No primeiro caso, os componentes básicos são: o acesso de todos aos bens essenciais, a prática de um modo de produção não-alienador, o uso de bens para alcançar a riqueza espiritual - que realcem mais o ser que o ter das pessoas - e uma prioridade maior dada à riqueza pública, promotora do bem comum. Por desenvolvimento autêntico, entende-se que a sociedade deve proporcionar um nível ótimo de sustentação da vida, estima e liberdade. Logo, a depleção indiscriminada dos recursos que sustentam a vida e o uso de tecnologias que cerceiam liberdades humanas e reduzem os patamares de equidade constituem formas de desenvolvimento destrutivas. Assim, sustentabilidade deve ser vista como uma meta constante a ser garantida em três domínios: econômico, político e sociocultural. Essa meta deveria ser buscada através de um processo endógeno, decorrente da construção de uma “teia”<sup>1</sup> político-institucional envolvendo os

---

<sup>1</sup> Aqui o conceito de teia define melhor a natureza sistêmica e participativa dessas instituições do que o conceito de matriz político-institucional.

segmentos da sociedade interessados ou relacionados com a problemática.

Visto pelo âmbito econômico, o desenvolvimento sustentável não caberia nos modelos atuais que definem o produto nacional (Y) como resultante da combinação do trabalho (L), capital (K) e tecnologia (T). Essa função, segundo Binswanger (1997), deveria ser corrigida pela introdução das variáveis natureza (N) e qualidade do meio ambiente (Q). Dessa forma, as funções da economia e da política econômica não se limitariam à garantia do nível do produto, mas também à qualidade do ambiente natural e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população. Para atender a essas expectativas, a função do produto nacional, ao incorporar a dimensão sustentabilidade passaria de  $Y = f(L,K,T)$  para  $g(Y,Q) = f(L,K,T,N)$ .

A partir dessa proposta, o desenvolvimento sustentável deveria levar em conta o alcance das metas de manutenção da base econômica (uso ótimo e sustentável dos recursos renováveis e não-renováveis) e da base de qualidade de vida. Dada a finitude dos recursos não-renováveis e as restrições de tempo e espaço ao uso dos recursos renováveis no atendimento a uma demanda crescente, a solução, de acordo com Biswanger (op.cit.), não seria substituir recursos não-renováveis por renováveis e sim “reduzir o consumo de matéria e energia em geral”, seja elevando a eficiência do uso dos insumos ou mudando os padrões de consumo de bens e serviços.

No âmbito político, segundo Goulet (1997), o desenvolvimento sustentável teria como meta a extensão para todos da liberdade, dos direitos invioláveis, da segurança econômica e da confiança num sistema político que colocasse os interesses coletivos acima dos interesses particulares. No domínio sociocultural, a sustentabilidade decorreria do fortalecimento das instituições sociais e da vida e valores comunitários, evitando sua erosão por causas ligadas a uma pretensa racionalidade tecnológica.

O enfoque sistêmico e multidisciplinar dessa grade conceitual torna-se adequado à análise de sistemas produtivos, permitindo avaliar a sustentabilidade de atividades agrícolas e propor linhas de ação que possam redirecionar iniciativas nesse sentido. Sob essa ótica, este trabalho teve o

objetivo de avaliar alguns aspectos da produção agrícola da Região Sul da Bahia e propor, com base na atual configuração do setor, algumas opções de atividades potencialmente sustentáveis.

## **2 O setor agrícola regional visto pela ótica da sustentabilidade**

### 2.1 O eixo da monocultura do cacau

A cacauicultura no Sul da Bahia teve início no século XVIII e evoluiu ao longo dos séculos XIX e XX a ponto de tornar-se o principal sustentáculo da economia baiana e um importante produto na pauta das exportações brasileiras. A partir da década de 1960, incrementos significativos da produtividade do cacau na Bahia, decorrentes do trabalho desenvolvido pela CEPLAC e de uma conjuntura internacional de elevação de preços, na segunda metade da década de 1970, estimularam a expansão da fronteira do cacau na Bahia e em outras regiões brasileiras. Mesmo assim, a região Sul da Bahia contribuiu, nos últimos anos, com cerca de 80% da oferta brasileira.

A concentração da oferta de cacau nessa região oportunizou a criação de economias de aglomeração e uma rede de empresas e instituições voltadas para o cultivo, comercialização e industrialização parcial do cacau. Entretanto, no tocante à geração de valor adicionado, a cadeia produtiva do cacau no Sul da Bahia é incompleta, pois envolve apenas os elos da produção primária, comercialização de amêndoas e indústria moageira. A indústria chocolateira, elo que agrega mais valor ao produto, está situada nas regiões Sudeste e Sul do País.

Segundo Boisier (citado por Haddad, 1999), o desenvolvimento de uma região pressupõe seu crescimento econômico e depende de sua capacidade de organização social que está ligada a quatro fatores: a) aumento da autonomia de decisões; b) capacidade para reter e reinvestir os excedentes econômicos; c) crescente processo de inclusão social e d) um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema

regional. Considerando esses aspectos, a economia cacauceira no Sul da Bahia não foi capaz de dinamizar outros setores e atividades e promover o desenvolvimento econômico da região em bases sustentáveis. Essa deficiência tornou a região vulnerável a flutuações econômicas decorrentes de fatores endógenos e exógenos, característicos de uma monocultura. Endogenamente, adversidades climáticas, doenças e pragas, relações de troca negativas e, exogenamente, fatores ligados às flutuações de demanda e oferta, preços, barreiras comerciais, imperfeições de mercado e políticas macroeconômicas desfavoráveis, entre outros.

A partir desse quadro, a cacauicultura e, conseqüentemente, a região Sul da Bahia têm enfrentado diversas crises. Nos últimos anos, a queda dos preços do cacau, a ocorrência de estiagens e, mais recentemente, a incidência da vassoura-de-bruxa nos cacauais exerceram um profundo impacto negativo sobre o agronegócio cacau e a sociedade regional. No agronegócio, houve queda de produtividade e abandono de lavouras, descapitalização e endividamento dos cacauicultores, redução da oferta global, desemprego generalizado, êxodo rural, falências e concordatas em empresas comerciais e industriais, desabastecimento do parque moageiro e a importação de cacau. Além do crescimento do desemprego direto e indireto na cidade e no campo, houve um desaquecimento da economia regional e uma pressão maior sobre os recursos naturais, refletida no aumento de sua exploração de forma inseqüente e predatória.

Nos períodos que antecederam a crise dos anos 1990, o ecossistema cacauceiro sofreu os impactos decorrentes do pacote tecnológico baseado em insumos modernos, principalmente na aplicação maciça de agrotóxicos, como os inseticidas e os fungicidas cúpricos. A partir da década de 1980, houve uma sensível redução do uso desses produtos nas fazendas de cacau, decorrente de relações de troca desfavoráveis entre o preço do cacau e o desses insumos, bem como da redução da lucratividade geral da atividade cacauceira numa economia inflacionária. Segundo a Fundação CPE... (1993), no período 1981-1989, a área adubada reduziu-se de 25% para 10%, o combate às pragas, de 83% para 21%, e as aplicações de fungicidas cúpricos, de 36% para 5%. A partir de 1995, com o ressurgimento do controle químico da vassoura-de-bruxa através dos fungicidas cúpricos, as

vendas de sais de cobre na região voltaram a subir, tendo um incremento de 143% em relação ao ano de 1994 e de 42% em relação a 1995. No setor primário, a falta de uma infra-estrutura de monitoramento de resíduos não permitiu avaliar os impactos dos agrotóxicos sobre o homem e o ecossistema. Num dos raros estudos sobre o tema, Lima (1992), ao avaliar a contaminação por fungicidas cúpricos afirmou que "... a acumulação encontrada em vários compartimentos do ecossistema cacauzeiro, pode não ser apenas tóxica para as árvores e outros organismos, mas causar distúrbios de equilíbrio nutricional em árvores..."

Na área urbana, os efeitos de poluentes oriundos da atividade cacauzeira concentram-se no Distrito Industrial de Ilhéus, onde estão localizadas três das quatro indústrias moageiras de cacau da região. Esse distrito, que além das indústrias de cacau possui outras ligadas aos ramos alimentar, confecções, mineral e eletroeletrônica, não possui uma estação de tratamento de efluentes, os quais são lançados no rio Iguape. Os efluentes de laboratórios podem apresentar contaminantes perigosos. Dentre os produtos utilizados com potencial de geração de contaminantes estão o alfa-cloro-naftaleno, solvente orgânico, hidróxido de sódio, acn, éter de petróleo, acetano, heptano, tetrahidrofurano e tetracloro. Alguns desses efluentes são tratados, incinerados e outros são lançados na rede de esgotamento sanitário, através de sistemas de fossas sépticas/sumidouro. Dentre os resíduos, destacam-se os Classe I, como filtros de papel com acn, embalagens de inseticidas e raticidas. O processo de torrefação origina resíduos das Classes II e III, sendo que muitos deles são reciclados e aproveitados, como cascas de amêndoas, cinzas de caldeira, borra de gordura e embalagens. Quanto à carga de gases de combustão gerados pelas três indústrias, o Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA, 1996) verificou que estavam dentro dos limites estabelecidos.

## 2.2 A diversificação agroeconômica

A fragilidade da monocultura do cacau evidenciada pelas diversas crises regionais suscitou várias tentativas de diversificação da base agrícola da Região Sul da Bahia. Entretanto, à exceção do crescimento da pecuária

extensiva, o processo de diversificação agroeconômica não conseguiu atender a essa expectativa. Dentre os fatores restritivos ou limitantes, destacam-se os seguintes:

- a) relevo acidentado, tornando pouco competitivas atividades que em outras regiões têm menores custos (no curto prazo), em função da mecanização;
- b) alta umidade relativa do ar e chuvas bem distribuídas, implicando numa maior ocorrência de pragas e doenças; e grande potencial de erosão nas áreas de monocultivos, tornando elevados os custos de produção, pela aplicação mais intensiva de agrotóxicos e adubos;
- c) baixo nível de renda do mercado consumidor regional para a maioria dos produtos ofertados, implicando na necessidade de escoar a produção para outras regiões;
- d) padrões heterogêneos de qualidade dos produtos, falta de escala e de regularidade na produção, necessários para atender demandas dos mercados extra-regionais;
- e) baixos níveis de educação formal e de capacitação da mão-de-obra para fazer frente aos novos processos de produção característicos de agricultura de precisão;
- f) baixa capacitação gerencial e alta taxa de absenteísmo dos proprietários rurais, dificultando a implantação de esquemas de planejamento e administração eficientes e eficazes;
- g) tradicionalismo de uma cultura (o cacau) que possibilitava altos rendimentos sem maiores investimentos em tecnologia de produto e de processos;
- h) esperança na volta dos bons tempos do cacau, restando iniciativas de mudanças e de posicionamento empresarial mais agressivo em relação ao processo de diversificação;
- i) baixa disponibilidade de tecnologias adaptadas à situação regional para esses novos cultivos e atividades.

A partir desses obstáculos o processo de diversificação do setor primário regional foi muito incipiente. Tomando-se por base a Microrregião Geográfica Ilhéus-Itabuna, principal produtora de cacau, essa lavoura representava ainda em 1996 mais de 85% do valor bruto da produção agropecuária das lavouras permanentes e 80% do valor do conjunto de lavouras permanentes e temporárias (IBGE, 1997). Nos anos posteriores, essa realidade mudou apenas em função da redução do valor da produção de cacau, causada tanto pela queda brusca da oferta baiana, como pela redução dos preços do cacau. Entre 1990 e 1998, segundo o IBGE (2000), as lavouras permanentes que mais cresceram em área colhida foram cocoda-baía (134%), seringueira (127%), dendê (50%). Sabe-se que as lavouras de café (conilon) e as áreas de pastagem cresceram principalmente nos dois últimos anos, entretanto, não existem dados oficiais confiáveis sobre o incremento dessas áreas. O mesmo ocorre em relação aos dados referentes a lavouras temporárias, como mandioca, milho e feijão, que cresceram nos últimos anos, mas os dados são imprecisos.

O que se depreende da *performance* de crescimento do setor agrícola regional é que, à exceção da evolução da área de coco-da-baía, café e algumas frutíferas, (principalmente para aproveitamento de polpa), não houve um crescimento significativo da atividade de diversificação. O que a região experimentou foi um recuo, um desaquecimento da atividade agrícola.

A inexistência de novas opções rentáveis a curto prazo, o elevado índice de endividamento e descapitalização dos cacauicultores, o baixo nível de renda regional e o desemprego em massa causado pela crise do cacau passaram a pressionar a base de recursos naturais da região, visando a obtenção de rendas para subsistência ou a manutenção de uma estrutura mínima nos imóveis cacauzeiros. A migração do setor primário em direção a outras atividades mostrou-se desordenada e sem rumo, voltando-se para a exploração indiscriminada, depredação oportunista dos recursos naturais e a degradação ambiental (Mascarenhas e outros, 2000). Alguns dos efeitos mais visíveis dessa realidade são descritos a seguir:

*Desmatamento* – Com a crise do cacau, além do abandono de muitas lavouras, vem ocorrendo a derrubada da vegetação primária e

secundária e de árvores de sombra nos cacauais para a venda da madeira. Trevizan & Silva Junior (1996) detectaram, em importantes municípios produtores da região, a derrubada dessa vegetação em relevos com mais de 50% de declividade para introdução de pastagens em regime extensivo. O corte da vegetação de Mata Atlântica, a cabruca, as essências arbóreas que sombreiam o cacau ou a vegetação secundária têm contribuído para a redução da biodiversidade regional, uma das mais ricas do planeta.

*Assoreamento e contaminação de bacias hidrográficas*— Segundo Moreau (1996), o volume dos rios tem diminuído significativamente, havendo também o desaparecimento de muitos dos seus afluentes. Esses problemas seriam decorrentes tanto da má distribuição das chuvas nos últimos anos, como também do desmatamento das nascentes, das queimadas e da pressão populacional urbana, com o despejo de dejetos e resíduos diversos. Nascimento e outros (1996) verificaram que, na região de Camacan, uma das mais afetadas pela vassoura-de-bruxa, três bacias hidrográficas vêm sofrendo os efeitos da devastação da mata. Na bacia do Rio Pardo, a retirada das matas ciliares tem desencadeado processos erosivos com grande deposição de carga sólida dentro dos canais fluviais. Na bacia do rio Una, a presença da mata e a existência de cacauais consorciados com seringueira e em cabruca evitaram maiores danos aos canais da bacia. Na bacia do rio Colônia, onde o cacau vem sendo substituído por pastagem, modifica-se o regime de escoamento das vertentes e o escoamento difuso torna-se torrencial, comprometendo as camadas superficiais do solo que são arrastadas pela água.

*Degradação dos manguezais* — Os manguezais situados na zona litorânea da região são ecossistemas que possuem grande importância socioeconômica e ambiental. O elevado desemprego na cacauicultura, em função da crise, resultou em forte pressão populacional de migrantes do setor agrícola que se dirigiram às principais cidades da região. Na cidade de Ilhéus, os manguezais vêm passando por um intenso processo de degradação ecológica devido a cortes, aterros e à poluição orgânica e química. No Distrito Industrial de Ilhéus, o aparecimento de novas indústrias vem se tornando uma ameaça aos manguezais e à pesca, haja vista a inexistência de uma infraestrutura adequada, com sistemas de coleta e tratamento dos

efluentes industriais, os quais são lançados diretamente nos rios próximos ou nos manguezais (CRA, 1996).

Após considerar os aspectos econômicos e ambientais da nova configuração do setor agropecuário da região Ilhéus-Itabuna, torna-se importante tecer alguns comentários sobre os aspectos sociais que impulsionam e ao mesmo tempo são reflexos desse quadro. Segundo Trevizan (1999),

a dimensão social de sustentabilidade de um sistema é dada pela capacidade dos atores sociais em reproduzirem eficazmente o sistema, isto é, sem que se degradem os recursos nele empregados. Três fatores são essenciais para se dimensionar tal capacidade: as habilidades ou nível de informação de domínio dos atores relacionadas ao processo produtivo, as condições físicas e psíquicas desses mesmos atores das quais depende o processo produtivo, e a eficácia no modelo em vigor de gestão do processo produtivo.

Com relação ao primeiro fator, Trevizan verificou um elevado índice de analfabetismo na região, principalmente no meio rural, onde em média 59% da população acima de 15 anos são analfabetos. Os dados da contagem da população em 1996 revelaram que o percentual de habitantes com menos de quatro anos de escolaridade e analfabetos atingia 66% da população urbana e elevava-se para 90% no meio rural (IBGE, 1997). Esses dados indicam potenciais de deficiências no desenvolvimento de habilidades em contextos tecnológicos mais complexos e uma baixa capacidade no uso e aplicação da informação.

No tocante às condições de vida da população, Trevizan encontrou elevadas taxas de mortalidade infantil, muito superiores à média nacional. Considerando o fator gestão, esse autor verificou um alto índice de absenteísmo, onde apenas 41% dos proprietários visitavam seus imóveis quinzenalmente, sendo que em grande parte das fazendas era baixo o nível de educação formal dos administradores.

Verifica-se, portanto, que a Região necessita buscar outros modelos de atividades agrícolas, no sentido de propiciar alternativas de desenvolvimento sustentável para a sua população. Algumas dessas opções serão discutidas a seguir.

### 3 Opções de atividades potencialmente sustentáveis para a região

#### 3.1 O sistema cacau-cabruca e outros sistemas agroflorestais

Segundo FERNANDES (1994), a agrossilvicultura é uma alternativa promissora para as propriedades rurais do Terceiro Mundo, pois, pela integração da floresta com culturas agrícolas ou com a pecuária oferece uma alternativa para enfrentar os problemas crônicos de baixa produtividade, de escassez de alimentos e de degradação ambiental generalizada. Dessa forma, o empresário agrícola e o pecuarista beneficiam-se dos sistemas agroflorestais porque esses sistemas, além de proverem condições ambientais mais propícias para suas lavouras e criações, garantem um suprimento de madeira ou energia para uso próprio ou para o comércio (SCHREINER, 1994).

Na maioria das vezes, os sistemas agroflorestais são adotados pelos pequenos produtores, tendo em vista a característica desses agricultores de incentivar uma grande diversidade de cultivos, não só de uma região para outra, como dentro da mesma área. De acordo com resultados já proporcionados pela pesquisa agropecuária, esses sistemas podem alcançar bons níveis de sustentabilidade nos seguintes aspectos:

*agronômico*, pela redução de riscos de pragas e doenças e melhor ciclagem de nutrientes; *econômico*, pela diversificação das fontes de renda; *social*, conseqüente da diversificação de mercados e serviços; e *ecológico*, através da melhoria no balanço hidrológico, conservação do solo e condições para micro e macro faunas e floras (SCHREINER, 1994).

O cacau no Sul da Bahia localiza-se numa região de relevo acidentado, numa faixa litorânea com uma largura média de 60 km, correspondendo ao trecho baiano da reserva da Biosfera da Mata Atlântica. É uma região caracterizada por remanescentes da Mata Atlântica original, com elevado índice de biodiversidade e *habitat* de muitas espécies em extinção. Nesse ecossistema, o cacau foi originalmente implantado sob a Mata Atlântica, de onde foi retirado apenas o primeiro substrato da vegetação, caracterizando o

sistema denominado de cabruca. A cabruca representa mais de 50% dos 600 mil hectares de cacau implantados na região Sul da Bahia e constitui-se um sistema com características preservacionistas, servindo de *habitat* para muitas espécies e funcionando como corredor natural entre trechos da mata original. O restante da área de cacau existente foi implantado sob derruba total. Entretanto, dada a sua característica de ser sombreada com árvores nativas e exógenas, constitui, juntamente com a cabruca, sistema agroflorestal mais sustentável do que outras opções agrícolas existentes na região, dentre elas os cultivos anuais e a pecuária extensiva. Segundo Lobão & Setenta (1999), a cacauicultura, ao longo dos anos, mostrou ser a forma de agricultura tropical que melhor compatibilizou o desenvolvimento com a conservação ambiental, ou seja, proporcionou um desenvolvimento sustentável, seja através de cacauzeiros implantados sob sombreamento homogêneo (*Erythrina spp.*) ou, principalmente, através do cacau implantado em cabruca.

Atualmente, no novo paradigma de baixos preços do cacau, de incidência da praga vassoura-de-bruxa e de necessidade de geração de renda nos imóveis cacauzeiros, tal sistema deve ser aperfeiçoado para fazer frente a essa realidade. Considerando as demais áreas de cacau que não constituem o sistema cacau-cabruca, verifica-se que a maioria constitui sistemas agroflorestais simplificados, já que na implantação dessas áreas foram plantadas diversas essências florestais (principalmente leguminosas como a *Erythrina*) para o sombreamento definitivo.

A busca da sustentabilidade dos sistemas agroflorestais que envolvem o cacau no Sul da Bahia deve passar por duas etapas:

1. levantamento da situação de cada imóvel em termos de uso e vocação dos solos, e posterior fase de planejamento e execução envolvendo
2. a complexificação e o enriquecimento desses sistemas através de iniciativas como:
  - (a) renovação e adensamento dos cacauais sob cabruca e em áreas implantadas com derruba total, utilizando-se material mais produtivo e tolerante à vassoura-de-bruxa, seja obtido por seleção massal *in*

- loco* ou fornecido pela CEPLAC ou por outros produtores;
- (b) enriquecimento dos sistemas com plantio de culturas intercalares de ciclo curto ou longo, agrícolas ou florestais;
  - (c) geração de renda complementar através de atividades de pequeno porte mas de grande intensidade econômica, como o cultivo de flores tropicais, apicultura e plantas medicinais.

Esse trabalho também deve ser realizado nos demais sistemas agroflorestais existentes, principalmente nos consórcios envolvendo seringueira, dendê e coco-da-baía. Novos desenhos de sistemas agroflorestais devem ser implementados visando à ocupação de áreas degradadas ou sem utilização racional sustentável.

No âmbito dessa proposta, os sistemas agroflorestais passam a constituir o modelo básico para o setor agrícola regional. Entretanto, não se pode ignorar que grande parte da agricultura regional é exercitada no sistema de monocultivos, sendo que parte dessas áreas, num cenário futuro, poderá migrar para a cacauicultura de precisão. Para esse contexto, recomenda-se um processo gradativo de conversão aos SAFs ou, na hipótese de que isso não venha a ocorrer, um monitoramento ambiental dessas atividades e limitação das oportunidades de acesso a crédito ou outras vantagens de cunho governamental, nos casos em que a atividade se caracterize como potencialmente impactante ao meio ambiente.

### 3.2 Uso múltiplo da propriedade cacauieira

O uso integral da propriedade, alicerçado em estudos de viabilidade de opções de verticalização e horizontalização das atividades, é um pré-requisito essencial no sentido de criar competitividade em bases sustentáveis.

A transformação da propriedade deve, entretanto, passar por várias etapas; ela é precedida por um processo de planejamento estratégico e de capacitação gerencial visando uma administração eficiente

e eficaz voltada para a redução de custos (sistemas ABC<sup>2</sup>), maximização de receitas, minimização de impactos ambientais, economia de energia, redistribuição de lucros, garantia de melhores condições de vida aos trabalhadores e uma oferta estável de produtos direcionados ao atendimento de demandas específicas do mercado (*demand driven*) (Mascarenhas, 1997).

Nesse caso, cada imóvel deve ter um tratamento diferenciado, considerando seu estoque de recursos, suas limitações (restrições), os aspectos ambientais (capacidade de uso do solo) e a qualidade da mão-de-obra.

No âmbito da verticalização da atividade, devem ser considerados: a) os insumos utilizados (produção própria ou adquiridos, formas de aquisição coletiva ou individual, *just-in-time* rural); b) os derivados da atividade econômica principal (por exemplo, industrialização da polpa do cacau e de outras frutas); c) o destino a ser dado aos resíduos do processo produtivo (a utilização de cascas de cacau na compostagem, o destino das embalagens de eventuais agroquímicos etc.); e d) as formas de agregação de valor ao produto principal (como a industrialização de amêndoas em base coletiva para atender aos mercados locais e regionais).

Em termos de horizontalização da produção agrícola, dentre as formas que poderiam ser adotadas estão:

- \* obtenção de economias de escopo e uma maior estabilidade de renda através de cultivos de multi-produtos (sistemas agroflorestais);
- \* obtenção de economias de escopo via utilização de produtos complementares, com a integração de atividades como a pecuária/compostagem, suinocultura/criação de peixes, entre outras;
- \* atendimento a novos nichos do mercado que permitam a intensificação de rendas como a agricultura orgânica, produtos com certificados e selos de origem e de qualidade regional, e o turismo rural.

---

<sup>2</sup> Activity Based Costs

### 3.3 Agricultura orgânica

A agricultura orgânica constitui um excelente nicho de mercado para a pequena produção baseada em sistemas agroflorestais ou em outras formas de arranjos sustentáveis. Os produtos orgânicos obtêm, no chamado “mercado justo” (*eco-trading, fair-trading*), um preço superior ao obtido pelos produtos convencionais, alcançando, algumas vezes, o dobro do obtido pelos produtos convencionais. A oferta de produtos orgânicos, nos últimos anos, vem sendo realizada de forma incipiente na região. O volume de produtos ofertados ainda é pequeno, já que os agricultores interessados nesse mercado necessitam passar por um processo de certificação que exige a conversão de todo o imóvel ao sistema orgânico.

À medida que o mercado para esses produtos vem se abrindo nos últimos anos, sua pequena oferta frente a uma demanda crescente e ávida tem oportunizado altos níveis de preços se comparados com os produtos convencionais. As perspectivas de saturação desse mercado ainda são desconhecidas. Sabe-se que os principais consumidores estão localizados em países ou regiões de renda elevada e há uma tendência de incremento desse mercado em função das preocupações com a saúde, com a equidade e com as questões ambientais. Nos mercados de países desenvolvidos esses produtos ocupam espaço nas redes especializadas de varejo, ao lado de produtos considerados de alta qualidade (*world class products*). A demanda por produtos exóticos (na visão dos importadores) é uma tendência que tem crescido, nos últimos anos, nos mercados de alta renda.

No âmbito da Região Sul da Bahia, há a necessidade de certificação de um maior número de produtores no intuito de obtenção de uma escala mínima de oferta com a regularidade e os requisitos exigidos pelo mercado. Algumas empresas chocolateiras já manifestaram interesse em adquirir a produção local de cacau orgânico e alguns produtores pioneiros já fizeram exportações de lotes do produto certificado.

Para a mudança de processos de produção convencionais para processos orgânicos, algumas das principais dificuldades encontradas

pelos produtores são: a) a escassez de conhecimento em algumas áreas (principalmente controle de pragas e doenças, adubação, desenhos de SAFs), havendo a necessidade de geração de tecnologias específicas, tendo como limitação o reduzido número de instituições de pesquisa que se voltam para essa finalidade; b) o custo da certificação e o tempo necessário para a conversão do imóvel rural à categoria de empresa orgânica; c) o imediatismo, a descapitalização e a necessidade de arcar com maiores custos por alguns anos; d) a profunda mudança de mentalidade que o processo demanda; e) a necessidade de mudanças nas relações de trabalho proporcionando condições de vida dignas aos trabalhadores e às suas famílias.

No âmbito do mercado restam algumas indefinições, como o nível de estabilização dos preços, o tamanho desse mercado, as estratégias comerciais dos importadores e as barreiras comerciais que podem ser criadas a partir de determinado volume de produto transacionado. A partir dessas incertezas nos processos de produção orgânica o agricultor deve buscar constantemente a eficiência, seja elevando sua produtividade ou reduzindo custos, já que é mais seguro trabalhar com uma expectativa de preço de, no máximo, o equivalente ao custo marginal do produtor orgânico mais eficiente.

### 3.4 Turismo rural

O turismo é a atividade econômica que mais cresce no mundo. A região Sul da Bahia compreende uma das zonas mais privilegiadas em recursos e belezas naturais e em história, já possuindo uma atividade turística considerável. O nicho do turismo rural é fortalecido pela beleza da Mata Atlântica e sua biodiversidade e pelas histórias e lendas regionais, divulgadas no Brasil e no Mundo através da televisão e dos livros de Jorge Amado e de outros autores.

Esse potencial poderá ser utilizado economicamente para gerar renda no meio rural, através de um processo de organização de roteiros, trilhas, passeios, hotelaria, entre outros.

### 3.5 Conservação da Mata Atlântica

Os remanescentes da Mata Atlântica regional compõem uma externalidade positiva de elevado valor para a manutenção da qualidade de vida e para a conservação da biodiversidade. Na atual conjuntura de crise econômica da região, a pressão antrópica sobre esse ecossistema é elevada. Dessa forma, torna-se necessário repassar aos proprietários dessas áreas incentivos para que continuem a conservar esse patrimônio. Dentre as possíveis formas de remuneração poderiam ser estudadas, além da isenção do ITR, a) o imposto negativo (ICMS verde); b) financiamentos nacionais e internacionais a baixo custo para o desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis nas zonas-tampão (*buffer zones*) e nas áreas da fazenda que já são cultivadas; c) repasse de receitas internacionais referentes ao seqüestro de carbono (principalmente para as zonas-tampão e plantios em áreas degradadas); d) repasse de receitas de origem nacional destinadas a manter a biodiversidade e a biosegurança dessas áreas; e) arrendamento de partes da Mata Atlântica dos imóveis, visando complementar créditos em termos de reserva legal para outros proprietários.

No momento, são poucas as opções disponíveis para a remuneração dos proprietários de trechos de Mata Atlântica e algo deve ser pensado e implementado nesse sentido, tendo em vista o valor econômico e ecológico dessas áreas como externalidade positiva e considerando que não se pode contar apenas com a consciência conservacionista, principalmente em regiões caracterizadas por crises econômicas e sociais.

## 4 CONCLUSÕES

A cacauicultura na região Sul da Bahia, principalmente as áreas de cacau sob mata raleada (cabruca), constitui uma das opções agrícolas mais sustentáveis para o perfil edafo-climático e para o ecossistema onde está inserida. Em termos socioeconômicos, sendo uma atividade intensiva em mão-de-obra, contribui para a geração de empregos, fixando o homem ao meio rural. Entretanto, a sustentabilidade da cacauicultura no Sul da

Bahia demanda a necessidade de se promover a recuperação da lavoura e readequar a estrutura produtiva do setor primário regional no sentido de dotá-lo de uma maior diversificação agroeconômica e social. Para isso, as ações devem ser desenvolvidas em dois vetores: intensificar o processo de diversificação do setor primário e recuperação e fortalecimento da produção de cacau. No primeiro caso, deve-se estimular o atual processo de diversificação complementar do cacau em bases sustentáveis, visando atender aos mercados de produtos *in natura* e agroindustriais. No caso do cacau, as novas tecnologias voltadas para a elevação da produtividade com material genético mais tolerante à vassoura-de-bruxa e adensamento de áreas deveriam se tornar acessíveis a todos os produtores.

Segundo Trevizan (1999), não obstante os efeitos sociais e ambientais benéficos do sistema cacau, em determinados períodos os indicadores sociais representam, talvez, os aspectos mais frágeis para a sustentabilidade do sistema. Para esse autor, a baixa qualificação dos atores envolvidos no processo compromete a reprodução do sistema com qualidade e representa um risco à utilização racional dos recursos naturais que sustentam a atividade primária. Medidas teriam que ser programadas no sentido de provocar mudanças na qualidade da força de trabalho em termos de educação e saúde e estimular mudanças nas relações de trabalho, abandonando o sistema de gestão absenteísta com mão de obra assalariada para formas de cooperação mais modernas e equitativas, o que a médio e a longo prazos garantiriam uma maior sustentabilidade da cacauicultura regional.

A partir dessas constatações, percebe-se que a sociedade regional necessita organizar-se formando uma “teia institucional” envolvendo ONGs, governo, produtores, bancos, instituições de pesquisa e extensão, universidades, trabalhadores rurais, empresários e demais agentes atuantes no setor agrícola regional, com o intuito de viabilizar as mudanças necessárias no atual modelo de agricultura, em prol do desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 brasileira – bases para a discussão. Brasília : MMA/PNUD, 2000, 196 p.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In CAVALCANTI, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo : Cortez, 1997, p. 41-55.

CENSO agropecuário 1985 - Bahia. Rio de Janeiro : IBGE, 1991, 848 p.

CRA. *Diagnóstico ambiental do distrito industrial de Ilhéus*. Salvador, 1996, 123 p.

FERNANDES, E. N. *Sistema especialista para planejamento e desenho de sistemas agroflorestais em duas macrorregiões do Estado de Minas Gerais*. Viçosa : UFV, 1994, 82 p. Tese de Mestrado (Ciência Florestal).

FUNDAÇÃO CPE. *A modernização do agribusiness cacau*. Salvador : Governo do Estado da Bahia, 1993, 180 p.

GOULET, D. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In CAVALCANTI, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo : Cortez, 1997, p. 72-82.

HADDAD, Paulo R. (org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília : CNPq, 1999, 265 p.

IBGE. *Contagem da população*. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, J. S. *Distribution and accumulation of copper as cupric fungicide residue in a cocoa agrarian ecosystem in Bahia/Brazil*. Kassel : University of Kassel, 1992, 210 p.

LOBÃO, D. E. e SETENTA, W. C. *Cacau-cabruca: histórico e caracterização de um sistema agroflorestal de comprovada eficiência*. Itabuna : ICC, 1999, (no prelo).

MASCARENHAS, G. C. C. et al. O cluster do cacau no Sul da Bahia. In HADDAD, P. R. *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters*. Brasília : CNPq, 1999, 265 p.

MASCARENHAS, G. C. C. *Viabilidade mercadológica e financeira da produção de banana na região Ilhéus-Itabuna*. Viçosa : UFV, 1997, 220 p. Dissertação de mestrado.

MOREAU, A. C. *Esvaziamento dos rios da Região Cacaueira da Bahia*. Ilhéus: UESC, 1996, 14 p. mimeo.

NASCIMENTO, J. C. N. et al. *Diagnóstico ambiental da Região Cacaueira: Camacan*. Ilhéus: CEPLAC/CRA/GRAMA/IBAMA, 1996, 90 p.

SCHREINER, H. G. *Pesquisa em agrossilvicultura no Sul do Brasil: resultados, perspectivas e problemas*. CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1., v. 2. Porto Velho. Anais...Colombo: EMBRAPA-CNPq. 1994, pp. 387-398. 496 p.

TREVIZAN, S. D. P. e SILVA JUNIOR, M. F. da. *Socio-economic and environmental impacts from a cocoa disease in Bahia, Brazil*. Ilhéus: CEPLAC, 1996, 15 p.

TREVIZAN, S. D. P. *Relatório de pesquisa*. Ilhéus: CEPLAC, 2000. Pesquisa em andamento.

# DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

---

João Carlos Canuto\*

## 1 Introdução

A economia cacauera do Sul da Bahia gerou em torno de si uma verdadeira cultura econômica com concentração da riqueza e exclusão social; ainda assim a economia agrária da região vinha tendo uma sustentabilidade econômica baseada na competitividade, que conferia ao cacau preços internacionais atrativos. No entanto, no momento em que essa agricultura empresarial passa por crises, desestrutura-se todo um tecido social e a região sofre um forte impacto.

A falta de alternativas que pudessem ter sido historicamente construídas, ou seja, a reduzida diversidade de opções para o campo, na falta do cacau, provoca uma crise de dimensão socioambiental. Isso fica claro quando vemos o problema dos preços somar-se à ocorrência da “vassoura de bruxa”. Entre as consequências desse duplo colapso estão a migração, o subemprego e o desemprego e a opção agrícola pela pecuária extensiva com baixos índices de ocupação, o reduzido desfrute anual com impactos ambientais ampliados.

Uma economia agrícola não pode estar centrada em um ou em poucos produtos, por razões socioeconômicas e ecológicas: socioeconômicas porque crises decorrentes da competitividade internacional alteram enormemente as possibilidades comerciais de um produto e também colocam em risco a segurança alimentar e ecológica da região. E ecológicas, porque os sistemas simplificados inerentes ao cultivo em grande escala são muito

---

\* Pesquisador da Embrapa, Doutor em Agroecologia. E-mail: joaocanuto@terra.com.br.

mais suscetíveis a problemas fitossanitários, como explosões de pragas ou doenças.

Pensar alternativas sustentáveis para esse contexto passa certamente por *alguma* diversificação e pelo desenho de sistemas agrícolas *mais sustentáveis* do ponto de vista ecológico. A agricultura orgânica, nessa linha, poderá representar uma opção real, mas não exclusiva. Para a reabilitação da região urge estabelecer estratégias de transição agroecológica que incluam os agricultores pobres e que proponham uma gestão diferente dos recursos naturais. Processos de certificação devem resultar em opções de geração de renda para os pequenos e não em obstáculo à sua entrada no mercado. Sistemas agroecológicos podem ter nos produtos limpos uma opção econômica, além de promover a regeneração da degradação provocada pelos sistemas de monocultivo e gerar serviços ambientais. Podem transformar um meio rural vazio — de pessoas, biodiversidade e cultura - em um meio rural vivo.

## **2 Desenvolvimento sustentável**

A noção de desenvolvimento sustentável tem sido apropriada pelos mais distintos atores sociais que, a seu modo, o interpretam e buscam legitimá-lo no contexto de seus interesses. O desenvolvimento sustentável é uma concepção em disputa; podemos falar em conceitos e não em conceito. Nesse sentido, transformou-se em uma panacéia, em uma idéia imprecisa, pouco operacional.

A racionalidade econômica imperante, ao tomar o meio ambiente como substrato inesgotável, põe em risco a própria sobrevivência humana na Terra. A agricultura é hoje uma das principais fontes de degradação ambiental, dentro e fora do meio rural. O mesmo modelo que causa a concentração da propriedade e do poder e produz a exclusão social também gera impactos ambientais de monta. A isso denominamos questão socioambiental. A questão socioambiental pode ser traduzida pela irrupção de um conjunto de problemas sociais e ambientais imbricados e decorrentes da mesma lógica econômica extratora.

## 2.1 Economia e meio ambiente

Quanto à banalização do conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se colocar alguns parâmetros gerais menos políticos e mais físicos ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Fisicamente*, isto é, pelas leis da termodinâmica (Georgescu-Roegen, 1971), o sistema ecológico chamado planeta Terra tem uma determinada capacidade de suporte da atividade humana, enquanto consumidora de recursos e produtora de rejeitos e poluição. O organismo Terra tem uma capacidade de regeneração importante, porém limitada. Os limites naturais do crescimento econômico extrator começam a ficar claros hoje. O custo da regeneração *adicional* (aquela que deve ser desenvolvida e aplicada pelo homem em forma de conhecimento, tecnologia e gestão) tende a ser maior que o do uso sustentável da matéria e energia. Há também o problema da irreversibilidade de certos impactos ambientais, questão que não pode sequer ser avaliada do ponto de vista monetário. A crescente entropia provocada pelo modelo de crescimento desenfreado indica a exaustão dos recursos não renováveis, a poluição atmosférica, a redução da camada de ozônio, o aquecimento global, e a perda da biodiversidade. Muitos dos limites naturais já foram ultrapassados e têm reduzido as condições de vida atual e comprometido o futuro.

A entropia provocada nesse ritmo de exploração da base natural supera a capacidade de auto-regeneração dos ecossistemas. A solução preferencial para tal entrave econômico tem sido a aposta no chamado capital humano para substituir o capital natural, ou seja, gerar mais tecnologia para restaurar os processos entrópicos. Esse otimismo tecnológico que acredita que a cada novo impacto desenvolveremos uma nova solução não leva em conta que a entropia tende a uma expansão geométrica. Dado que a reciclagem nunca poderá constituir um circuito fechado de energia e materiais, pois há perdas muito importantes, a sustentabilidade só pode ser mantida quando se estabelece uma reserva técnica no sentido de conservar a atividade do homem em níveis abaixo da capacidade regenerativa dos ecossistemas. Caso contrário estaremos tratando de uma sustentabilidade de curto prazo, a qual poderíamos classificar de sustentabilidade frágil (Daly, 1991).

A sustentabilidade forte ou de longo prazo deve considerar o princípio da precaução e assumir que muitas das externalidades nem mesmo podem ser bem conhecidas ou mensuradas (Martinez Alier, 1992).

## 2.2 Ecologização

A popularização da questão ambiental induziu a um leque variado de respostas. De modo geral, houve um *boom* ecológico, como resposta difusa à crise socioambiental. Está francamente admitido, pelo menos ao nível dos discursos, que a sustentabilidade reúne as dimensões ecológica, sociocultural e econômica. A questão reside, justamente, na dimensão técnico-ambiental, quando esta toma uma posição central colocando o problema social como variável de baixa hierarquia nas discussões sobre sustentabilidade.

Se, por um lado, o que predomina é uma ecologização da retórica (Canuto, 1994), por outro, constata-se algumas práticas de incorporação seletiva da dimensão ambiental. Isso se dá quando, em algum momento, a degradação de um recurso prontamente produtivo põe em risco a continuidade da exploração econômica. Um exemplo agrícola pode ser o das práticas de conservação do solo, animadas muito mais pela tendência à baixa de rendimentos do que por alguma espécie de consciência ecológica.

Poucas são as experiências que fogem do comportamento ecotecnoburocrático. O desenvolvimento de sistemas agroecológicos para a agricultura familiar tem sido a referência principal para ir além da ecologização apenas discursiva ou das práticas ecológicas isoladas aplicadas a sistemas convencionais de monocultivo, buscando dar uma resposta de corte socioambiental à crise da agricultura, da economia e da civilização.

## **3 Construção histórica do conceito de agricultura sustentável**

A agricultura somente passou a sofrer uma crítica mais severa do ponto de vista ecológico com o avanço do processo de modernização, dado que seus impactos eram cada vez mais evidentes. O incremento de danos

como a erosão dos solos e a contaminação provocada pelos pesticidas agrícolas adquiriu, nas décadas de 1970 e de 1980, grande visibilidade política, criando as condições para o surgimento e desenvolvimento de um movimento pela agricultura alternativa.

Desde a década de 1970 foram desenvolvidas muitas experiências de agricultura sustentável. Inicialmente eram iniciativas isoladas, geralmente de agricultores inovadores não organizados coletivamente. Nos anos 1980 aconteceram os históricos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa—EBAAs, que foram acompanhados de um sem-número de projetos de produção e do desenvolvimento de algumas estruturas de organização coletiva dos agricultores ecológicos. Destacam-se nesse panorama organizações como a FAEAB (Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil), as Associações Estaduais de Engenheiros Agrônomos e a FASE (Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional) com seu já muito conhecido PTA (Projeto de Tecnologias Alternativas). A segunda metade dos anos 1980 e o início dos 1990 constituíram-se mais notadamente como a fase das chamadas atitudes propositivas. Nesse período começou um verdadeiro *boom* da agricultura sustentável, tanto do ponto de vista organizativo como do técnico e da participação nos mercados especializados.

A noção de agricultura sustentável - que é uma abstração - busca abarcar todos os sistemas nos quais haja uma clara inversão do sentido *ecológico* da agricultura convencional: desde uma visão de otimização dos rendimentos físicos à custa do uso intensivo dos recursos naturais e do aporte de energia e materiais externos, até a construção de sistemas de mínima entropia. Ou seja, desde a adequação do meio à produção, até a integração da produção ao meio. Esse princípio exclui da classificação de sustentável os monocultivos ecologizados, dado que não promovem a referida inversão ecológica ao conservar toda a sua lógica convencional e incluir tão somente técnicas ecológicas pontuais, como um insumo biológico ou uma prática de conservação do solo ou de controle biológico de pragas.

De todo modo, as agriculturas sustentáveis não podem ser identificadas como sistemas não-entrópicos, já que praticamente todos os sistemas agrícolas são intervenções humanas que provocam mudanças no meio

ambiente. Os sistemas agrícolas estão sempre situados em um ponto entre dois extremos – os sistemas simplificados de monocultivo e os sistemas naturais. Os estilos de agricultura sustentável não pertencem a nenhum desses extremos, ainda que se orientem pelos últimos. Esse argumento permite entender a agricultura sustentável como um espaço variado que compreende distintos graus de incorporação de fundamentos ecológicos (por exemplo, vários níveis de complexidade). Também pode ser considerada como um momento dentro da perspectiva temporal dos processos de transição agroecológica.

A formulação histórica do conceito de agricultura sustentável constitui uma convergência entre a negação e a afirmação: desconstrução das concepções e práticas da agricultura convencional e construção do sentido *ecológico* imprescindível à agricultura sustentável. O acúmulo de críticas ao modelo de modernização possibilitou a evolução para um momento de inflexão, onde as propostas para sua superação deram forma a diversas expressões de agricultura sustentável.

O conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das conseqüências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração e a distribuição de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social.

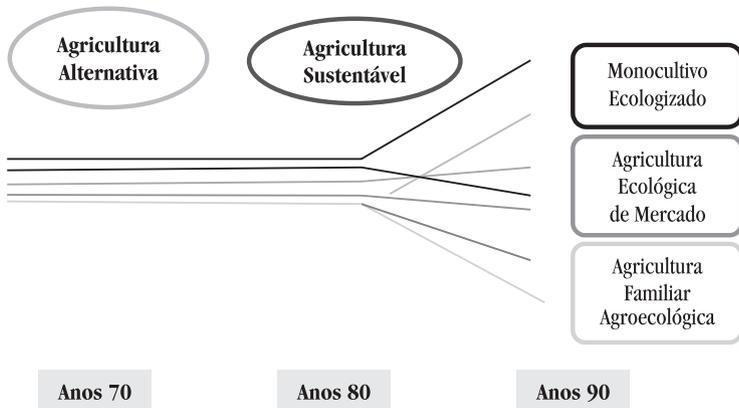
Como veremos, os distintos estilos de agriculturas chamados sustentáveis não irão dar iguais respostas a todos esses problemas (ecológicos e sociais), ainda que os mesmos sempre sejam evocados como algo a evitar.

Como resultante do amadurecimento da crítica, nasceu a imposição de construir propostas e as condições para operá-las. Desse modo, do ponto de vista afirmativo, começaram a surgir experiências de campo que ensaiavam o desenho de alternativas mais sustentáveis, onde se incorporariam gradualmente os princípios ecológicos à produção agrícola. Dentre eles

pode-se destacar a gestão ecológica dos recursos locais, o manejo da biodiversidade geral e agrícola, a integração de elementos para o incremento das complementaridades e sinergias, a oferta de serviços ambientais (como a paisagem, a qualidade da água, os produtos limpos). Em resposta aos impactos sociais, essa agricultura, ao menos em tese, busca reconhecer a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a redução dos custos de produção e da cadeia de intermediação, a participação e a inclusão social.

Entre as diversas respostas à questão socioambiental no âmbito da agricultura, pode-se identificar três tendências principais: a *monocultivo ecológico*, que representa um sistema que mantém a lógica do monocultivo comercial, mas a ele aplica alguma tecnologia ou insumo ecológico isolado, sem incremento significativo da complexidade; a *agricultura ecológica de mercado*, a qual incorpora a dimensão ambiental de um modo mais acentuado, porém limitado a uma diversificação e gestão ecológica intermediária, suficientes para atender às normas técnicas exigidas para a obtenção de produtos limpos certificados para mercados especiais; a *agricultura familiar agroecológica*, expressão socioambiental mais completa, devido à introdução e convergência das principais dimensões do conceito de sustentabilidade, isto é, a dimensão social, a econômica e a ecológica.

**Figura 1** – Tendências da agricultura sustentável



Perspectivas socioambientais da agricultura sustentável

A evolução histórica e a configuração particularizada de cada forma de agricultura que advoga a si a qualidade de *sustentável* informa uma importante diferenciação entre elas. Estamos atualmente em um momento mais avançado do que aquele quando, para se contrapor à agricultura convencional, se formou uma unanimidade entre as agriculturas *alternativas*. Esse consenso demonstrou ser apenas aparente, na medida em que as experiências foram se diferenciando quanto à aplicação dos preceitos sociais e ecológicos. Algumas escolas passaram a orientar-se pelo mercado, enquanto outras se associaram aos movimentos sociais. Ainda que se parta da aceitação provisória de que as três formas de produção agrícola mencionadas acima sejam sustentáveis, como reza o discurso, deve-se esclarecer que as consideramos apenas como graus incrementais de sustentabilidade em uma hipotética escala que parte da agricultura convencional, passando pelo monocultivo ecológico, agricultura ecológica de mercado e agricultura familiar agroecológica, culminando com os sistemas naturais.

Na tabela abaixo temos uma síntese das perspectivas socioambientais das três formas de agricultura a princípio consideradas sustentáveis.

<b>Estilo de AS</b>	<b>Dimensão ecológica</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Mercado</b>	<b>Perspectiva social</b>
<b>Monocultivo ecológico</b>	Simplificação Sustentabilidade frágil	Ecológica Pontual	Centralidade do mercado	Mercado vs. sociedade Exclusão social
<b>Agricultura Ecológica de Mercado</b>	Relativa simplificação Minimização ecológica Biodiversidade funcional Sustentabilidade intermediária	Normalizada	Centralidade do mercado Nichos especiais Certificação	Restrição de acesso aos agricultores e consumidores pobres
<b>Agricultura Familiar Agroecológica</b>	Complexidade e cuidado Recursos locais Processos e não insumos Serviços ambientais Sustentabilidade forte	Plasmada em condições reais Conhecimento tradic. e orgânico Eccossis-tema local	Sentido estratégico do mercado geral e orgânico	Valores culturais Base genética ampla Emprego e renda Desenvolv. local Particip. Inclusão

A partir dessa classificação geral, vamos discutir com mais detalhes as perspectivas socioambientais de cada forma de agricultura, entendidas

como a análise conjunta de suas dimensões ecológica, tecnológica, mercantil e social.

Os diversos estilos de agricultura sustentável, que se parecem sobretudo por seus aspectos ecotecnológicos, guardam diferenças significativas entre si, diferenças estas dignas de consideração. Essas disparidades deixam claro, inclusive, o próprio limite do conceito de sustentabilidade assumido por cada estilo (sustentabilidade frágil, intermediária ou forte). Essa diversidade dentro da aparente unidade diz respeito, em primeiro plano, já às próprias características ecológicas e tecnológicas, as quais, analisadas com mais cuidado, mostram nuances. Em segundo plano estão as diferenças de caráter socioeconômico, que são as mais marcantes, e dizem respeito às distintas formas de conceber a participação no mercado e aos diferentes perfis sociais dos agricultores envolvidos.

### 3.1 Diversidade ecológica

A manifestação do holismo na agricultura se dá pela identificação do sistema agrícola à idéia de um *organismo*, o qual articula uma pluralidade de elementos, os hierarquiza e coordena suas funções de forma conjunta.

No âmbito do monocultivo ecologizado, tem-se que as inserções ecológicas, sejam elas processos técnicos, conhecimentos, instrumentos ou insumos, não têm como requisito prévio o redesenho do sistema. A melhoria da qualidade ambiental é pouco significativa, conseqüência direta da baixa capacidade do sistema de tornar-se complexo e gerar efeitos ambientais positivos de maior escala. Ainda assim, acreditamos que a ecologização parcial do monocultivo tem papel de importância como passo inicial para o aumento da sustentabilidade.

Na esfera da agricultura ecológica de mercado, esse mercado imprime uma lógica de simplificação estrutural e um ritmo acelerado ao processo produtivo. Isto reduz as possibilidades de incorporação da biodiversidade e de estruturação dos sistemas complexos e integrados. Há, porém, uma diferença de grau com relação ao monocultivo ecologizado, já que a agricultura ecológica de mercado necessita, até mesmo para cumprir as normas técnicas de produção limpa, inserir relativa biodiversidade,

integração e uso de insumos de baixo impacto.

O grau de complexificação e de integração é variável, segundo o sentido que elas adquirem em cada tipo de sistema. Para cumprir com os requisitos mínimos à obtenção de produtos limpos dirigidos a nichos especiais de mercado de produtos orgânicos não se recorre habitualmente a estratégias sofisticadas de policultivos integrados. Trata-se mais de eliminar determinados ingredientes tóxicos (geralmente resíduos de pesticidas), mantendo em grande medida a simplificação e a minimização ecológica. Nesse caso, a produção se organiza assentada em cultivos e não em sistemas integrados. Dessa maneira, a cenoura é igualmente *ecológica* sendo produzida isoladamente ou quando provém de um sistema integrado. Na chamada produção limpa, o mercado é o elemento central para definir a composição dos sistemas. A tendência dessa agricultura é a de obedecer às determinações mercantis, produzindo um *mix* de produtos que pouco têm que ver com princípios ecológicos, e sim com as demandas de um nicho especial de mercado. O *boom* do mercado de produtos agrícolas ecológicos, em especial com a entrada dos supermercados, promoveu uma tendência à especialização, com conseqüências paralelas como a minimização ecológica e a simplificação tecnológica. A especialização é um fenômeno presente nos países desenvolvidos e se estende aos países como o Brasil, nas regiões em que o mercado ecológico é mais dinâmico. De acordo com as estatísticas da CCOF—California Certified Organic Farmers, os agricultores orgânicos plantam uma média de 6 a 10 produtos (Buck e outros, 1997). Estes mesmos autores comentam que “há uma bifurcação entre os produtores ecológicos, em que os grandes estão se especializando na produção massiva de uns poucos cultivos de alto rendimento econômico, enquanto os menores continuam diversificando suas estratégias, empregando métodos tradicionais para cultivar maior variedade de produtos, o que tem a vantagem complementar de incrementar a fertilidade do solo, prover a auto-suficiência de nitrogênio e reduzir pragas” (Buck e outros, 1997). No Brasil, alguns agricultores já praticam a especialização, que pode expressar-se como um chamado *mix* de produtos mais rentáveis, movidos pelas oportunidades abertas pelo mercado, principalmente nas metrópoles.

Relacionado à redução da diversidade e da integração, observa-se também outro fenômeno: a substituição de *processos* agroecológicos por *insumos*. Este *substitucionismo* significa deslocar processos, manejos, conhecimento e trabalho por energia e materiais externos ao sistema. À parte das evidentes conseqüências ecológicas, esse substitucionismo tem efeitos socioeconômicos importantes. Tanto a mão-de-obra quanto os recursos e conhecimentos locais – elementos geralmente abundantes na agricultura familiar – quando dão lugar a insumos de origem industrial acabam por limitar muito a possibilidade dos pequenos agricultores de aproveitarem as virtuais vantagens dos mercados especiais, visto que os referidos insumos provocariam o aumento dos custos de produção. Portanto, estamos muito longe do discurso original da agricultura ecológica, onde se frisa a importância dos insumos internos ou locais, não entrópicos e baratos.

A biodiversidade joga papel fundamental na agricultura familiar agroecológica em diversos sentidos: em primeiro lugar para restaurar áreas degradadas e devolver as condições de resposta produtiva aos solos e ao ambiente. Depois de estancado o problema da degradação, geram-se condições propícias para a garantia alimentar da família e, gradualmente, a introdução de cultivos de renda. Essa agricultura almeja não apenas ofertar produtos orgânicos, mas melhorar a qualidade ambiental em geral, causando um nível de entropia compatível com a regeneração dos recursos e garantindo a continuidade da vida também para as gerações futuras.

### *3.1.1 Diversidade tecnológica*

Existe grande variedade de expressões da tecnologia ecológica entre as agriculturas sustentáveis. No monocultivo, como já levantamos, a tecnologia ecológica tem presença muito pequena e localizada, que não afeta a estrutura básica dos sistemas convencionais e não tem grande repercussão na melhoria da qualidade ambiental externa.

Nos estilos clássicos (orgânicos, biodinâmicos), o mais corrente é a aplicação de um padrão normalizado, definido por organizações reguladoras

de renome, como é a IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements). No âmbito nacional, há adaptações às normas internacionais, ainda que não sejam comuns derivações muito acentuadas. No Brasil, as principais iniciativas pertencem à agricultura orgânica e à biodinâmica. O cumprimento das normas técnicas de produção é condição básica para o acesso à certificação e à conseqüente participação nos mercados especiais. A aplicação dessas normas ao processo produtivo visa basicamente a obtenção de produtos limpos. Os procedimentos técnicos devem, pois, evitar que o produto final contenha resíduos de pesticidas. Tal objetivo pode ser logrado, no entanto, sem uma complexidade tecnológica maior.

Nessa mesma linha, outra questão relevante é a que diz respeito ao conhecimento tradicional e sua importância para as diversas agriculturas sustentáveis. Ainda que todas elas, em maior ou menor medida, incorporem o chamado saber camponês, não o fazem da mesma maneira. Nas agriculturas simplificadas de mercado, o conhecimento tradicional é agregado de modo muito seletivo onde se busca extrair os elementos tecnológicos que sejam prontamente funcionais ao desenho tecnológico normalizado, próprio da produção comercial. A agricultura familiar agroecológica, dadas as condições de escassez que geralmente a caracterizam, busca aplicar uma tecnologia não formalizada, aplicável a situações diversas, baseada em processos e manejos dos recursos locais (tanto os naturais, como os humanos). A economia da sobrevivência demanda uma tecnologia compatível com sua estrutura e deficiências. Schumacher (1994 : p. 31) assinala ser essencial que as tecnologias para sistemas camponeses sejam “suficientemente baratas, de modo que possam estar virtualmente ao alcance de todos, apropriadas para utilização em pequena escala e compatíveis com a necessidade criativa do homem”.

### 3.2 Diferentes sentidos de mercado

Como de certa maneira já ficou indicado nas discussões anteriores, pode-se ver que o mercado é determinante na configuração da dimensão ecológica e tecnológica dos estilos de agricultura sustentável. A orientação

aos novos nichos de mercado demarca fortemente todo o desenho do sistema agrícola, tanto do ponto de vista ecológico (minimização), como do ponto de vista tecnológico (normalização). O mercado ecológico se transforma cada vez mais num ramo especializado do mercado convencional. Estabelece-se uma cadeia entre a crescente demanda por produtos limpos, a organização técnica e produtiva, a formalização de normas para a certificação e para a obtenção da etiqueta verde e a estruturação de formas específicas de mercado. Nesse particular, o encaixe progressivo à pura lógica do mercado está produzindo a *convencionalização* de parte das agriculturas ecológicas, em outras palavras, formas de relação mercantil próximas às da agricultura convencional. Alguns sinais de convencionalização do mercado podem ser hoje notados: a entrada de médios e grandes agricultores, a produção massiva, a intermediação, o advento de um mercado industrial ou parcialmente industrial de insumos biológicos, a comercialização via supermercados e todas as formas de apropriação habituais da produção agrícola capitalista.

Paralelos a essa tendência, nos últimos anos foram feitos interessantes ensaios, tanto no campo teórico como no âmbito das experiências práticas, sobre o sentido de mercado para distintos sistemas e sobre o modo de construir novas formas de relação com o mercado, mais solidárias e de maior alcance social (produtos limpos para todos). É nesse contexto que são experimentadas estratégias novas de interação entre agricultores e consumidores pobres e a potencialização das relações de confiança entre eles. Assim, é diferente o sentido que se dá à participação nos mercados especiais para os estilos de mercado e para os familiares. De um lado, determinados estilos de agricultura nascem já como resposta imediata às demandas do mercado (*imprescindibilidade do mercado*) que se expande. E, de outro, aparecem as agriculturas em que o mercado é visto como uma *alternativa estratégica* para os agricultores que participam dele, avançando e recuando, para garantir ou expandir sua autonomia.

### 3.3 Perspectivas sociais

O monocultivo ecologizado não apresenta nenhum ganho social adicional se comparado ao monocultivo convencional, provocando basicamente

as mesmas conseqüências sociais que este, como a migração, a pobreza e a exclusão social.

Nos estilos mercantis de agricultura ecológica o problema da dupla exclusão permanece: dos agricultores e dos consumidores pobres. Os primeiros enfrentando obstáculos para aceder aos mercados de produtos certificados e os últimos não tendo acesso amplo aos produtos limpos. Isso facilita a entrada de neoagricultores, produtores que não eram originalmente agricultores, mas que foram atraídos pelas vantagens do mercado orgânico. A agricultura ecológica de mercado não cria as condições de inversão da crise agrária, não podendo proporcionar emprego e renda a contento. Está mais orientada à melhoria da *qualidade de vida* dos que já têm uma boa base material do que à geração de *condições de vida* mais dignas aos que não as têm.

As perspectivas sociais da agricultura familiar agroecológica têm diversos enfoques. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que ela é a única resposta tipicamente socioambiental entre todas as formas discutidas. Associa a dimensão social (a opção pela agricultura familiar – à dimensão técnica e ambiental – a agroecologia). Busca a segurança alimentar das famílias rurais e, em segundo plano, a segurança alimentar da sociedade, pela ampliação das bases genéticas dos produtos alimentares. A redução dos custos de produção ocasionados pela opção pelos processos agroecológicos, ao invés da incorporação de insumos, vem sendo uma das principais condições de sucesso dessa agricultura. Do ponto de vista do abastecimento urbano, a agroecologia nas unidades familiares tem potencial para proporcionar alimentos em quantidade e diversidade apreciáveis. Pode colocar no mercado produtos limpos, em canais de comercialização mais populares e expandir as possibilidades de consumo a todos e não apenas aos consumidores de elite. Uma política de reforma agrária que amplie a presença da agricultura familiar é fundamental para dar a base concreta sobre a qual a produção agroecológica possa refletir-se em geração de empregos e renda e no gozo mais pleno da cidadania. É provável, inclusive, que uma das soluções para os excluídos urbanos possa passar pela re-ruralização do meio rural “vazio”, hoje sem opções, por uma volta ao rural sob um novo paradigma, o dos

sistemas familiares agroecológicos, a gestão de sistemas complexos que demandam mão-de-obra, presença e cuidado.

A realidade da maioria dos agricultores brasileiros está marcada pelas precárias condições ecológico-econômicas, isto é, pela reduzida disponibilidade e qualidade de recursos naturais (terras férteis, água) e de recursos financeiros (baixa capitalização e monetarização). Nesse contexto, as estratégias da agricultura familiar agroecológica, diferentes da convencionalização própria das agriculturas ecológicas clássicas, são: utilizar ao máximo o potencial regenerativo e produtivo dos recursos internos disponíveis, fundamentar o sistema nos conhecimentos locais, em processos agroecológicos, no trabalho e no potencial social e cultural da agricultura familiar e dos movimentos e organizações populares. Nessa perspectiva, o sentido de ecologia é o próprio sentido de manutenção da vida na terra, pelo uso racional e pela regeneração dos recursos básicos dos sistemas agrícolas. Do ponto de vista social, é a perspectiva de uma política generativa, de abertura de espaços de cidadania aos pobres do campo, uma importante expressão do que autores contemporâneos costumam chamar de *ecologismo popular* (Martinez Alier, 1992).

#### **4 Políticas públicas para a transição agroecológica na agricultura familiar**

Para atender às necessidades de fortalecimento dos agricultores familiares e estabelecer os primeiros passos para a produção de base agroecológica, fugindo do mero voluntarismo e das iniciativas individualistas, fica explícita a necessidade premente de construir modelos públicos de tratamento dessa demanda social. Somente a partir do estabelecimento de uma orientação política clara e institucionalizada pode-se demarcar os caminhos operacionais para a deflagração de um movimento pró-ativo de transição agroecológica. O estabelecimento de um agenda para essa transição é uma etapa necessária, que passa pela consideração de diversas dimensões, as quais discutiremos a seguir.

Uma primeira dimensão a ser levada em conta é a psicológica. A postura individual, ainda que não suficiente, é a que pode dar base a toda e qualquer atitude de âmbito mais abrangente. Enquanto as pessoas, individualmente, não incorporarem a consciência da necessidade de mudança, as atitudes sociais não terão como desenvolver-se e provocar conseqüências positivas. Da consciência individual é possível avançar à consciência coletiva ou psicossocial, propagando para o ambiente novas idéias. A cultura das instituições, no entanto, não muda com rapidez ou facilidade, mas a incorporação gradual de novos valores deve substituir comportamentos consagrados. Desse modo, há que se estabelecer um caminho entre as percepções individuais e a mudança institucional, de modo a garantir uma real transição.

Não é de menor importância para a transição agroecológica, a crescente qualificação dos agentes. É fundamental melhorar a integração do conhecimento propriamente ecológico dos ecossistemas e das condições dos recursos locais. É freqüente que agrônomos e outros técnicos não tenham uma sólida formação em ecologia e muitas vezes não dominem as bases ecológicas da produção, o que restringe em muito a aplicação adequada dos processos técnico-produtivos. O domínio do conhecimento de manejo dos recursos naturais é uma tarefa para a qual devem concorrer os profissionais da agricultura e os ecólogos, onde os primeiros se beneficiam com a inclusão da ecologia à agronomia, e os últimos, do conhecimento agrônômico para a melhor integração dos princípios ecológicos.

A dimensão econômica é também central, uma vez que a passagem a uma agricultura ecologicamente mais sustentável só faz sentido se as respostas econômicas garantirem a rentabilidade e a continuidade das explorações. Também as perspectivas sociais da agricultura sustentável têm que estar pautadas de maneira clara. A agroecologia, enquanto base técnica da agricultura sustentável, não pode estar isolada de ações de mobilização social, participação, inclusão e exercício da cidadania.

Por último, todas essas dimensões devem estar presentes na forma de política pública, a qual deve ser o eixo sobre o qual giram as demais mudanças, onde se passa de uma perspectiva individual e institucional a uma opção política ampla e integradora. O avanço das experiências de agricultura mais sustentável estiveram ao longo de duas décadas submetidas a uma

situação de dispersão, duplicação e baixa visibilidade. A superação dessa condição histórica, o ponto de inversão dessa lógica demandam uma dinâmica mais organizada, agressiva, pública, ampla e massificada, que só pode ser traduzida pela formulação de políticas públicas que formem o lastro onde serão desenvolvidas as ações de desenvolvimento sustentável. A definição estabelecida pelo estado do Rio Grande do Sul por políticas que afirmam a agricultura familiar como público preferencial e estabelecem a opção técnica pela agroecologia tem impulsionado as ações individuais e institucionais e demonstra um grande potencial otimizador do esforço do poder público.

Uma agenda geral para a transição agroecológica não pode ser somente técnica, mas inclui a expansão da concepção agroecológica a diversos âmbitos. Passa pela ecologização das agências de desenvolvimento e pela qualificação da formação técnica, metodológica, ecológica e ética dos agentes. Por outro lado, é importante não dispersar esforços e começar o trabalho pelo fortalecimento das experiências já existentes, buscando uma expansão regional.

Tem papel central, também, a construção de canais de comercialização mais democráticos, em que se evite o aumento do preço dos produtos pela ação de uma longa cadeia de intermediação. Comercialização local e direta e mobilização dos grupos de consumidores têm papel muito importante nesse contexto. Os créditos especiais para a produção, comercialização e agroindustrialização de produtos de origem agroecológica são condições básicas para o incremento produtivo. A pesquisa com perspectiva agroecológica está em uma fase inicial no país e faz-se necessário seu fomento, tanto no campo da validação do estoque de conhecimentos existentes, como na resolução de estrangulamentos tecnológicos específicos que estejam bloqueando o desenvolvimento pleno de alguns sistemas agroecológicos.

As redes de informações sistematizadas e de domínio público (*internet* e outros meios), como bases de dados técnicos, sistematização de experiências, catálogos de tecnologias, insumos, projetos, instituições e pessoas têm enorme importância na transição. Devem, no entanto, vir sempre associadas ao trabalho de organização popular dos agricultores familiares, assentados de reforma agrária e consumidores, pois é o que lhes vai conferir sentido social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Buck, D. C., C. Gertz and J. Guthman. "From farm to table: the organic vegetable commodity chain of Northern California", *Sociologia Ruralis*. 37(1):3-20, 1997.

Canuto, J. C. "Pesticidas agrícolas: una investigación empírica sobre las relaciones entre ecología y política". Palma de Mallorca, Universitat de les Illes Balears, *VIII Reunión Anual ASEPELT España*, 1994.

Daly, H. *A economía ecológica e o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1991.

Georgescu-Roegen, N. *The entropy law and the economic process*. Harvard U. P., Cambridge. Mass., 1971.

Martinez Alier, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: Icaria Editorial, 1992.

Schumacher, E. *Lo pequeño es hermoso*. Madrid: Tursen/Hermann Blume, 1994.

# AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: UMA NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

---

Maristela Simões do Carmo\*

## O desafio do desenvolvimento sustentável

O desafio da consolidação de uma agricultura que seja sustentável passa pelo estabelecimento de diretrizes mais claras e delineadas do que seja um desenvolvimento sustentável. A conceituação de sustentabilidade transformou-se, hoje em dia, em um verdadeiro desafio aos planejadores e políticos, pela questão ideológica que permeia as correntes teóricas do desenvolvimento e, por isso mesmo, pela falta de concordância que existe sobre a definição desse termo.

O aparente consenso que recobre as orientações para o desenvolvimento sustentável torna-o um conceito útil para referendar e legitimar estratégias adotadas em diferentes níveis de atuação do Estado, quando se reportam à construção de uma sociedade que seja ecológica e socialmente sustentáveis. No entanto, quando das tentativas de operacionalizá-lo, as contradições sociais se manifestam, havendo sempre a inclinação soberana para as soluções no âmbito técnico-econômico.

A questão ideológica que envolve ações desenvolvimentistas acaba se projetando também no discurso da sustentabilidade. Haja vista que a ideologia pode ser circunstanciada como um “conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que

---

\* Eng<sup>a</sup> Agr<sup>a</sup>, Prof<sup>a</sup> Adjunta da Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP-Botucatu e Prof<sup>a</sup> Colaboradora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP. C. P. 237, 18603-970, Botucatu-SP. Fax (14) 682-5467. E-mail: stella@fca.unesp.br e stella@agr.unicamp.br

devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1981 : p. 113). O procedimento de toda sociedade se pauta por idéias disseminadas e aceitas como orientadoras da conduta social, mas que são originadas e impostas pela classe que domina no plano material de produção (economia), e que também transforma em verdadeiras suas idéias, valores e representações do plano não material. Ideologia significa, portanto, um instrumento de dominação de classes socialmente contrapostas no que se refere às condições objetivas da esfera produtiva.

No momento em que aparecem as crises econômicas e políticas, é senso comum pensar-se em crise de hegemonia social, mas na realidade a hegemonia se solidifica quando os valores da classe dominante são assumidos pelas classes dominadas, e não quando ocorrem abalos característicos dos ciclos econômicos.

Tomando emprestado daquela mesma autora o paralelo da ideologia e luta feminista, percebe-se que a luta ambiental tem que se realizar no âmbito da questão da hegemonia da sociedade burguesa, entendendo hegemonia além do seu significado político-econômico, ou seja, a crise das idéias e valores dominantes.

O desafio, portanto, está em não sermos um instrumento útil na legitimação das ações direcionadas à “sustentabilidade” que sustentem os interesses da classe dominante, mesmo que aparentemente pareçam ser do interesse da sociedade em geral. Se assim for, a pergunta *o que é ser sustentável?* permanecerá circunscrita ao nível do ideário emprestado pela classe dominante, que é no que está se tornando a complexa abordagem do desenvolvimento sustentável.

Para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade, é preciso ir além da percepção imediatista da sociedade burguesa atual em avaliar a atividade produtiva e a evolução humana na contabilidade custos/benefícios. Ou seja, como se pode gerar riquezas sem empobrecer a maioria das pessoas, e mais, como permitir que as gerações futuras também possam produzir, consumir e gerar suas riquezas? Acrescente-se que a questão ideológica e as conseqüentes contradições que envolvem o

“ideário” da sustentabilidade trazem dificuldades adicionais nas tentativas de operacionalizar o conceito face às necessidades de minimizar os impactos ambientais.

O apelo do discurso não é ainda suficientemente forte para eliminar as contradições na hora da implantação de medidas voltadas a um desenvolvimento sustentável. O que vale dizer que, em escala planetária, falta muito para se colocar em ação o discurso talhado nos últimos anos, que embora ainda soe vago teve o mérito de fazer populações inteiras pensarem, principalmente quando ocorrem catástrofes ecológicas.

Essa constatação não invalida, enquanto não venham as soluções globais e as rupturas ideológicas, que se busque, em níveis locais, as soluções para a maior sustentação ambiental e social, mesmo porque, quando se trata de sustentabilidade, as soluções não podem ser universais.

### A Agricultura como parte do processo

A agricultura, por sua própria essência, constitui-se em um dos pilares de um desenvolvimento que pretende ser sustentável. Na sua base física os sistemas agrícolas interagem com os processos ecológicos de caráter geral ou global, tais como os regimes de águas, ciclos energéticos e fotossintéticos, diversidade biológica, manutenção e utilização sustentável de ecossistemas naturais (entre outros) movendo-se, portanto, nas mais diferentes direções do ambiente natural.

A superexploração dos recursos naturais, entre eles o solo, faz com que o crescimento econômico atual, tanto de países desenvolvidos como de subdesenvolvidos, fique comprometido já no médio prazo. O esgotamento dos recursos não renováveis e o comprometimento daqueles considerados renováveis constituem uma ameaça ao bem estar e ao futuro da humanidade. Ao transpor com a tecnologia alguns limites impostos pelo meio físico, o homem perdeu os parâmetros do que deve ser ecologicamente sustentável, modificando a natureza em favor de sua própria “sustentabilidade”, situada muito além da satisfação de suas necessidades básicas.

Desde a segunda Revolução Agrícola, em fins do século 19, em que houve a separação das atividades agrícolas e pecuárias, e a perda da intensificação dos sistemas de rotação, até os dias atuais, onde se preconiza a Revolução Duplamente Verde com base na biotecnologia, a degradação dos recursos da natureza pela agricultura moderna pode ser simbolicamente representada, em nível mais extremo, pela destruição dos solos produtivos em processos erosivos e de desertificação.

Os desequilíbrios ambientais têm colocado o modelo agrícola convencional em xeque, principalmente quando a visibilidade dessas descompensações é muito intensa. A ciência oficial procura resgatar idéias propostas pela agricultura sustentável para superar esses desequilíbrios e os impactos no meio físico, e investe pesadamente na biotecnologia como forma de tornar esses efeitos “invisíveis”, pelo menos em um curto prazo.

Independente do resultado obtido, alterações no padrão tecnológico não garantem as mudanças sociais. E como não se pode proteger e preservar a natureza, base da agricultura, sem proteger e preservar os agricultores, torna-se prioridade, nesse processo, a formação de uma consciência social voltada à necessidade de se fortalecer a agricultura de bases familiares (Carmo, 1998).

### Agricultura de base familiar

A história evolutiva da agricultura se encarregou de nos legar a separação dos agricultores em categorias. E a evolução do capitalismo acaba por transformá-los, resumidamente, em três grandes grupos: empresários capitalistas, agricultores familiares e assalariados rurais. Esse processo de diferenciação envolvendo dinâmicas de produção e reprodução distintas apresenta características que precisam ser consideradas se o objetivo for a sustentabilidade da agricultura em direção ao desenvolvimento geral realmente sustentável.

Nesse caso, a sustentabilidade da agricultura, além da vertente técnico-econômica, obrigatoriamente tem de se reportar ao fortalecimento da agricultura familiar e garantir uma melhor distribuição das terras agricultáveis.

Vários autores têm trabalhado as especificidades da produção familiar e suas condições lógicas de reprodução social,<sup>1</sup> deixando claro a amplitude de possibilidades sociais e econômicas quando se almeja um equilíbrio que não seja apenas retórico.

O elevado grau de concentração das terras e dos meios de produção no nosso país dificulta a produção de alimentos da cesta básica do trabalhador urbano, já que unidades produtivas com lógica estritamente capitalista dedicam-se a atividades com mercados valorizados e altamente remuneradores. As lógicas custo/benefício e lucros obstaculizam a produção de alimentos fora de unidades, com o duplo caráter de alimentar a própria família e ofertar ao mercado, em um contexto mesclado por valores sócio-familiares e culturais de cada região. Vários estudos comprovaram que a maior parte da produção agropecuária provém dessas pequenas unidades de produção consideradas tanto em valor quanto em área, mas com característica familiares.

A partir do último censo da FIBGE, para a safra 1995/96, confirmou-se a distribuição do valor da produção agropecuária por estrato de área, em que as propriedades com áreas menores que 100 ha são as responsáveis pela maior fração desse valor, não só de alimentos básicos, como também de matérias-primas industriais (Burnier, 2000). Assim é que esse grupo de área produz o equivalente a 49,5% do produto animal e 44,7% das atividades vegetais, enquanto o grupo de 100 a menos de 1000 ha é responsável por, respectivamente, 32,3% e 32,4%, e as propriedades com mais de 1000 ha respondem por 18,3% e 22,9% (Tabela 1).

Nos estratos abaixo de 100 ha encontra-se a maior parte dos agricultores familiares que, por suas características, apresenta uma lógica produtiva e de inserção no mercado que mais se coaduna com a sustentabilidade (Carmo, 1998).

Esse é um dos motivos pelo qual se coloca a agricultura como parte do desenvolvimento que busca ser sustentável, obrigatoriamente

---

<sup>1</sup> Sobre dinâmica reprodutiva da agricultura familiar consultar Chayanov, 1974; Wanderley, 1995 e Lamarche, 1993 e 1998.

**Tabela 1** – Participação Percentual do Valor da Produção por Grupos de Atividades e Área, Brasil, 1995/96

Grupo de atividade econômica	Grupos de Área Total					
	Menor 100ha		100-1000ha		Maior 1000ha	
<b>Produtos animais</b>	41,9	49,51	39,3	32,31	34,2	18,31
Grande porte	18,8	34,7	30,2	38,8	31,6	26,4
Médio porte	6,5	77,7	2,2	18,1	0,8	4,2
Aves e pequenos animais	16,6	74,6	6,9	21,7	1,8	3,7
<b>Produtos vegetais</b>	58,1	44,7	60,7	32,4	65,8	22,9
Permanentes	15,4	56,7	13,6	34,8	5,1	8,6
Temporários	36,2	40,0	44,2	34,0	52,1	26,0
Horticultura e floricultura	3,9	90,0	0,5	8,5	0,1	1,5
Silvicultura	0,6	13,1	1,3	18,5	7,3	68,4
Extração vegetal	2,0	60,3	1,2	24,4	1,1	15,3
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>46,6</b>	<b>100,00</b>	<b>32,4</b>	<b>100,00</b>	<b>21,1</b>

<sup>1</sup> As porcentagens dessa coluna correspondem à participação de cada atividade dentro do estrato. Fonte: Censo agropecuário, 1995/96 - FIBGE Org. por Burnier, 2000.

posicionada em relação à dimensão social. O que não quer dizer que a dimensão técnico-econômica deva ser relegada a planos inferiores. Porém, se esta é uma condição necessária para o desenvolvimento, ela não é suficiente para que esse desenvolvimento seja sustentável.

E no caso de se almejar ser sustentável, o público alvo das políticas agrícolas tem que ser, por excelência, o dos produtores de bases familiares, para que se possa não apenas prover as cidades de alimentos, como também fortalecer a zona rural, diminuindo sua pobreza.

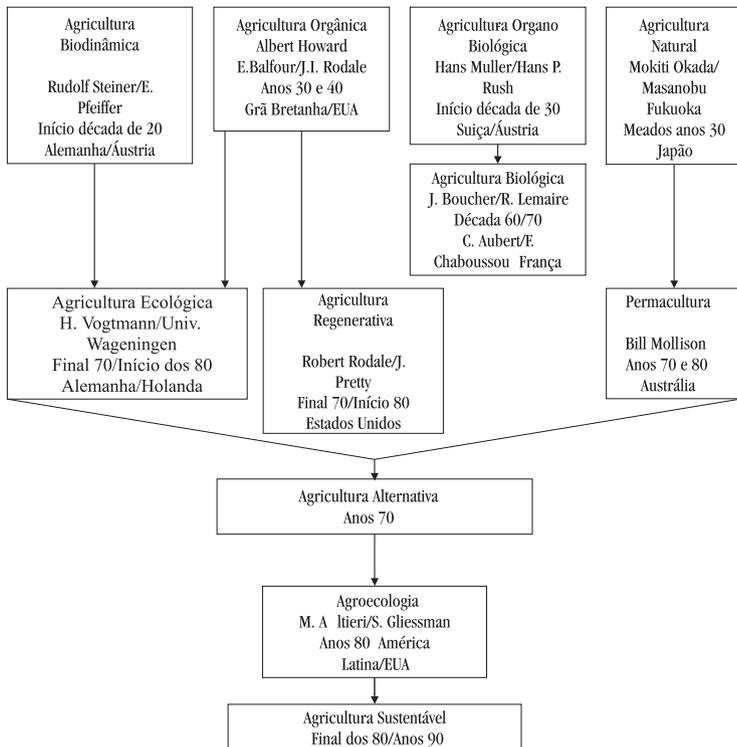
### Histórico da agricultura sustentável

As raízes históricas do movimento em direção a um modelo correspondente ao da agricultura químico-convencional remonta ao final do século XIX. Mas foi no início deste século que começaram a se firmar as primeiras correntes voltadas à produção agropecuária menos agressiva ao meio físico. Das diferentes vertentes da agricultura não convencional destacam-se a agri-

cultura orgânica, a biodinâmica, a biológica e a natural, tendo, no entanto, se originado novos movimentos, a partir destas, que desembocaram na agricultura sustentável dos dias atuais.

Darolt (2000) faz uma interessante revisão histórica dessas correntes (Figura 1), apontando as principais diferenças entre elas.

O quadro para uma agricultura sustentável procura se firmar a partir de vários elementos dessas correntes que, ao longo desse período, foram apresentando algumas diferenças, porém, mantendo os princípios básicos que nor-teiam uma produção ecologicamente equilibrada, entre eles, a abolição de insu-mos químicos solúveis e a presença da biodiversidade dos agroecossistemas.



**Figura 1** – Evolução Histórica das Correntes Não Convencionais de Agricultura

Fonte: Darolt, 2000: 89

A biodinâmica é ressaltada pelos seus seguidores como ligada à antroposofia, uma visão espiritual das relações humanas que preconiza a interação do homem à natureza em seu sentido mais amplo, abrangendo as influências cósmicas e os princípios homeopáticos como forma de potencializar as forças naturais.

O movimento orgânico surge com Albert Howard que, ao observar como os agricultores da Índia conduziam seus sistemas de produção, percebeu o papel fundamental da matéria orgânica no solo. A fertilidade do solo e o fato de não desequilibrá-lo com adubos e inseticidas químicos eram fatores essenciais de uma produção livre de pragas e doenças.

Essas duas correntes formaram as bases para o aparecimento da agricultura ecológica e regenerativa, praticamente aí incluindo pequenos aprimoramentos.

A agricultura organo-biológica, mais tarde passando a chamar-se biológica, originou-se na Suíça, já salientando os aspectos econômicos e sociais quando preconizavam a importância da autonomia do produtor, a estrutura familiar de produção e a comercialização direta. A integração do agricultor aos sistemas agrários regionais era um fator para o desenvolvimento dessa agricultura. A agricultura biológica acabou ganhando adeptos importantes como Claude Aubert e Chaboussou.

No Japão, mais ou menos na mesma época, apareceu a linha da agricultura natural ligada à Igreja Messiânica. Veio com uma abordagem que a diferenciou das demais no que tange à não utilização de esterco animal, uma vez que, através de seus dejetos, os animais poderiam passar aos vegetais a contaminação da sua alimentação desequilibrada e intoxicada por produtos químicos.

A permacultura se desenvolveu a partir daí, e para ela é básico a alternância de gramíneas e leguminosas na rotação de culturas, mantendo sempre uma cobertura morta no solo e priorizando a integração entre espécies vegetais e animais. Esse método de produção trata de criar sistemas de vida permanente, podendo definir-se literalmente como “agricultura permanente” e se posicionando como um conceito prático de aproveitar inteligentemente os recursos, trabalhando a favor da natureza e não contra ela.

Da insatisfação reinante nas décadas de 1970 e 1980, inclusive quanto aos processos agrícolas de produção, essas vertentes acabam se aglutinando no que ficou conhecido como movimento da agricultura alternativa. Embora não exista uma definição clara para esse movimento que surgiu no bojo de outros movimentos sociais alternativos da época, mas que teve o mérito de canalizar e reunir as correntes de agricultura que não se identificavam com a convencional, a agricultura alternativa foi objeto de vários Encontros e Seminários no Brasil, ao longo dessas duas décadas (Bonilla, 1992).<sup>2</sup>

A agroecologia originou-se como disciplina que procurava as bases científicas para a agricultura alternativa e firmou-se nos anos 1980 com a preocupação de integrar as técnicas com o homem, procurando estabelecer estreita ligação social para a produção agropecuária.

Como resultado dessa trajetória, desde o início desse século a história dos movimentos não convencionais ligados à agricultura desemboca no que, hoje, praticamente se transformou num repositório de esperanças na direção de um objetivo de sustentabilidade ambiental e social na agricultura. Quase todas as definições de agricultura sustentável se baseiam na manutenção da produtividade, da fertilidade do solo e dos recursos naturais, com impactos mínimos, maximizando o uso de insumos internos à propriedade, com retorno econômico satisfatório às famílias, com o atendimento das necessidades sociais e culturais das comunidades e famílias rurais desta geração e das que virão.

---

<sup>2</sup> Este autor ressalta que, no Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa, realizado em Londrina, em dezembro de 1984, conceituou-se a agricultura alternativa como “o conjunto de técnicas, processos e sistemas que busquem mobilizar harmonicamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção e que reciclem os nutrientes e maximizem o uso de insumos orgânicos nela gerados, que reduzam o impacto ambiental e a poluição, que controlem a erosão, que usem máquinas que humanizem o trabalho e sejam compatíveis com a realidade onde vão operar, e aumentem a produtividade da mão-de-obra, da terra e do capital, que minimizem a dependência externa da tecnologia e matérias-primas, que busquem a otimização do balanço energético da produção e que produzam alimentos baratos e de alta qualidade biológica, em escala para suprir as necessidades internas e gerar excedentes exportáveis” (pág 24).

Em resumo, o conceito de sustentabilidade se consagrou, em nível de discurso, pelo menos em três dimensões: econômica, ecológica e social. Mas o que se observa é a busca de soluções para as duas primeiras dimensões, ficando a terceira ainda como parte do objetivo idealizado em que se encontra, hoje, o desenvolvimento sustentável.

É importante frisar que a base comum de todas elas se encontra na manutenção do solo não apenas como um suporte físico às plantas e animais, mas com características físicas e químicas propícias a abrigar a vida, dedicando às transformações biológicas um papel central na evolução e manutenção da fertilidade. Ademais, a visão orgânico/sistêmica, ou seja, a unidade produtiva vista enquanto um organismo, é também a base dessas correntes, embora nem todas explicitem esse ponto.

Não cabe, nesse texto, apresentar em profundidade as características de cada “escola”, apontando as suas diferenças,<sup>3</sup> mas mostrar os principais elementos que diferenciam a agricultura sustentável daquela químico-mecânica (Quadro 1).

### Perspectivas atuais

Uma dimensão do mercado internacional de produtos orgânicos pode ser avaliada por dados recentes do governo norte americano que projeta um movimento de US\$23,5 bilhões para o ano 2000. O crescimento das vendas desses produtos naquele país, em relação à 1997, foi de 20% e deverá girar cerca de US\$10 bilhões também em 2000. As previsões para o mercado europeu é de US\$10,5 bilhões, para o Japão de US\$2 bilhões, ficando o restante dos países do mundo com US\$1 bilhão. No Brasil, apesar das esparsas estatísticas, as perspectivas são promissoras, mesmo que sejam ainda um tímido reflexo do crescimento

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes podem ser encontradas em Bonilla, (1992); Carvalho; (1999) e Darolt, (2000), além dos autores clássicos como Koepf, Primavesi, Altieri, Aubert, Fukuoka, entre outros.

**QUADRO 1** – Principais Diferenças Entre Agricultura Sustentável e Convencional

Agricultura Sustentável	Agricultura Convencional
<b>Aspectos Tecnológicos</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adapta-se às diferentes condições regionais, aproveitando ao máximo os recursos locais.</li> <li>2. Atua considerando o agrossistema como um todo, procurando antever as possíveis conseqüências da adoção das técnicas. O manejo do solo visa sua movimentação mínima, conservando a fauna e a flora.</li> <li>3. As práticas adotadas visam estimular a atividade biológica do solo.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desconsidera-se as condições locais, impondo pacotes tecnológicos.</li> <li>2. Atua diretamente sobre os indivíduos produtivos visando somente ao aumento da produção.</li> <li>3. O manejo do solo, com intensa movimentação, desconsidera sua atividade orgânica e biológica.</li> </ol>
<b>Aspectos Ecológicos</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grande diversificação. Policultura e/ou culturas em rotação.</li> <li>2. Integra, sustenta e intensifica as interações biológicas.</li> <li>3. Associação da produção animal à vegetal.</li> <li>4. Agrossistemas formados por indivíduos de potencial produtivo alto ou médio, e com relativa resistência às variações das condições ambientais.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pouca diversificação. Predominância de monoculturas.</li> <li>2. Reduz e simplifica as interações biológicas.</li> <li>3. Sistemas pouco estáveis, com grandes possibilidades de desequilíbrio.</li> <li>4. Formado por indivíduos com alto potencial produtivo, que necessitam de condições especiais para produzir e são altamente suscetíveis às variações ambientais.</li> </ol>
<b>Aspectos Socioeconômicos</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Retorno econômico a médio e longo prazo, com elevado objetivo social.</li> <li>2. Relação capital/homem baixa</li> <li>3. Alta eficiência energética. Grande parte da energia introduzida e produzida é reciclada.</li> <li>4. Alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rápido retorno econômico, com objetivo social de classe.</li> <li>2. Maior relação capital/homem.</li> <li>3. Baixa eficiência energética. A maior parte da energia gasta no processo produtivo é introduzida e é, em grande parte, dissipada.</li> <li>4. Alimentos de menor valor biológico e com resíduos químicos.</li> </ol>

Fonte: Adaptado por Carmo, 1998 : p. 226

desse mercado nos países desenvolvidos. A produção orgânica no Brasil já conquistou um mercado de US\$10 milhões por ano, devendo aumentar significativamente nos próximos anos (Gazeta Mercantil, 28/6/99 citado por Carmo, 1999).

Apesar dos dados quase inexistentes, espera-se uma explosão no consumo desses produtos, abrindo-se novos mercados, criando-se novas possibilidades de exportação também para os países subdesenvolvidos. Mas é importante ter-se em mente que essa explosão também é função do estreitamento da base produtiva orgânica, gerando índices de crescimento exageradamente altos.

Segundo Viglio (citado por Carmo, 1999) em 1985 havia pouco mais de 100mil hectares com cultivo orgânico na Europa, em cerca de 15 mil estabelecimentos produtores (certificados ou não). Em 1993, em menos de 10 anos, já existiam, naquele continente, 600mil hectares cultivados nesse sistema, sendo que apenas a França apresentava perto de 90 mil ha com 3700 produtores, 380 empresas de transformação e 400 distribuidores com faturamento da ordem de US\$40 milhões. E na Itália, em 1996, eram cultivados 276 mil ha, segundo o INEA (citado por Carmo, 1999). Para anos mais recentes, o faturamento desse mercado subiu bastante (Tabela 2), sendo que a área e o número de produtores também aumentaram (Tabela 3).

O continente europeu é, sem dúvida, o mais desenvolvido em termos de mercado mundial de alimentos orgânicos. Os Estados Unidos da América do Norte (USA) e Japão vêm na seqüência e são seguidos por alguns países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil.

Na realidade não existem estatísticas oficiais mundiais para esse mercado, o que dificulta uma avaliação mais acurada. Os produtos orgânicos estão inseridos no comércio mais geral de produtos alimentícios, sendo vendidos tanto por meio de canais específicos como cestas domiciliares, feiras orgânicas e lojas especializadas em produtos naturais, como em supermercados e outros equipamentos convencionais do mercado varejista.

O volume comercializado na Europa, USA e Japão foi estimado, em 1997, em torno de US\$11 bilhões (ITC, 1999) (Tabela 2).

**Tabela 2** – Mercado Mundial para Alimentos e Bebidas Orgânicas, 1997

Países	Vendas no varejo (US\$ milhões)	% total vendas com alimentos	Taxa de crescimento esperada (%)
Alemanha	1 800	1,2	5 a 10
França	720	0,5	20
Reino Unido	450	0,4	25 a 35
Holanda	350	1,0	10 15
Suíça	350	2,0	20 a 30
Dinamarca	300	2,5	30 a 40
Suécia	110	0,6	30 a 40
Itália	750	0,6	20
Austria	225	2,0	10 a 15
Outros*	200	-	-
<b>Total Europa</b>	<b>5 255</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
USA	4200	1,25	20 a 30
Japão	1000	-	-
<b>Total</b>	<b>10 455</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\*Bélgica, Finlândia, Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Noruega

Fonte: Compilado por ITC, 1999

Segundo a mesma fonte, para 1998, nos três maiores mercados mundiais (Europa, USA e Japão), as vendas ficaram em cerca de US\$13 bilhões, e espera-se que o crescimento para esses produtos, em 2005, aumente de 5 a 10 %.

É curioso observar que nas décadas de 1970 e 1980 o interesse em relação ao segmento orgânico se apoiava em pequenos grupos que se preocupavam com a saúde e com a preservação ambiental. Atualmente, com as recentes denúncias sobre a contaminação de alimentos (“vaca louca”, peste suína etc.) e as controvérsias sobre os organismos geneticamente modificados (transgênicos), a procura por alimentos produzidos de forma mais natural tem aumentado em função de um aparente e sutil pânico que se instala na população. Porém, alguns fatores têm sido apontados como os principais inibidores do possível crescimento deste mercado (ITC, 1999): os altos preços, a irregularidade na oferta, o pequeno envolvimento das grandes cadeias

de supermercados e outros importantes distribuidores atacadistas/ varejistas, a pequena confiabilidade do consumidor na qualidade do produto orgânico. Ademais, poder-se-ia acrescentar, ainda, a questão relativa à origem do alimento, influenciando a credibilidade em se estar consumindo um produto verdadeiramente orgânico, pela falta de mecanismos simples, funcionais e baratos de certificação em todos os níveis da cadeia produtiva.

A área total cultivada e o número de propriedades com agricultura orgânica em alguns países da Europa, com estimativa para 1999, e para o Brasil, podem ser visualizados na Tabela 3.

No Brasil, os Estados com maior número de agricultores certificados são: Paraná, com 1200, seguido pelo Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente com 800 e 300.

**Tabela 3** – Área Cultivada e Número de Propriedades Orgânicas em Alguns Países da Europa e Brasil, 1995 a 1999

<b>País</b>	<b>Área (mil ha)</b>	<b>Número</b>	<b>Ano base</b>
Itália	564,9	29390	1998
Alemanha	352,4	6786	1998
Áustria	345,0	19996	1998
Suécia	205,2	2733	1998
França	165,0	4800	1997
Espanha	152,1	3526	1997
Dinamarca	76,4	1090	1995
Suíça	72,0	4278	1998
Reino Unido	70,0	900	1997
Finlândia	25,4	1800	1995
Irlanda	23,5	808	1997
Outros*	22,7	1460	1995
Brasil**	-	2700	1999
Total Europa***	2 075,0	80000	-

\*Portugal, Grécia, Bélgica e Países Baixos; \*\*Produtores Certificados; \*\*\*Estimativa para 1999

Fonte: Compilado por Darolt, 2000: 97

No Estado de São Paulo o mercado tem evoluído rapidamente, sendo que, atualmente, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) conta com 1500 associados, 148 produtores certificados, sendo que, desses, 40 utilizam seu selo de certificação e três empresas intermediam a produção. Na cidade de São Paulo a comercialização em nível de varejo é realizada por meio de quatro feiras e 15 lojas de seis cadeias de supermercados (Carvalho, 1999), entre elas o Carrefour, Pão de Açúcar, Extra e Wall Mart. Existem ainda lojas que comercializam esses produtos no varejo em todo o Estado, e algumas ONGs (Organizações não Governamentais) que representam, certificam e organizam agricultores que trabalham com tecnologias não convencionais de diferentes correntes.

#### A agricultura orgânica como moldura e os agricultores familiares como elenco

Para que o desenvolvimento sustentável possa sair de sua condição de ideário é preciso que, na agricultura, a moldura do processo seja o método orgânico de produção, e o elenco, os agricultores familiares.

A agricultura orgânica, enquanto conjunto de técnicas de processo de produção, muito mais que a mera substituição de insumos químicos por orgânicos, tem se tornado uma opção cada vez mais viável e aceita mundialmente quando se debate a sustentabilidade na agricultura. Em todas as partes do mundo o mercado de produtos orgânicos está crescendo e o consumidor torna-se mais consciente do seu papel nesse processo. Instrumentos institucionais e de regulação de mercado estão sendo aprimorados para disciplinar essa produção. Nesse sentido foi que o Ministério da Agricultura publicou, recentemente, a Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999 (Brasil, 1999), que dispõe sobre normas para se produzir os bens agropecuários organicamente, tornando-se a referência em todos os elos da cadeia produtiva. Segundo essas instruções, uma atividade é considerada orgânica quando atende aos seguintes objetivos (Darolt, 2000 p. 111):

- \* oferta de produtos saudáveis, e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- \* preservação e ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, naturais ou transformados, em que se insere o sistema produtivo;
- \* conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar;
- \* fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

Os agricultores familiares, enquanto base social de sustentabilidade na agricultura, têm sido tema de diversas pesquisas, observações técnicas e conclusões de Seminários e Encontros sobre reforma agrária e políticas agrícolas. Além de uma questão de justiça, a necessidade econômica de abastecimento interno e geração de empregos traz à tona a prioridade no resgate do pequeno produtor como agente do desenvolvimento e do progresso sustentável no campo. O poder público, porém, a despeito desses resultados, não reflete em ações o discurso que faz sobre a sustentabilidade. Exemplos das poucas tentativas nessa direção, muitas vezes à base da pressão de grupos sociais, são o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Política de Assentamentos Rurais que espelham a tímida preocupação da esfera pública.

Muito mais importante que definir agricultura sustentável, é que sua operacionalização se concretize contemplando a dimensão técnico-econômica e, com muito mais pertinência, a social.

À adoção de práticas de processo orgânico como moldura tecnológica, se sobrepõem medidas de caráter social. E para tanto é mister que se desconcentre a terra e os meios de produção, dentro da perspectiva de um elenco de pequenos agricultores familiares. Assim, será possível dar um passo na direção do desenvolvimento sustentável que queira sair de sua condição de "ideário".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONILLA, José A. *Fundamentos da Agricultura Ecológica*. São Paulo : Nobel, 1992, 259 p.

BRASIL Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio de 1999. Diário Oficial da União (DOU), Brasília, nº 94, seção 1, p.11, 19 de maio de 1999.

BURNIER, Diva M. de F. *Agricultura Brasileira: a produção de alimentos*. FFLCH/USP, Depto. de Geografia. São Paulo, 2000, 387 p. (tese de doutoramento).

CARMO, Maristela S. do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Angela D. D. & BRANDENBURG, Alfio (orgs.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba : UFPR, 1998, p. 215-238.

\_\_\_\_\_. Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica. In: AMBROSANO, Edmilson J. (coord.). *Agricultura Ecológica*. Guaíba-RS : Ed. Agropecuária, 1999, p. 245-263.

CARVALHO, Yara C. de. Agroecologia e Regulação: contribuição metodológica para o fortalecimento de um processo social. In: AMBROSANO, Edmilson J. (coord.). *Agricultura Ecológica*. Guaíba-RS : Ed. Agropecuária, 1999, págs 265-301.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. 5. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981, 125 p. (Coleção Primeiros Passos, 13).

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires : Nueva Vision, 1974, 339 p.

DAROLT, Moacir R. *As Dimensões da Sustentabilidade: um estudo de agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba*, Curitiba-PR : UFPR, 2000 (tese de doutoramento).

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas : UNICAMP, 1993 e 1998, volumes I e II, 336 p. e 348 p. (Coleção Repertórios).

INTERNATIONAL TRADE CENTER (ITC) UNCTAD/WTO. *Organic Food and Beverages: world supply and major european markets*. Genebra, 1999, 271 p.

WANDERLEY, M. N. B. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária*, n. 25, v. 2/3, p. 37-57, Campinas, mai/dez, 1995.

## **PARTE 2**

---

Vertentes de Ação

# AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA NA BAHIA: ATORES E EXPERIÊNCIAS

---

Alicia Ruiz Olalde\*

Bruno de Oliveira Dias\*\*

## 1 Introdução

As expectativas de amplos setores da sociedade em relação ao espaço rural vêm mudando, com uma crescente procura por novos bens e serviços tangíveis ou intangíveis. Além da produção de bens primários, como alimentos e matérias-primas, este espaço passa a cumprir funções de preservação da biodiversidade, de valorização das paisagens, de proteção do meio ambiente e de espaço recreativo, que reforçam a ligação da agricultura com os serviços ambientais. Essas demandas implicam a busca de um modelo para o sistema agroalimentar que respeite os princípios do desenvolvimento sustentável, representados pela solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações.

Entre as principais funções do espaço rural está a produção de alimentos de qualidade, com valor nutricional e segurança para o consumidor. A crise da “vaca louca”, além dos casos de contaminação por dioxinas e outros escândalos alimentares, tem provocado um forte impacto na opinião pública, especialmente na Europa. Também nos EUA, de acordo com Pollan (2001), os alimentos geneticamente modificados provocaram uma corrida dos consumidores aos produtos orgânicos, por terem segurança de que se trata de produtos isentos de modificações genéticas.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura/ UFBA. Pesquisadora da SEEDS – Sociedade para Estudos em Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável.

\*\* Bolsista de Iniciação Científica do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura/ UFBA

Assim, nos últimos anos está ocorrendo um aumento expressivo na produção e no consumo de produtos ecologicamente diferenciados, como os alimentos orgânicos, ou “bio” como são denominados na Europa. As estatísticas sobre produção orgânica são ainda insuficientes, mas há estimativas de que a produção certificada está presente em mais de cem países e este mercado movimentava atualmente mais de US\$ 20 bilhões, crescendo a uma taxa superior a 20% ao ano, em muitos casos. Os estudos indicam que há um grande potencial de crescimento do setor em todo o mundo.

Embora a participação da América Latina nesta produção seja ainda limitada, a mesma tem crescido significativamente, algumas vezes num ritmo realmente acelerado, como por exemplo, no caso da Argentina, onde em 1997 havia 287 mil hectares manejados organicamente, passando para 3,1 milhões de hectares em 2001, situando esse país como o segundo em área orgânica no mundo, principalmente por causa do crescimento da pecuária orgânica.

Também no caso do Brasil o crescimento da produção e do consumo de produtos orgânicos tem sido expressivo nos últimos anos, embora o ritmo de crescimento seja diferenciado para diversos produtos e regiões do país, com destaque para a região Sul e Sudeste, onde também existem estudos das experiências e dados estatísticos mais consistentes para este setor.

Para a Bahia, não há nenhum estudo sistemático das experiências em agricultura orgânica ou não convencional, apesar de existir informações de que já são produzidos de forma orgânica diversos produtos como cacau, café, guaraná, cravo da Índia, frutas, hortaliças e aguardente. Assim, o objetivo deste trabalho é traçar um panorama preliminar do desenvolvimento da agricultura orgânica e/ou agroecológica<sup>1</sup> na Bahia.

---

<sup>1</sup> Como nesta fase exploratória da pesquisa não se pretendeu realizar diferenciação entre as variações de sistemas “alternativos”, manteremos, em alguns momentos, estas duas terminologias que têm por objetivo contemplar o amplo espectro de produtores que se propõem a produzir de forma sustentável.

O método utilizado para desenvolver esta pesquisa consistiu na realização de uma série de entrevistas com informantes chaves, procurando abranger o amplo espectro de atores que têm se envolvido com as práticas “alternativas” como organizações de agricultores, produtores individuais, técnicos, ONGs, representantes de órgão governamentais etc. O estudo não pretendeu ser exaustivo, por ter um caráter exploratório, devendo ser complementado no futuro por pesquisas mais detalhadas.

A importância da realização deste tipo de diagnóstico está relacionada à busca de novos caminhos para o desenvolvimento rural sustentável ser um processo em construção, sendo ainda possível identificar as principais deficiências ou sugerir mudanças de rumo. Desta forma, pretende-se contribuir com a formulação de propostas que conduzam ao desenvolvimento rural sustentável.

O texto está organizado em quatro partes, incluindo esta introdução. A segunda parte apresenta brevemente alguns dados da agricultura orgânica em nível internacional e no Brasil. Na terceira parte, apresentamos o panorama da agricultura orgânica na Bahia, utilizando os dados primários coletados no período 2001/2002 e, por último, fazemos algumas considerações a partir dos dados apresentados.

## **2 A agricultura orgânica no Brasil e no mundo**

As estimativas convergem para valores próximos aos US\$ 24 bilhões nas vendas de alimentos orgânicos no mundo em 2003, sendo US\$ 10 a US\$ 11 bilhões na Europa e US\$ 11 bilhões nos Estados Unidos. Apesar deste mercado ter crescido a taxas superiores de 20% ao ano a partir dos anos 90, ainda representa um nicho de mercado, pois as vendas de orgânicos em nenhum caso superam 3 a 4% do mercado.

Existem aproximadamente 23 milhões de hectares em 400.000 propriedades manejadas organicamente no mundo (DARLOT, 2003). O maior número de propriedades orgânicas se encontra na Europa com cerca de 175 mil propriedades e 5,1 milhões de hectares. Já a maior

área corresponde a Oceania, que tem aproximadamente 46% da terra manejada organicamente no mundo, devido principalmente a extensas áreas de pastagens.

Entre os países europeus, a maior proporção de propriedades orgânicas em relação ao total de estabelecimentos está na Áustria e na Suíça, que já alcançam 9,3% e 10,2% respectivamente, mas a Itália é o país que apresenta o maior número de propriedades orgânicas, com 56.440 e a maior área com 1,2 milhões de hectares. Este país se destaca na produção de cereais, frutas, azeite de oliva e vinho orgânico.

Outros países que têm significativa participação no mercado orgânico na União Européia são Espanha, Alemanha, França e Reino Unido, enquanto os países Escandinavos são os que apresentam as maiores taxas de crescimento desse mercado. Em todos esses países, o rápido crescimento da agricultura orgânica se explica, tanto por um rápido aumento da procura, como pelo significativo apoio das políticas públicas com incentivos financeiros para a conversão e um conjunto bem definido de Normas de Produção e Certificação.

Na América Latina foram cultivados 4,7 milhões de hectares organicamente em 2001, o que representa 21% da superfície total cultivada no sistema orgânico, correspondendo a 75.800 produtores que representam 19% das propriedades orgânicas no mundo. O país que apresenta a maior participação em área é Argentina, com 3,2 milhões de hectares, mas 90% da área é ocupada com pecuária. O país que apresenta o maior número de propriedades orgânicas é o Peru, com 19.685, seguido pelo Brasil com 14.866 unidades. As propriedades orgânicas no Brasil ocupam uma área de 275 mil hectares, mas isto representa apenas 0,08% da área agrícola do país.

No Brasil<sup>2</sup>, a agricultura orgânica está atingindo taxas de crescimento raramente encontradas no mercado agroalimentar. Este mercado

---

<sup>2</sup> A normatização inicial para a produção de orgânicos no país é feita através da Instrução Normativa MA n. 007 de maio/1999 que trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos.

movimentou, em 1999, em torno de US\$ 90 milhões segundo o Centro Internacional do Comércio (ITC), e US\$ 150 milhões, para 2001, de acordo com dados do Instituto Biodinâmico (IBD). Já o estudo do BNDES faz uma estimativa na faixa de US\$ 220 milhões a US\$ 300 milhões para esse mesmo ano.

A área da produção orgânica no Brasil é ocupada 43% com pastagem e o restante é destinado ao cultivo dos mais diversos produtos agrícolas. Entre os principais produtos destacam-se a soja, o café, as hortaliças e as frutas. A soja é exportada em boa parte para o Japão e para a União Europeia. No caso das hortaliças, sua orientação principal é o mercado interno.

A maior produção brasileira está concentrada nas regiões Sul e Sudeste (mais de 90%), vindo em ordem de importância os estados do Paraná,<sup>3</sup> Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina (CASTRO; SILVA e RIBEIRO, 2000).

Observa-se que há uma grande desproporção entre os segmentos da cadeia, com escassa participação do segmento de processamento de alimentos. As exportações desses produtos, por exemplo, são feitas 90% em bruto, com a venda apenas da matéria-prima. Entretanto, o forte aquecimento do mercado externo está estimulando a demanda por produtos finais como: garapa, geléias, vinagre, café solúvel, suco de frutas, arroz, azeite e frutas desidratadas.

Existem ainda algumas grandes empresas do segmento agroindustrial que já estão participando na produção orgânica. É o caso das usinas São Francisco e Santo Antônio, localizadas no interior de São Paulo, com uma área certificada de 12.970 ha de canavial orgânico e um potencial de produção de 70 mil toneladas de açúcar/ano. O produto é comercializado sob a marca *Native* (SANTOS; MENDONÇA, 2001). Outra experiência no setor canavieiro é a *Ypióca*, que começou em 2001 a produzir cachaça a partir de 500 hectares de canavial orgânico no estado do Ceará. Na primeira

---

<sup>3</sup> O Paraná é o Estado com maior número de produtores certificados devido à importância da produção de soja orgânica para exportação nesse Estado.

saíra foram produzidos seis milhões de litros de aguardente, sob a marca *Ypióca Orgânica Prata*, com a perspectiva de dobrar a produção (Folha de São Paulo, 26/06/2001).

Entre os produtos exportados merece destaque a soja e o café, mas também se exporta açúcar, cacau, castanha-de-caju, suco concentrado de laranja, e em volumes menores, manga, melão, uva, derivados da banana, guaraná, pimenta-do-reino, etc. A carne e a cachaça estão sendo incluídas na pauta de exportações. Entretanto, o Brasil ocupa atualmente apenas o trigésimo quarto lugar no ranking dos países exportadores (SAMINEZ, 2001).

Os produtos agrícolas orgânicos estão também conquistando seu espaço no mercado interno. Produtores que exportavam a sua produção estão direcionando suas vendas para dentro do país, onde grandes empresas como supermercados e indústrias passaram a incluir esses produtos nas suas atividades.

Em relação ao comportamento dos consumidores, MATTOS e BORGUINI (2002) realizaram uma revisão das pesquisas disponíveis no Brasil, para o período de 1992 a 1999, achando os seguintes pontos em comum: a) o consumidor tem como principal motivação a preocupação com sua saúde e de sua família; b) a maioria dos consumidores está disposta a pagar um preço mais elevado pelos alimentos orgânicos; c) parcela expressiva dos consumidores não tem consciência clara do significado da agricultura orgânica; d) muitos consumidores gostariam de contar com uma oferta mais diversificada de alimentos orgânicos, tanto em relação à variedade de produtos como de postos de venda. Uma das conclusões deste trabalho é que os produtores e vendedores de alimentos orgânicos ainda não têm explorado adequadamente o potencial de consumo destes produtos no mercado nacional. Isto é especialmente verdadeiro em relação à falta de campanhas de esclarecimento e de marketing para os mesmos.

Até recentemente os produtos orgânicos para o mercado interno eram comercializados quase exclusivamente nas feiras livres e nas lojas de produtos naturais. Nos últimos anos, outros canais de comercialização estão se abrindo, o que contempla desde modalidades específicas para produtos orgânicos, como as associações ou cooperativas até a participação nas prateleiras das grandes redes de supermercados.

Alguns dos principais entraves para o desenvolvimento da produção orgânica estão relacionados à falta de organização do sistema de produção e do processo de comercialização. A baixa escala de produção implica maiores custos por unidade de produto, o que se reflete no relativo aumento dos preços. Além disso, existe em muitos casos descontinuidade na oferta e falta de planejamento na logística.

Por outro lado, existem ainda carências na regulamentação clara e fiscalização do processo de certificação orgânica. Também faltam incentivos por parte de órgãos governamentais ou agentes financeiros. O período de conversão, onde o produtor está ajustando seu processo e, portanto, ainda não pode vender o produto de um modo diferenciado, exige uma atenção particular e não há nenhuma linha de crédito especial para essa operação. Outro obstáculo freqüentemente citado é o custo do próprio processo de certificação. Em outros países, como já foi referido, é comum que existam linhas de apoio governamental para essas atividades.

Por outro lado, os mecanismos de apoio convencionais, como o crédito rural, por exemplo, apresentam dificuldades para se adequar às especificidades da produção orgânica. Contudo, cabe destacar que em 1999, o Banco do Brasil lançou o programa BB Agricultura orgânica.

Existem alguns exemplos estaduais de apoio das instituições oficiais à reconversão para a agroecologia, como é o caso da EMATER/RS, que desde 1999 empreendeu uma trajetória de mudança nos seus objetivos, missão e estratégia de ação, visando reverter a degradação ambiental, melhorar a qualidade dos alimentos e diminuir a dependência dos agricultores em relação aos insumos químicos industriais (Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2000).

Diversas organizações estão ligadas ao fomento da agricultura orgânica na Brasil como, por exemplo, a AAO - Associação de Agricultura Orgânica - de São Paulo, criada em 1989, que reúne produtores, técnicos, consumidores e simpatizantes. A entidade promove eventos, dá assistência a pequenos produtores e se envolve em serviços de organização e de certificação. Em 2002 existiam 2.000 sócios e 400 produtores certificados.

Outro exemplo deste tipo de organização é a ADAO – Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica, no Ceará. Esta organização

inclui produtores e consumidores. Os produtores apresentam seu orçamento anual que é dividido por doze meses e pelo número de associados. Ou seja, os consumidores pagam para diminuir o risco do produtor, recebendo em troca as cestas de produtos orgânicos semanalmente (GARCIA, 2001).

Além dos citados, existem várias outras organizações que atuam fomentando a produção orgânica no Brasil, como a Cooperativa Ecológica COOLMEIA, no Rio Grande do Sul; a Associação dos produtores Orgânicos do Paraná – AOPA; a Rede Ecovida de Agroecologia em Santa Catarina, a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), a Associação de Produtores de Agricultura Natural (APAN) em São Paulo, etc. Nestas organizações, a reunião dos agricultores facilita a comercialização, realizada, em muitos casos, de forma direta para o consumidor.

Entre as instituições certificadoras que atuam no Brasil temos o Instituto Biodinâmico (IBD) e a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) que são as que atendem a um maior número de produtores. Também existem outras entidades que certificam, como a Fundação Mokiti Okada, a Associação de Produtores de Agricultura Natural (APAN), a Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC), a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, a Cooperativa Ecológica COOLMÉIA, a Chão Vivo do Espírito Santo (composta por 19 ONGs), a SKAL (certificadora internacional que atua em 40 países), ECOCERT (considerada uma das maiores da Europa e presente em 50 países), FVO Brasil (ligada à certificadora americana Farm Verified Organic) e outras.<sup>4</sup>

### **3 Agricultura Orgânica na Bahia**

Como referido anteriormente, os Estados pioneiros na produção orgânica situam-se predominantemente no Centro-Sul do país. Todavia, nos

---

<sup>4</sup> Para maior detalhamento consultar o: [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br).

últimos anos estas práticas vem se expandindo num ritmo acelerado também em outras regiões, incluindo a Bahia, onde se observa um crescente interesse pela agricultura orgânica.

Não há informações estatísticas públicas ou privadas do comércio orgânico no Estado, mas já existem na Bahia produções orgânicas de cacau, café, manga, caju, mamão, melão, maracujá, guaraná, cravo, morango e horticultura em geral, além de aguardente, leite e carne caprina e bovina. Entre os agentes que estão participando na construção desta proposta podemos identificar: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG-BA), associações e cooperativas de pequenos agricultores, ONGs, alguns empresários agrícolas individuais, técnicos, redes varejistas e escassas iniciativas do setor público. A seguir passaremos a relatar a inserção de cada um desses atores, seu interesse na produção orgânica, os principais desafios que deverão enfrentar e as perspectivas.

### 3.1 Entidades que atuam na produção orgânica

FETAG-BA: esta entidade vem nos últimos anos empenhando esforços para fomentar a produção orgânica no Estado da Bahia<sup>5</sup>. Para isso, tem promovido cursos e encontros nas diversas regiões e incentivado também a criação da Associação de Agricultura Orgânica da Bahia (AAO-BA). A partir destes encontros foram elaboradas as cartas de intenções da Chapada, de Valença e de Salvador, na qual agricultores, técnicos e entidades presentes assumem compromissos do ponto de vista ecológico, sócio-cultural e econômico, para garantir à população produtos saudáveis e de alto

---

<sup>5</sup> Parte da decisão da FETAG de aderir decididamente à produção orgânica vem da convicção do seu presidente, Esdon Pimenta, que pratica a agricultura orgânica por princípios filosóficos há 17 anos, produzindo café, feijão, hortaliças, girassol, frango e ovos caipiras num sistema integrado: “O girassol é para alimentar as aves, dentro do conceito de sustentabilidade que defendemos. Saímos da dependência de comprar insumos e sementes, a propriedade tem que se auto-gerir, é isso que torna nossa agricultura viável” (A Tarde, 20/09/2001).

valor nutricional, além do fomento da integração entre agricultor e consumidor final dos produtos orgânicos, tanto no mercado interno quanto no externo. Os referidos documentos, estabelecem estratégias de ação para consolidar os mercados para estes produtos e buscar o reconhecimento da importância da agricultura orgânica para a valorização da qualidade de vida da população (BAHIA, 2000).

AAO-BAHIA: criada em dezembro de 2001, esta entidade tem por finalidade realizar assistência técnica e promover a cooperação entre os produtores orgânicos. A organização também pretende atuar no processo de certificação em parceria com a AAO-SP - que em 1996 criou seu selo de qualidade -, e com o IBD - o único órgão certificador nacional com registro junto à IFOAM. A decisão desta associação em participar no processo de certificação tem por objetivo a redução dos custos desta operação para o pequeno produtor.

Uma das estratégias fomentadas pela AAO-BAHIA e pela FETAG é a criação de grupos e associações de produtores nas diversas regiões para fortalecer a comercialização desses produtos e reduzir o custo da certificação. Assim, por exemplo, foi formado um grupo de 17 produtores de café da região do Piamonte da Chapada Diamantina. Estes produtores estão em vias de certificação através do IBD e o destino principal da produção é o mercado externo.

Em outros casos está sendo utilizado, pelo menos por enquanto, o que poderíamos chamar de “construção de vínculos de credibilidade informais”. Este é o caso, por exemplo, da compra de morango orgânico pela rede de *delicatessen* Perini de Salvador, produzido no município de Morro do Chapéu, pela Associação de Produtores de Morro do Chapéu. Neste caso, a credibilidade é construída através de visitas às propriedades e pela confiança do proprietário da Perini nos técnicos da FETAG e da AAO-BAHIA.

Fundação Mokiti Okada: esta Fundação começou a trabalhar na Bahia em 1994, com a implantação da Fazenda Tatauna, no município de Sapeaçu. Os objetivos desta fazenda eram a demonstração das práticas da agricultura natural e a realização de assistência técnica a produtores interessados na conversão para a agricultura natural. Paralelamente, os produtos da Fazenda Tatauna começaram a ser comercializados no mercado local, embora este não seja o objetivo central do empreendimento. Nos últimos

três anos, a Fundação Mokiti Okada começou a atuar também na certificação de produtores. A partir do ano 2000 a Mokiti Okada vem oferecendo, sistematicamente, cursos sobre agricultura natural no Estado.

No momento de realização da pesquisa (2002) existiam na Bahia 10 produtores certificados e 20 em conversão pela Mokiti Okada. As propriedades já certificadas se orientam basicamente à produção de frutas e hortaliças. Nos casos do produtor pretender exportar, a Mokiti Okada mantém um acordo com o IBD para encaminhar a certificação através desta entidade.

O selo oferecido pela Fundação Mokiti Okada é catalogado como “orgânico”, embora a entidade trabalhe com o sistema conhecido como *agricultura natural*. O agrônomo Antônio Fonseca, responsável pela regional Norte e Nordeste, aponta como principal diretriz da entidade o fato de que a Fundação trabalha procurando transmitir valores ligados à espiritualidade, visando o desenvolvimento integral do ser humano. É também, por buscar-se manter o sistema agrícola o mais próximo possível do natural, observando a natureza e fazendo as mínimas intervenções no momento certo.

Instituto de Permacultura da Bahia (IPB): Com sede em Lauro de Freitas, esta entidade atua na Bahia desde 1992. A partir de 1999 passou a desenvolver o *Projeto Policultura* na região de Irecê, tendo ampliado recentemente sua área de atuação para o município de Tucano. Também na Chapada Diamantina existe uma comunidade onde realizam-se a maioria dos cursos de Permacultura. Na experiência de Irecê estão diretamente envolvidas 200 famílias de pequenos agricultores. O objetivo da instituição é promover a autonomia do pequeno produtor, para isso, promove-se um sistema de policultura que integra cultivos alimentares para a subsistência com cultivos comerciais, seguindo uma distribuição espaço-temporal onde entram desde cereais, fruteiras e forrageiras até ornamentais e madeiráveis, procurando criar agroecossistemas diversificados. A mamona é o principal produto comercial dos agricultores do Projeto Policultura de Irecê, entretanto, embora seja um produto orgânico, ainda é comercializado na modalidade convencional. Uma alternativa atraente que tem sido explorada por esses produtores é a produção de gergelim orgânico, que está sendo comercializado em lojas de produtos naturais de Salvador. Esta instituição não está trabalhando com certificação.

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESB): Localizado na região Sul da Bahia, com sede no município de Ilhéus, o IESB está desenvolvendo um trabalho na linha sócio-ambiental junto a produtores da região reunidos em duas cooperativas cuja constituição foi fomentada por esta entidade.

A primeira delas, a COOPERUNA, que fica no município de Una, começou a operar em 1999. A cooperativa reúne 150 agricultores familiares, mas apenas um subgrupo de 21 cooperados vem desenvolvendo a produção orgânica e está atualmente em processo de conversão. O IESB atua junto aos agricultores cooperados na implantação e/ou restauração e enriquecimento de sistemas agroflorestais diversificados, visando especialmente a produção de palmito de açaí e frutas, frescas e desidratadas, além do cacau. Alguns produtores têm também guaraná e cravo em processo de conversão. De acordo com os entrevistados, os produtores da região estão agora mais conscientes da necessidade de diversificar a produção devido à crise da economia cacauzeira.

A segunda foi a CABRUCÁ (Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia) - Esta cooperativa é formada por 34 produtores certificados, além de 82 em processo de conversão para orgânico. Foi criada em 2001, embora um grupo de produtores já viesse exportando cacau orgânico desde 1999.

Por enquanto, a Cabruca vem atuando na comercialização de cacau, principalmente para exportação, embora a intenção seja trabalhar também com sistemas diversificados. Entre os principais objetivos da organização destacam-se: i) divulgar informação e oferecer capacitação sobre agricultura orgânica; ii) comercialização diferenciada do produto orgânico e, iii) facilitar a aquisição de insumos naturais. A cooperativa vem recebendo muitas solicitações de cacau orgânico, mas a oferta disponível ainda é limitada. Havia muitos produtores em processo de conversão no momento de realização da pesquisa (2002) pelo que a oferta pode aumentar significativamente nos próximos anos. A idéia é que os pequenos produtores da COOPERUNA, quando certificados, comercializem a produção também através da CABRUCÁ.

Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP): esta é mais uma ONG que está atuando na Bahia na construção de práticas

agroecológicas. Possui um escritório central em Salvador, mas atua em duas regiões do Estado: o Baixo Sul, com sede regional no município de Camamu e o Baixo Médio São Francisco, com sede regional no município de Remanso. Esta entidade orienta pequenos produtores na busca de sistemas de produção sustentáveis, promovendo a diversificação de culturas e a busca da segurança alimentar. No Baixo Sul, a entidade tem estimulado os pequenos agricultores a diversificarem seu sistema de produção para sistema agroflorestais, através do plantio de diversas espécies nas falhas abertas na cultura do cacau. Para isto, empregam-se fruteiras como cupuaçu e açaí, e também espécies como seringueira, etc. Há dois anos iniciaram um trabalho de conversão para a agricultura orgânica com um grupo de 56 agricultores provenientes de assentamentos de reforma agrária, no município de Camamu. Estes agricultores ainda estão em vias de certificação através do IBD para cacau e guaraná. Neste caso, o processo de certificação é visualizado como uma etapa intermediária, uma ferramenta que permite ao agricultor uma inserção diferenciada no mercado, mas o objetivo final é a construção de agrossistemas sustentáveis. No Baixo Médio São Francisco, ao trabalho com sistemas agrícolas diversificados, soma-se a apicultura e a caprinocultura, que se constituem em componentes do sistema produtivo estratégicos para a convivência com o semi-árido.

### 3.2 Atuação do setor público na difusão da agricultura orgânica

No âmbito estadual, além da criação do Comitê Estadual de Agricultura Orgânica em 2001, com a finalidade de regulamentar a produção orgânica na Bahia, não existem ações coordenadas para fomentar a produção orgânica.<sup>6</sup> O referido comitê conta com a representação de diversas entidades e sua criação resultou de uma diretriz Federal. A atuação desta entidade será fundamental em relação à questão do cadastro das

---

<sup>6</sup> Cabe registrar aqui o empenho de alguns técnicos da EBDA, que atuam isoladamente e/ou em parceria com ONGs, para fomentar a produção em sistemas agrícolas sustentáveis.

certificadoras e outras medidas que visem organizar e regulamentar o setor. Vale destacar ainda, iniciativas isoladas de órgãos como a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) que possui um projeto visando a recuperação de nascentes e a utilização racional das áreas no entorno de barragens com sistemas produtivos menos impactantes para o meio ambiente e a saúde dos usuários da água.

No âmbito municipal, registram-se algumas iniciativas isoladas de apoio à agricultura orgânica. Este é o caso de Governador Mangabeira, município do Recôncavo, cujo prefeito que é agrônomo e do PV, vem promovendo a agricultura orgânica no município. Com essa finalidade criou junto com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) o programa “Feira Verde”, através do qual um grupo de 20 agricultores familiares vem recebendo orientação técnica para produzir e comercializar produtos orgânicos. Promovendo ainda, cursos, palestras e seminários. A Prefeitura disponibilizou também um espaço físico e a infra-estrutura para que a feira pudesse acontecer.

De acordo com o Secretário de Desenvolvimento Rural do referido município, existe a intenção de construir um posto de vendas às margens da BR 101 e de criar um selo regional com a participação de outras prefeituras da região para que os consumidores tenham maior confiança e disponibilidade de produtos.

A prefeitura de Mata de São João, também em parceria com a EBDA, vem desenvolvendo desde 1999 um trabalho que visa difundir a agricultura orgânica na região. Foram promovidos seminários e cursos, além de oferecida assistência técnica aos produtores rurais. Na região já existiam agricultores que desenvolviam as técnicas de produção orgânica na Cooperativa JK, formada por imigrantes japoneses e seus descendentes e a estratégia de difusão baseou-se na extensão dessas práticas a um número maior de agricultores. Existe a pretensão de organizar os agricultores em cooperativas, além da já existente. Com a construção do Complexo Turístico Costa do Saúpe os agricultores organizados passaram a fornecer frutas e verduras orgânicas ao empreendimento. Hoje, além de abastecer esse empreendimento turístico, os produtores escoam a produção para Salvador, atendendo a redes de supermercados e feiras (À Tarde, 10/07/01). Além da agricultura,

também é desenvolvida no município a pecuária orgânica leiteira. Neste caso, utiliza-se a homeopatia para a atenção da saúde animal.

### 3.3 Produtores individuais e associações que trabalham com agricultura orgânica

A seguir iremos apresentar alguns exemplos de experiências em agricultura orgânica conduzida por produtores individuais ou associações.

#### **Fazenda Gurgel**

Localização: Recôncavo - município de Conceição do Almeida

Nesta fazenda são cultivados mais de quarenta itens: alface, cenoura, rúcula, espinafre, cebolinha, salsa, coentro, nabo, manjerição, cebolinha, berinjela, pimentão, quiabo, rabanete, tomate, abobrinha, abóbora, inhame, abobrinha, abóbora, feijão, mandioca, milho, fruta-pão, além de pequenas quantidades de fruteiras diversificadas, como mamão, abacaxi, jambo, jaca, acerola, carambola, etc. A produção é conduzida, em parte, através do sistema de parceria com trabalhadores rurais que exploram áreas dentro da própria fazenda. Uma parte da comercialização é feita através de feiras orgânicas semanais nos bairros da Pituba e da Barra, em Salvador. Enquanto a outra parte dá-se através do sistema de entrega de cestas a domicílio, no qual o cliente solicita antecipadamente os itens que deseja adquirir. O produtor conta com sistema de transporte próprio para as entregas.

A fazenda, de 300 hectares, orientou-se tradicionalmente para pecuária. Atualmente a maior parte da área ainda destina-se à pecuária, sendo que a área de produção agrícola ocupa apenas 6,0 hectares, 1,5 ha dedicadas à horticultura irrigada. Contudo, na participação no faturamento da propriedade, a agricultura orgânica já superou à pecuária.

Utiliza o bio-gel<sup>7</sup> para pulverizações, especialmente para berinjela e tomate. Também utiliza urina de vaca como fertilizante e na proteção

---

<sup>7</sup> O bio-gel é fabricado na fazenda a partir do conteúdo do rumem bovino, enriquecido com nutrientes.

das plantas. Segundo o produtor, que também é engenheiro agrônomo, o principal desafio da produção orgânica é deixar de trabalhar com “receitas” e passar a trabalhar com conceitos.

Para ele, o principal é ter variedade de produtos e regularidade no fornecimento. O mercado de fruteiras é visualizado como um espaço promissor. O produtor vem atuando há três anos no ramo da agricultura orgânica, não conta com certificação porque já estabeleceu um vínculo direto de confiança com os clientes a partir da feira e das entregas domiciliares. Alguns clientes já visitaram a propriedade. Hoje a entrega a domicílio é mais interessante para o produtor, pois os clientes preferem receber o produto em casa, mas a feira serve, segundo ele, como um tipo de show-room.

### **Fazenda Reunidas Nossa Senhora da Conceição**

Localização: Litoral Norte - município de Jandaíra

Este produtor cultiva coco há 25 anos. Possui de 15 a 20 mil pés de coco, com produção de cerca de 1.200.000 frutos por ano. Um terço desta produção é comercializada através de uma grande rede de supermercados e os dois terços restantes através da CEASA em Salvador. Obteve a certificação pelo IBD em 2001. Segundo ele, a comercialização constitui um dos maiores entraves, pois embora os supermercados, a priori, tenham demonstrado interesse pelo produto orgânico, não existe disposição para pagar um preço diferenciado na hora de operacionalizar as vendas. No caso do coco, relata o produtor, a percepção do consumidor de que o coco é um produto “natural” per si pode representar um empecilho na estratégia de diferenciação do produto. Apesar de ter feito um grande investimento em divulgar seu produto, o produtor informou não estar satisfeito com os resultados obtidos em termos comerciais.

### **Ecosítio Takenami**

Localização: Região Metropolitana de Salvador - município de Mata de São João

A Colônia JK iniciou em 1959 com imigrantes japoneses, passando por vários ciclos: plantio de verduras (tomate, vagem, pimentão),

pimenta-do-reino, flores e hoje produzem predominantemente verduras e frutas (limão e mamão).

O Ecosítio Takenami tem 100 hectares: 40% é mata, 25 ha de pasto e 35 ha de plantio. O plantio é irrigado, contando com recursos hídricos abundantes. Tem 9 ou 10 anos na produção orgânica e está certificada pela Fundação Mokiti Okada.

Ele procurou diversificar ao máximo a produção. Produz uma oferta diversificada de hortaliças e temperos, iogurte e queijo orgânico, frutas (basicamente limão e mamão), galinha caipira, também cria alguns porcos com a sobra da banana, mamão e hortaliças e peixes. A idéia é ter de tudo um pouquinho.

Vende na feira orgânica da Barra e da Pituba, para a delicatessen Perini, em Salvador, e para o supermercado Extra os produtos nos que ele tem grande volume (chuchu e limão) e não conseguiria escoar através feirinha. Também realiza entregas em domicílio, contando com transporte próprio. Esta última é a melhor modalidade de comercialização, segundo o produtor, tem 200 a 300 clientes na orla de Salvador. A comunicação é por fax e por telefone, mas que pretende ampliá-la através da utilização da Internet. Em termos de volume está comercializando mais produto para o supermercado, mas o preço do produto no supermercado é quase igual ao convencional.

O produtor foi pioneiro na região. Hoje tem outros produtores orgânicos. Ele está comercializando a produção de quatro desses produtores, mas como eles estão ainda na fase de certificação, o produtor não está usando o selo orgânico.

No caso da pecuária orgânica conta com assistência técnica da EBDA em parceria com a prefeitura de Mata de São João, que vem acompanhando sistematicamente a propriedade. Também os técnicos da Mokiti Okada têm dado assistência à propriedade.

Na avaliação do agricultor, o maior problema é o planejamento da produção. Às vezes faltam certos produtos. Seria necessário plantar mais, mesmo que sobrem certos produtos, para atrair os clientes. Além disso, ele avalia que muitos clientes em potencial não têm conhecimento do produto orgânico. Quando tem algum programa de divulgação, como o recente Globo

Repórter sobre alimentação, por exemplo, ele observou que imediatamente o fluxo de clientes aumenta 30 a 40% na feirinha.

### **Sítio Pedra Lisa**

Localização: Região Metropolitana de Salvador - município de Lauro de Freitas

A propriedade possui 100 hectares, sendo 96 ha de mata virgem e 4 destinadas à agricultura. Os cultivos realizados são diversos tipos de hortaliças e o coco. A intenção é diversificar mais a produção. Comercializa a produção também através da Feira Orgânica da Pituba, em Salvador. Atua com agricultura orgânica há três anos e sua fazenda está em vias de certificação pelo IBD. O produtor espera que o selo orgânico abra para ele novos mercados, como o das grandes cadeias de supermercado de Salvador.

### **Sítio Madalena (Horta e Arte)**

Localização: Região do Paraguaçu - Conceição do Jacuípe

A propriedade cultiva hortaliças, plantas medicinais e flores tropicais. A comercialização das hortaliças é feita através da venda direta ao consumidor, por estar situada às margens da BR 324 os consumidores observam a produção ao passarem por essa via. A alternativa adotada pelo proprietário foi à construção de sua loja em frente ao sítio. Os consumidores fazem a propaganda informal “de boca em boca” e a própria localização da propriedade já é um marketing.

### **Projeto Onça**

Localização: Baixo Sul – município de Taperoá

Trata-se de uma associação de pequenos agricultores, constituída em 1988, por iniciativa de um produtor alemão que morou na comunidade. Este produtor tinha ligação com o movimento biodinâmico na Alemanha e estimulou a formação da associação e posteriormente de uma cooperativa, para exportar o produto certificado para Alemanha. O principal produto de

exportação é o guaraná, mas também tem significado a produção de cravo. Além disso, os agricultores cultivam uma diversidade de produtos, como piaçava, pimenta-do-reino, caju, dendê, pupunha, cacau, coco, etc.

O guaraná e o cravo são exportados para Alemanha, tendo um único comprador. Contam com uma unidade para o beneficiamento do guaraná, construída a partir de um empréstimo de uma ONG alemã. O preço pago pelo produto orgânico exportado é de até 3 ou 4 vezes o preço pago na região pelo produto convencional. O grupo participou da feira internacional de produtos orgânicos que realizada recentemente na Alemanha para procurar ampliar e diversificar seus mercados. Todavia, um fator limitante é que o volume de produção da maioria dos produtos é muito pequeno para justificar a exportação.

Hoje, a associação está constituída por 52 famílias, 36 das quais têm áreas menores de 15 hectares. Assim, um importante desafio é gerar promover sistemas sustentáveis de exploração que permitam a sobrevivência das famílias em áreas tão reduzidas.

O grupo de produtores está certificado desde 1992 pelo IBD. A certificação foi paga com parte da renda obtida através da exportação de guaraná. Os agricultores já utilizavam poucos insumos químicos, principalmente devido à falta de recursos. Já usavam tradicionalmente alguns produtos biológicos, como a “água da mandioca” para combater a formiga.

A partir do processo de conversão os produtores começaram a ter uma maior preocupação com a preservação ambiental, abandonando antigas práticas, como a derrubada da mata, a queima, deixar o topo do morro descoberto, capinar nas ladeiras, entre outras. Alguns produtores, que inicialmente faziam parte da associação, não se adaptaram a essas exigências e abandonaram o projeto. Em outros casos, o processo de conversão foi diferido, porque foi necessário reflorestar certas áreas que se encontravam degradadas. Vale ressaltar que este projeto não tem contado com uma assistência técnica sistemática

Atualmente existe uma parceria com o IESB, tendo sido realizado um diagnóstico e está em fase de elaboração um projeto integrado de diversificação. Uma proposta é trabalhar com frutas desidratadas, apicultura e/ou ervas medicinais. Isto é, novos produtos compatíveis com a preservação da Mata Atlântica.

## **Associação de Produtores Orgânicos de Conceição do Jacuípe.**

Localização: Região do Paraguaçu – município de Conceição do Jacuípe

A associação produz hortaliças (alface, coentro, couve, chicória, brócoli, beterraba, espinafre, escarola, hortelã, língua de vaca, manjerico, mostarda, nabo, rabanete, salsa, salsão, cenoura, etc.) e vende para intermediários que comercializam os produtos para os supermercados. É formada por 47 associados, todos agricultores familiares, dos quais 12 estão trabalhando na mesma área.

A Associação foi criada em 1999, por iniciativa do seu presidente, Gilvan C. da França, que já acreditava na produção orgânica e teve sua crença reforçada pela participação nos cursos que a FETAG organizou no ano 2000. Os produtores estão certificados pelo IBD.

A maior dificuldade enfrentada pela cooperativa está na comercialização, pois os produtos são adquiridos por uma empresa e ela é que estabelece os preços, os agricultores estão com problemas, pois não possuem dinheiro para investir na produção e ampliação da área orgânica. A cooperativa está procurando negociar diretamente com os compradores, no caso a Perini, para ampliar o seu poder de barganha no mercado. Há também um projeto de aquisição de uma fazenda para ampliar a produção através do programa de crédito fundiário, pois eles não são os proprietários de fazenda onde cultivam.

## **ASSOOL: Associação de Agricultores Orgânicos de Livramento**

Localização: Região Sudoeste – município de Livramento

O perímetro irrigado de Livramento orienta-se essencialmente à produção de manga, tendo expandido muito esta cultura nos últimos anos. A Associação de Agricultores Orgânicos de Livramento foi formada, em 2001, por 12 produtores de manga, mas alguns saíram por causa de dificuldades do processo de conversão ou por não acreditarem realmente na produção orgânica. O grupo que ficou é coeso, realizando freqüentes trocas de informação e experimentando novas práticas. Três deles já estão certificados e o outro em processo de certificação. As áreas desses produtores oscilam entre 5 e 20 hectares.

No ano de 2002 venderam para o mercado interno, para São Paulo, mas a partir de 2003 iniciaram o processo de exportação. Uma das dificuldades que o grupo teve que enfrentar foi a questão do beneficiamento, porque o produto deve ser processado separado do convencional. Isto se resolveu a partir de negociação com a cooperativa local para destinar alguns dias de operação do packing house para o processamento da manga orgânica.

Além do problema da comercialização, tiveram algumas dificuldades na conversão. A cultura da manga utiliza muitos insumos na região, eles estão usando também vários insumos, autorizados pelo IBD (calcário, rocha moída, MB4, urina de vaca, biofertilizante, etc.), mas a questão da indução floral ainda não foi resolvida. Se eles esperam o processo natural, entram no mercado no momento que concentra a oferta, pelo que o preço vai ser menor. Para realizar indução floral têm que manejar o stress hídrico, o que apresenta certo nível de dificuldade. Outra questão que ainda merece certo cuidado é a das barreiras em relação às propriedades vizinhas, que no geral também plantam manga, com elevada utilização de produtos químicos.

Além dos anteriormente citados, existem no Estado da Bahia outros produtores, individuais ou associados, que já possuem a certificação pelo IBD, entre eles: a *Agropecuária Cachoeira*, que produz manga, melão coco e banana, situada no Vale do São Francisco, município de Curaçá, vários produtores de café na região da Chapada Diamantina e aguardente no município de Rio de Contas, também na Chapada Diamantina.

### 3.4 Comercialização e perfil dos consumidores de produtos orgânicos

As vias de comercialização de produtos orgânicos na Bahia obedecem à seguinte tendência: parte significativa da produção destina-se ao mercado externo – como já relatado anteriormente, a outra parte é comercializada em lojas de produtos naturais e feiras, sendo que apenas uma pequena parcela destina-se aos supermercados e à entrega domiciliar de “cestas”. A seguir descrever-se-á a experiência da “Feira Orgânica da Pituba”,

analisando tanto os aspectos da comercialização em si quanto do perfil do consumidor, assim como serão relatadas algumas impressões a respeito da comercialização via supermercados.

A “Feira Orgânica da Pituba” foi criada a partir da iniciativa de um grupo de produtores que tomaram um curso sobre agricultura orgânica ministrado pelo técnico Adoniel Amparo,<sup>8</sup> que ocorreu na Casa do Comércio, em Salvador, em agosto do ano 2000. Formou-se a associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, que ajudou a criar a feirinha. No início eram oito produtores, hoje restam 4 ou 5 desse grupo, mas novos produtores foram se integrando. A iniciativa também contou com o apoio do Dr. Rossi, médico naturalista, que indicava este tipo de alimentação para seus pacientes e percebia a insuficiência de oferta de produtos orgânicos.

Funciona no estacionamento do restaurante natural *Brisa*, contando com a participação de 12 produtores, 11 da Bahia e uma produtora do Estado de Sergipe. Os consumidores são predominantemente de classe média a alta, donos de restaurantes e lojas de produtos naturais. A clientela é estável chegando a mais ou menos 300 pessoas. Desde as primeiras horas do dia já existem clientes esperando para adquirir produtos frescos. A demanda é maior do que a oferta como se pode ver pela rapidez com acabam a maior parte das mercadorias, pois a feira dificilmente vai além de 9:30 horas.

A principal preocupação dos clientes da feira está relacionada à saúde, estando dispostos a pagar um preço maior por um produto de qualidade. No entanto, existe um acordo entre os produtores que participam da feira para que os preços praticados tomem como parâmetro as principais redes de supermercados de Salvador, podendo haver ‘só uma pequena

---

<sup>8</sup> Adoniel Amparo é um técnico autônomo que vem divulgando as técnicas de produção orgânica através de palestras, cursos e serviços de consultoria. O sistema que ele divulga não está ligado a nenhuma entidade nem linha específica. Ele defende a utilização de matéria orgânica, através do uso de leguminosas e cobertura morta, uso de farinha de rocha - MB-4 e outras rochas fosfatadas. Além destes, o técnico recomenda, vende e ensina a preparar um biofertilizante formulado por ele – o “Bio-gel”.

variação. Apenas duas fazendas que participam da feira estão certificadas, as demais estão em processo de conversão ou optaram por estabelecer vínculos de credibilidade informal junto aos consumidores.

Entre as principais dificuldades da feira foi citado o fato de alguns produtores não estarem respeitando o acordo sobre preços: comercializando até 40% mais caro o produto orgânico, ou reduzindo os preços abaixo do estipulado, quando há excesso de oferta. No entanto, trata-se, aparentemente, de casos isolados. A outra crítica feita por alguns observadores refere-se ao fato do grupo ser fechado à entrada de novos produtores. Neste sentido, existe uma proposta de ampliação da feira, transferindo-a para um local mais espaçoso e estabelecendo mecanismos para a incorporação de novos participantes.

Um outro canal de comercialização que começa a entrar na área dos produtos orgânicos são as grandes redes de supermercados. O gerente de compras da rede bompreço, afirmou em entrevista, que a matriz desta rede, situada na Holanda, tem por diretriz exigir que haja comercialização de produtos diferenciados (orgânicos, hidropônicos, etc.) em todas as lojas da rede no mundo. Em Salvador, apenas as lojas situadas nos bairros de classe média a alta comercializam hortaliças orgânicas como alface, coentro, couve, cebolinha, chicória, salsa, hortelã, rúcula, espinafre, etc. Relatou, ainda, que os fornecedores de produtos orgânicos são poucos e é o gerente de compras quem decide de qual irá adquirir os produtos, dependendo das necessidades. Além dos produtos frescos, esta rede comercializa alguns produtos industrializados como café e açúcar que são produzidos em outros Estados. De acordo com este gerente, a oferta ainda é limitada e os consumidores ficam às vezes desestimulados pelo preço mais elevado do produto, além de, em geral, não diferenciam claramente estes produtos dos convencionais.

A rede Carrefour também está incentivando a produção de alimentos orgânicos no Nordeste, embora a intenção seja comercializá-los em outros estados, principalmente na região Centro-Sul. A rede não possui lojas na Bahia, mas está se envolvendo diretamente na produção de frutas no Vale do São Francisco, gerenciando a fazenda Agropecuária Orgânica do Vale, que possui uma área de 150 hectares produzindo uva orgânica.

Além de garantir a compra, a rede de supermercados se compromete a orientar tecnicamente outros produtores interessados em se habilitar como fornecedores (Gazeta mercantil, 19/04/99).

Observa-se que, de modo geral, existe um diferencial de preços em favor do produto orgânico, de 30 a 40%. Segundo analistas do setor, esta diferença só se justifica pela oferta insuficiente em relação à demanda e pela desorganização na comercialização, mas a mesma tende a diminuir quando houver um equilíbrio entre oferta e demanda.

Há indícios de que os grandes supermercados e delicatessen praticam margens relativamente elevadas no produto orgânico. Além disso, o volume que o supermercado demanda, em geral, é baixo; o produtor tem um custo para transportar e embalar o produto; e ainda tem que manter promotoras de vendas nos supermercados. Assim, o custo final é alto e o preço ao produtor baixo, que é o que ocorre também com o produto convencional. Porém, no caso do convencional, a pequena margem é compensada pelo grande volume e no orgânico isso não acontece. Além disso, os supermercados são extremamente exigentes com relação à aparência do produto e à regularidade no fornecimento, que no estágio atual de desenvolvimento da produção orgânica no estado, nem sempre podem ser asseguradas.

#### **4 Considerações finais**

De acordo com os pontos de vista recolhidos durante a pesquisa cabe ressaltar algumas observações gerais:

Já há experiências de produção e comercialização, inclusive para exportação, de vários produtos orgânicos na Bahia. Mas, o desenvolvimento da agricultura orgânica no Estado está na sua fase inicial, embora se observa um crescente interesse e as experiências têm se acelerado nos últimos dois a três anos, surgindo iniciativas em várias regiões, envolvendo diverso tipo de atores.

Observa-se, de um modo geral, que a comunicação entre os diversos agentes envolvidos na promoção e prática da agricultura orgânica e da

agroecologia na Bahia é ainda deficiente. A criação da AAO-BA poderá vir a facilitar uma maior organização do setor. Além da questão da regulamentação da agricultura orgânica, certificação, etc., esta articulação pode favorecer a organização comercial e mesmo as práticas reivindicativas, como a solicitação de linhas de crédito e de subsídios para o agricultor em conversão, por exemplo.

A informação entre produtores e consumidores é insuficiente em relação ao que seja agricultura orgânica. Entre os produtores se observa que o principal incentivo é a exportação de produtos tropicais, embora existam alguns produtores, como os que comercializam diretamente ao consumidor através das feiras e da entrega em domicílio, que trabalham com uma produção bem diversificada, pois seu principal ativo é a confiança do consumidor.

Por enquanto o produto orgânico só está disponível em pontos especializados, como lojas de produtos naturais, tendo apenas uma pequena participação nos grandes supermercados. Em geral, o sistema de comercialização está ainda pouco organizado, não existindo regularidade da oferta, volume de produção, nem variedade de produtos. A organização dos agricultores e criação de canais alternativos de comercialização, como as feiras orgânicas, está apenas começando, mas pode representar uma alternativa promissora;

Também há carências no processo de inspeção e regulamentação do processo de certificação. Constata-se, ainda, a necessidade de direcionar pesquisas para a produção orgânica e disponibilizar profissionais capacitados para resolver os problemas técnicos na produção orgânica e de outorgar maior incentivo das instituições públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, M. Aumenta interesse pela agricultura orgânica na Bahia. *Revista Brasileira de Agropecuária*. São Paulo, ano 1, n. 9, p. 14 – 17, 2000.

CASTRO, C. SILVA, M. e RIBEIRO, R. A certificação da produção orgânica no Brasil Informativo do Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia. *EMBRAPA*, ano 5, n. 15, p. 46 - 47, mar. 2000.

DARLOT, M. *Cenário Internacional: situação da agricultura orgânica em 2003*. Disponível em [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br) , consultado em 12/04/04.

GARCIA, I. Experiência inovadora no Brasil garante comercialização de orgânicos no Ceará. *Revista Brasileira de Agropecuária*, ano 1, n. 9, p. 41-42, 2001.

MATTOS, F. e BORGUINI, R. *Análise do consumo de alimentos orgânicos no Brasil*. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo, UPF. 2002, 1 cd.

ORMOND, J. et al. *Agricultura orgânica: quando o passado é futuro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 34 p.

POLLAN, M. *Entrevista ao Planeta Orgânico* (<http://www.planetaorganico.com.br/pollan.htm>).

SAMINÊZ, T. Agricultura Orgânica: mercado em expansão. *Revista Brasileira de Agropecuária*, ano 1, n. 9, p. 43, 2001.

SANTOS, Ricardo H. S. e MENDONÇA, Eduardo de S. Agricultura natural, orgânica, biodinâmica e agroecologia. In: *Informe Agropecuário*. v.22, n. 212. set/out. 2001. EPAMIG. Belo Horizonte-MG.

# **ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

---

Marcelo Galassi de F. Paranhos\*

## **Caminhos para uma nova agricultura**

A agricultura é uma das atividades humanas mais antigas da história. No próprio nome agricultura já vem incluída a cultura, que significa modo de cultivar, mas também padrões e valores materiais e espirituais transmitidos coletivamente. Quando pensamos nisso, passamos a refletir quais foram os padrões introduzidos na agricultura, nos últimos quarenta anos, que provocaram alteração tão profunda na atividade produtiva.

Nos aproximadamente dez mil anos de existência da agricultura, a principal matriz energética utilizada era o sol; tanto é que os orientais diziam que “a agricultura é a arte de cultivar o sol”. Porém, na atualidade, plantamos baseados no petróleo, que é a fonte da maioria dos insumos: adubos, agrotóxicos, combustível, plástico etc.

Além da mudança de matriz energética, ocorre o estabelecimento de uma série de dependências, pois o sol é de todos e o petróleo, não.

Pode-se dizer que a agricultura é sustentável quando ela conserva os recursos naturais e o meio ambiente, é economicamente viável, e socialmente apropriada e justa.

---

\* Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP . Rua 27 de Junho, 44 45445-000 Camamu-BA. E-mail: [camamu@sasop.org.br](mailto:camamu@sasop.org.br)

## **Reconstruindo a solidariedade**

O modelo capitalista de produção estimula a cultura do individualismo e da competição entre os agricultores, alimentada permanentemente por valores e padrões que consideram os agricultores familiares como subdesenvolvidos e atrasados. Para o “julgamento” dos agricultores, passou-se a adotar como referência o uso, ou não, do pacote tecnológico da modernização capitalista, que é baseado na mecanização, no uso intensivo de insumos químicos, animais de alto potencial genético e crédito rural subsidiado.

A lógica de uma agricultura empresarial é tirar o lucro máximo de seu investimento o mais rapidamente possível. Para o agricultor familiar, a agricultura não é só uma fonte de lucro, mas é também um modo de vida. Deriva daí a certeza de que o agricultor familiar cuidará de manter seu patrimônio natural e legá-lo para as gerações futuras (princípio essencial da sustentabilidade), enquanto o empresário retirará o máximo de lucro tão rápido quanto possível e depois investirá em outro negócio onde o lucro for mais atraente.

Nos dias atuais, os agricultores familiares que se encontram totalmente individualizados, sem nenhum nível de cooperação, tendem a tornar-se inviáveis com o passar do tempo, dados os limites e desafios que se colocam no presente e no futuro da agricultura familiar.

Quando resgatamos os primórdios da colonização e a formação da agricultura familiar no Brasil, constatamos diferentes iniciativas de solidariedade e cooperação. Esses valores vêm desaparecendo sob efeito do desenvolvimento capitalista adotado no país nos últimos quarenta anos. A solidariedade precisa ser resgatada e reconstruída como um valor cultural e expressar-se concretamente nas ações do dia-a-dia. A reconstrução da solidariedade não pode ser algo forçado e nem a partir da simples disponibilização de recursos financeiros do Estado para uma associação ou condomínio. A solidariedade requer um trabalho pedagógico que, de forma acumulativa e gradual, possa criar laços sociais e comunitários entre os agricultores.

Com a força da cooperação, os agricultores familiares poderão ter

acesso a uma assistência técnica qualificada, permitindo que, agricultores e técnicos possam desenvolver novos formatos tecnológicos para a agricultura, de forma participativa, garantindo produtividade, sustentabilidade e equidade. Nas políticas públicas, a organização deve garantir linhas de crédito para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, demonstrar força e representatividade política na luta por seus interesses.

A organização e a ação técnica, política e econômica dos agricultores familiares, através de suas Cooperativas, Associações e Movimentos Populares, possibilitarão a construção e a consolidação de um espaço com poder de influência na definição das políticas públicas referentes à agricultura, seja em nível municipal, estadual ou federal.

## **Organização para a produção**

A busca de estratégias de cooperação em nível de produção pode permitir melhor uso da mão-de-obra dentro da sazonalidade agrícola e com isso aumentar a produtividade e eficiência do trabalho. Para tornarmos a agricultura familiar viável, devemos otimizar o sistema de produção, valorizando a mão-de-obra, os custos dos insumos, preservação dos recursos naturais, o grau de autonomia/dependência com relação aos insumos.

A cooperação pode se dar através de simples mutirões de trabalho nas épocas de limpa e colheita da lavoura, na construção de sistemas de microbacias para conservação do solo, aquisição de máquinas e equipamentos, instalação de secadores e armazéns comunitários, transporte, produção de sementes e até o agrupamento de várias propriedades para a produção coletiva.

A Agroecologia busca aproximar sistemas de produção das condições ambientais diversificadas e específicas de cada lugar. O meio ambiente funciona em unidades que muitas vezes tendem a ultrapassar os limites de uma propriedade familiar. Sendo assim, torna-se importante que os agricultores concordem quanto às formas de manejo de solo, água e vegetação, quando as ações de cada um poderem ter implicações sobre as propriedades dos outros.

As experiências têm mostrado que as organizações para a produção devem ter um limite ideal de tamanho. Esse ideal dependerá da atividade produtiva e do nível de organização e cooperação do grupo. Muitas vezes o número reduzido de famílias facilita a participação de todos na condução do processo, logo na operacionalização e no gerenciamento das atividades.

## **Organização para a agroindustrialização**

O processo de beneficiamento, embalagem e acondicionamento de produtos agroindustrializados acaba agregando valor aos produtos, sendo que nos grandes complexos agroindustriais e cooperativas dificilmente essa agregação de valor retorna aos agricultores que produziram a matéria-prima básica.

Um modelo sustentável deverá reter o máximo da renda gerada pela agricultura nas mãos dos agricultores. Isso implica em descentralizar as agroindústrias, multiplicando as pequenas e médias unidades de transformação.

A agroindustrialização, através de unidades familiares de produção, pequenas associações e cooperativas, pode possibilitar uma importante alternativa de renda para os agricultores, além de permitir o controle dos custos e rendas auferidos no processo produtivo. Além disso, dependendo da flutuação de preços no mercado, o agricultor pode optar por vender a produção ou agroindustrializar, dando maior segurança de preço ao produtor. Dependendo do tipo de produto e da forma de agroindustrialização é possível diminuir os custos de produção e vender produtos de boa qualidade a um preço acessível, tornando-os menos elitizados em relação ao consumidor.

As agroindústrias médias e pequenas podem ser uma boa alternativa de desenvolvimento, permitindo integrar processos de produção e transformação de produtos em nível local e regional. Os sub-produtos da agroindustrialização, devidamente compostados, podem retornar às lavouras, mantendo a fertilidade do solo e não se tornando um problema ambiental.

## **Organização para a comercialização**

Participar do mercado requer estratégia e estrutura bem definidas. Essa decisão deve estar alicerçada no tipo de mercado e de produto disponíveis para a comercialização.

Normalmente quando pensamos em comercialização pensamos em grandes centros consumidores, entretanto, uma estratégia de desenvolvimento pode contemplar a regionalização da produção. Os mercados institucionais, regionais e locais podem ser uma alternativa importante de comercialização para determinados produtos.

Dentro do aspecto da comercialização é importante ressaltar a necessidade de viabilizar diferentes formas de cooperação, seja para compra de insumos seja para compra de equipamentos para agroindustrialização.

O novo modelo não implica em que toda a produção, transformação e comercialização sejam feitas por organizações de produtores, mas é importante que essas tenham uma parcela significativa do mercado para melhorar as condições de negociação com outros agentes econômicos, industriais ou comerciantes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DAVID, Lino. Produzindo para uma nova agricultura. Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais. Caderno de Estudo

WEID, Jean Marc von der. A Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Comentários e Subsídios ao Documento Base para o 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998

# **ASSOCIATIVISMO, SISTEMAS AGROFLORESTAIS E PRODUÇÃO ORGÂNICA : UMA ESTRATÉGIA PARA CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA**

---

Joaquim Blanes,  
Luis Lima,  
Marcelo Araujo\*  
Walter Lima\*\*  
Victor Fernandes\*\*\*

A Mata Atlântica é considerada uma das áreas de maior prioridade para a conservação do planeta, devido a sua diversidade biológica e elevado grau de ameaça. No município de Una, sul do estado da Bahia, localiza-se a Reserva Biológica de Una (REBIO), unidade de conservação federal de proteção integral, criada através do decreto 85463 do ano de 1980.

O grau de ameaça desse ecossistema é muito elevado, pois causas sócioeconômicas e culturais com características estruturais e conjunturais, contextualizadas na atual crise da cacauicultura trazem sérias conseqüências para a integridade dos últimos remanescentes de floresta nativa, em toda a região do entorno da REBIO-Una.

Partindo dessa avaliação, o IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, iniciou, em 1994, trabalhos de pesquisa e extensão com objetivos centrados nos problemas de manutenção da viabilidade

---

\* Agrônomos do Núcleo de Comunidades Sustentáveis/IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, C. P. 84 45652-180 Ilhéus-BA. E-mail: iesb@iesb.org.br, peninha@iesb.org.br

\*\* Técnico agrícola do Núcleo de Comunidades Sustentáveis/IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia. E-mail: walter@iesb.org.br

\*\*\* Graduando em Agronomia, integrante do Grupo de Agroecologia da Universidade Estadual de Santa Cruz e colaborador do IESB.

ecológica da Reserva e seu entorno, considerada a principal área chave para conservação da biodiversidade regional, sendo uma das áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, ao nível nacional, dentro do programa o Homem e a Biosfera, da Unesco.

Intervindo de forma abrangente, o IESB vem propondo políticas públicas, desenvolvendo metodologias e ferramentas de análise ambiental, fomentando a implementação de alternativas econômicas na utilização dos recursos naturais e capacitando pessoas locais, através de parcerias com instituições de pesquisa, ONG's locais e nacionais, universidades e agências governamentais.

Neste processo, identificou-se a necessidade de fortalecer a organização das associações comunitárias rurais como etapa indispensável para uma efetiva conservação dos recursos naturais e promoção de bases para o desenvolvimento sustentável. Era crítica a realidade da comercialização de produtos agrícolas dos pequenos e médios produtores tradicionais e dos assentados pela reforma agrária, pois a presença de uma rede de comercialização primitiva, onde o produtor distante geograficamente e com pequena quantidade e grande variedade de produtos era presa fácil para atravessadores experientes.

Organizar produtores neste contexto poderia representar o fortalecimento da dependência às estruturas de comercialização presentes. A não ser que tal organização priorizasse inicialmente, e em paralelo, o funcionamento de uma estrutura associativa de comercialização baseada no cooperativismo.

## **A estratégia utilizada na implementação do programa de agricultura orgânica e agroflorestal**

As ações de extensão agroflorestal do IESB para garantir a integridade da Reserva Biológica de Una e a manutenção dos remanescentes de floresta nativa do seu entorno, obrigatoriamente tinham que ter caráter interdisciplinar e princípios múltiplos de ação. Inicialmente, a seleção das propriedades foi efetivada a partir de um diagnóstico dos remanescentes florestais próximos à Reserva. A prioridade estava relacionada à presença

e tamanho das áreas de floresta nativa por propriedade e contigüidade entre elas, com vistas à formação de corredores florestais .

Neste sentido, foram realizadas visitas a todas as propriedades indicadas, com o objetivo de caracterizar o sistema de produção e propor alternativas de utilização dos recursos naturais que fossem sustentáveis e, principalmente, garantissem uma rentabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida. As propostas alternativas de exploração agropecuária estavam baseadas em três princípios: organização comunitária, desenvolvimento da cadeia do agronegócio sustentável, baseado em produtos agroflorestais, e monitoramento ambiental.

Desta forma em algumas propriedades conseguiu-se propor o enriquecimento de áreas de cacau em consórcio com seringueira ou sob cabruca, utilizando, principalmente, o Açai (*Euterpe oleracea* M.) e, ou o cupuaçu (*Theobroma glandiflorum* L.). Nesta ação, introduzia-se não apenas novos cultivos, mas também o conceito de aumento da renda através da estratégia de diversificação em áreas já cultivadas, intensificando o melhor uso das terras já convertidas para a atividade agrícola. Em paralelo, iniciou-se a discussão da importância da comercialização justa, desenvolvendo também ações demonstrativas como a comercialização de guaraná (*Paullinia cupana* H.B.K.), plantio largamente praticado em propriedades da região. O sucesso foi fato, muito mais pela vigência da absurda situação de exploração do produtor pelos atravessadores locais, do que pela discussão acumulada dos agricultores organizados: na primeira experiência de comercialização alternativa, o guaraná em grão foi vendido pelo valor três vezes maior que o preço local.

Assim, ficava claro, para os agricultores do município de Una, a necessidade de discutir não só a base de produção, mas toda a organização da cadeia produtiva e de comercialização de produtos agrícolas. Neste contexto, depois de exaustivo processo de discussão pôde-se contar com o empenho das associações para criação de uma cooperativa de comercialização dos produtores do município de Una e interferir mais diretamente no sistema de produção ao nível das propriedades. Como resultado, foi criada a Cooperuna-Cooperativa dos Pequenos Produtores de Una e Região, a qual conta com 125 famílias de agricultores(as) associados e tem realizado regularmente a

comercialização da produção agrícola, notadamente o cacau, o guaraná e a pimenta do reino.

Atualmente, disponibilizar insumos orgânicos e assistência técnica diferenciada é um dos maiores desafios, principalmente pela ação convencional dos órgãos de assistência técnica e fomento agrícola em favor da aplicação de insumos sintéticos e controle químico das enfermidades. Embora vivendo esta realidade local, pôde-se estabelecer, num primeiro momento, ações demonstrativas de nutrição orgânica e controle alternativo de pragas e doenças e, num segundo momento, ensaios de viabilidade do manejo orgânico, através do controle biológico do fungo *Crinipellis pernicioso* (causador da doença conhecida como vassoura-de-bruxa) e, em paralelo, uma oferta de insumos orgânicos para agricultores interessados, ainda que a oferta destes produtos fosse em caráter demonstrativo.

No processo de implementação de tais ações alternativas, parcerias importantes foram estabelecidas contribuindo para a consolidação do processo. A Universidade Estadual de Santa Cruz trouxe a possibilidade de pensar-se num programa a nível regional e o Centro de Pesquisa “Almirante Cacau” tem oferecido apoio técnico na recuperação das áreas de cacau. Além disso, a Ceplac inicia, a partir de 2003, um processo de implantação de um programa de agroecologia. Desde o início, as iniciativas tiveram suporte do Programa de Meio Ambiente da USAID - Agência Norte Americana para Desenvolvimento Internacional, através de parceria com a Conservação Internacional.

## **A necessidade de especificar para consolidar: a criação da CABRUCA – Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia**

A CABRUCA - Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – surgiu como resultado do sucesso da primeira experiência de comercialização de produtos orgânicos certificados, realizada por um grupo de produtores rurais interessados em produção orgânica certificada e na conservação de remanescentes florestais, com o apoio do IESB. A necessidade de integrar as ações regionais de conservação e desenvolvimento

sócioeconômico, de forma a apresentar uma alternativa aos processos de produção e comercialização da agricultura convencional, foi a justificativa de criação da cooperativa.

A CABRUCA está organizada com 34 produtores associados, cujas áreas estão certificadas pelo IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Botucatu - SP) entidade credenciada junto a IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) e DAR (Deutscher Akkreditierungsrat), além de um universo de 82 produtores em processo de conversão para produção orgânica.

A atual proposta da CABRUCA é garantir condições de recuperação do cultivo agroflorestal de cacau, baseado na produção orgânica e no enriquecimento do sistema agroflorestal tradicional, propiciando a capacitação e assistência técnica aos associados. O foco principal é o cacau, pela sua importância histórica, econômica e por sua relevância no processo de conservação da Mata Atlântica do Sul da Bahia, através do sistema de produção conhecido como cabruca, onde o cacauzeiro (*Theobroma cacao*) é cultivado à sombra das árvores nativas da Mata Atlântica. Este sistema contribui para a conservação da biodiversidade, especialmente quando conjugado a uma rede de áreas protegidas e suas zonas de entorno (ALVES, 1990; Moura, 1999).

Apesar destas vantagens, o sistema cacau-cabruca sofreu severo declínio, no início dos anos 90, devido à contaminação pela doença vassoura-de-bruxa, resultando em uma séria ameaça ambiental e social, a partir da conseqüente pressão pela introdução de novos cultivos, seja em áreas de florestas ou em substituição às cabrucas. Neste contexto, o programa de extensão do IESB priorizou o incentivo ao combate à vassoura-de-bruxa, através da técnica de enxertia e manejo integrado com métodos agroecológicos; além disso tem fomentado a utilização das áreas cultivadas através da diversificação da produção, no próprio sistema agroflorestal e não em substituição a ele.

Em sua primeira experiência no mercado internacional, a CABRUCA comercializou 80 toneladas de cacau orgânico, exportado com prêmio de 500 a 800 dólares/ton. Atualmente, os principais produtos cultivados pelos cooperados da CABRUCA, com as respectivas áreas cultivadas, estimativas

de produção e produtividade, estão descritos no quadro a seguir:

<b>PRODUTO</b>	<b>Área Cultivada e certificada como Orgânica (ha)</b>	<b>Produção Kg</b>	<b>Produtividade Kg/ha</b>
Cacau em amêndoas	12.000	450.000	225
Palmito Açai	200	4.000	20
Palmito de Pupunha	50	4.200	83
Polpas de Frutas	800	200.000	250
Frutas Desidratadas	50	2.500	50

Fonte: Cooperativas Cabruca e Cooperuna, ano 2003.

## **A produção orgânica e as oportunidades para a Região Cacaueira da Bahia**

O diferencial da produção orgânica está na oferta de produtos saudáveis (livre de agrotóxicos), na possibilidade de atender mercados diferenciados (onde consumidores estão dispostos a pagar um sobre-preço como prêmio à qualidade dos produtos), nas relações justas de produção e na preservação ambiental.

O requisito para inserção nesse segmento produtivo e de mercado reside no processo de certificação que se inicia com a matrícula do grupo interessado junto a uma organização credenciada, bem como no atendimento das etapas de conversão, ora regidas pelas diretrizes de certificação internacional. Segundo padrões internacionais, a concessão do selo orgânico pode levar de 1 a 4 anos, dependendo da cultura e do histórico das áreas.

A Região Cacaueira da Bahia apresenta um contexto bastante favorável para a consolidação de um pólo de Agricultura Orgânica Agroflorestal, considerando os aspectos da conservação da biodiversidade e produção familiar, como pode ser observado nos diversos aspectos abaixo enumerados:

1. A meso-região cacauceira, com 51 municípios, concentra mais de 80% da produção de cacau do estado e da sua área cultivada, cerca de 350 mil hectares, 70% estão implantadas sob mata raleada (cabruca), conforme CEPLAC/CENEX (1999);
2. Do número de imóveis existentes, cerca de 90% possuem áreas inferiores a 100ha, FIBGE – Censo Agropecuário (95/96). A pequena produção familiar, que instalou seus cultivos originais pelo sistema cabruca, pouco se beneficiou do crédito agrícola e, portanto, não fez aplicação sistemática dos pacotes agroquímicos;
3. Regra geral, a partir de 1984, quando se deu a restrição aos financiamentos para o cacau, houve uma redução na aplicação de agrotóxicos. Além disso, dentre os diversos aspectos negativos apresentados pela enfermidade vassoura-de-bruxa, a baixa eficiência comercial de agentes químicos para o seu controle revela-se como positivo, desmotivando a aplicação de pesticidas e estimulando as pesquisas na área de controle biológico;
4. Associa-se estes elementos ao grau máximo de interesse conservacionista atribuído a este ecossistema, destacando-se os projetos: “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” e “Corredores Ecológicos” em fase de implementação;
5. Surgimento de iniciativas empresariais de grande porte, a exemplo da Barry Callebaut e da Cargill, além de outros segmentos da produção vinculados aos programas de reforma agrária na região, aumentando as possibilidades de ampliação do mercado;
6. Por fim, a existência de cerca de 34 (trinta e quatro) propriedades certificadas pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento – IBD e mais 82 (oitenta e duas) em vias de certificação ainda neste ano, através das Cooperativas CABRUCO e COOPERUNA.

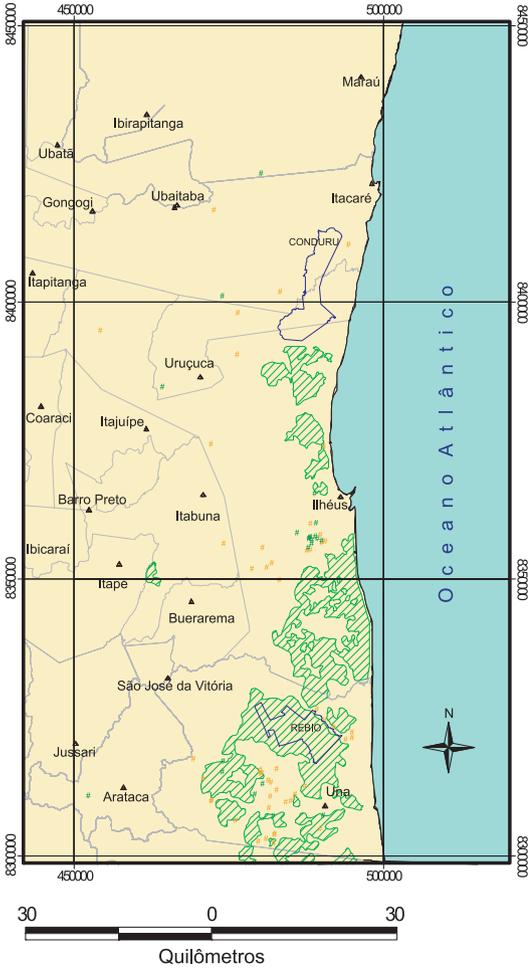
## **CONCLUSÃO**

A agricultura orgânica e agroflorestal reveste-se de importância peculiar e encontra condições promissoras para seu aperfeiçoamento na

Região Sul da Bahia. Os atributos do cacauero, ao interagir com o ecossistema Mata Atlântica e coexistir enquanto cultivo agrônomico sob a cobertura vegetal nativa, assegura condições favoráveis à implementação de sistemas sustentáveis de produção, auxiliando na implementação de corredores florestais, desde que aliado a um sistema de áreas protegidas que conserve os principais remanescentes de Mata Atlântica, ainda existentes nesta região, especialmente na faixa litorânea entre os rios Jiquiriçá e Jequitinhonha.

As ações piloto aqui descritas, além daquelas desenvolvidas pelas diversas organizações atuantes no Sul da Bahia, especialmente nos últimos seis anos, podem orientar o desenho de políticas públicas com vistas à implementação de um Pólo de Agricultura Orgânica Agroflorestal, voltado para geração de emprego e renda, conservação da biodiversidade e fortalecimento da agricultura familiar, incluindo elementos do agronegócio, a partir do beneficiamento do cacau, produção de chocolate e outros produtos, com vistas ao atendimento do crescente mercado solidário (*fair trade*) e conservacionista (*biodiversity friendly*).

# Cacau Orgânico Bahia - Brasil



**Legenda**

**Produtores**

- # Orgânicos
- # Em conversão

**Florestas**

- [Hatched Green Box]
- [Red X]

— Divisão Municipal



**IESB** Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia



Com apoio



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. C. *The role of cacao plantation in the conservation of the Atlantic Forest of Southern Bahia, Brazil*. University of Flórida. Master Thesis. Gainesville, 1990.

ABREU JUNIOR, H. Práticas agroecológicas de controle fitossanitário. In: A AGROECOLOGIA EM PERSPECTIVA (3ª Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica). Anais... 14 a 17 de outubro de 1998, Piracicaba(SP). p. 58-62.

ARAÚJO, Q. R. *Solos de tabuleiros costeiros e qualidade de vida das populações*. Ilhéus : Editus, 2000, 97p.

BANCO DO NORDESTE. *Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas*. Fortaleza : Banco do Nordeste, 1999, 297 p.

IESB/CABRUCA – Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia. *Cartilha dos Produtores Orgânicos*, 2003(no prelo).

CEPLAC/PMI. *Zoneamento Agroecológico do Município de Ilhéus*. Ilhéus : CEPLAC, 1998, 24p.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC. *Manual do Extensionista*. Ilhéus : CENEX, 1999.

COMISSÃO ESTADUAL DE FERTILIDADE DO SOLO. *Manual de adubação e calagem para o Estado da Bahia*. 2. ed. Salvador : Ceplac/Emater/Embrapa/Epaba/Nitrofertel, 1989, 173 p.

FRANCISCO NETO, J. *Manual de Horticultura Ecológica: guia de auto-suficiência em pequenos espaços*. São Paulo : Nobel, 1995, 141 p.

GRAVENA, S. Manejo ecológico de pragas. In: A AGROECOLOGIA EM PERSPECTIVA (3ª Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica). Anais... 14 a 17 de outubro de 1998, Piracicaba-SP. p. 63 – 66.

INSTITUTO BIODINÂMICO DE DESENVOLVIMENTO – IBD. *Diretrizes para certificação de propriedade orgânica*, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Agricultura Sustentável: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília : MMA, 2000, 189 p. (Edições Ibama).

MOURA, R. T. *Análise comparativa da estrutura da comunidade de pequenos mamíferos em remanescentes de Mata Atlântica e Cabruças, no Sul da Bahia*. UFMG, 1999, (dissertação de mestrado).

PINHEIRO, S. et al. *Agricultura Ecológica e a Máfia dos Agrotóxicos no Brasil*. Porto Alegre : Edição dos Autores, 1993, 355 p.

PINHEIRO, S. *Cartilha dos Agrotóxicos*. Canoas : E. P. La Salle GRÁFICA – EDITORA, 1999, 65 p. (Fundação Juquira Candiru).

## **PARTE 3**

---

Consolidação da Agricultura Orgânica

# O ALIMENTO ORGÂNICO COMO UMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO E SUA PERSPECTIVA DE MERCADO

---

Roberis Ribeiro da Silva\*

## 1 Novos paradigmas

A preocupação com qualidade de vida vem motivando e mudando os referenciais dos consumidores modernos quanto à preocupação com a saúde, a preservação ambiental e a sustentabilidade socioeconômica do negócio agrícola. Esses novos paradigmas vêm promovendo o alimento orgânico como fonte geradora de emprego e renda para a pequena produção agrícola e, por outro lado, cada vez mais a sociedade toma conhecimento das conseqüências indesejáveis causadas pela adoção do modelo agroquímico de se produzir alimentos.

Essas conseqüências se refletem nas formas econômica, ecológica e social. Economicamente elas se manifestam direta e indiretamente; o reflexo direto aparece à medida que a taxa de remuneração do agricultor cai a níveis inaceitáveis, devido à grande necessidade de investimento para satisfazer às exigências desse modelo, aumentando de forma absurda o custo de produção. Já o reflexo indireto se manifesta em função do custo das externalidades causadas por esse modelo e é sentida por toda a sociedade. Um exemplo dessas externalidades seria o montante gasto nos tratamentos com casos de envenenamento, tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores e, também, do meio ambiente (Wimpenny, 1993). Segundo Lavorenti (2000), as conseqüências sociais se manifestam principalmente pelo fato de que o padrão adotado como modelo exclui uma

---

\* Médico Veterinário, pós-graduado em Agribusiness pelo PENZA/USP e PEASA/UFPB, coordenador da área de agronegócios do CETEAD.

massa imensa de agricultores que, não tendo os recursos necessários em capital para se enquadrar dentro do sistema intensivo, é expulso de suas propriedades, indo engrossar um contingente de desempregados nas cidades.

Com os recentes casos da vaca louca na Europa, casos de dioxina, de salmonela e de aftosa, os consumidores do Reino Unido parecem ter tomado a decisão de ser mais cuidadosos na hora de comprar alimentos e, ao que tudo indica, a solução encontrada foi optar por produtos orgânicos. De acordo com a Soil Association, entidade responsável por fiscalizar as fazendas orgânicas, durante o ano 2000 aproximadamente 65% das famílias britânicas compraram pelo menos um alimento orgânico, contra 37,2% em 1998. Isto significa que 6,6 milhões de novas famílias decidiram experimentar produtos sem agrotóxicos (Gazeta Mercantil, 11/05/01).

## **2 Mercado mundial**

Estima-se que neste ano de 2002 esse mercado movimentará cerca de US\$ 23,5 bilhões, sendo que a Europa movimentará US\$ 10,5 bilhões, os Estados Unidos US\$ 10 bilhões, o Japão US\$ 2 bilhões e o resto do mundo US\$ 1 bilhão, com crescimento médio anual da ordem de 20%. O governo sueco pretende tornar o consumo orgânico em aproximadamente 70% do consumo de alimentos em 2005. As áreas cultivadas são: Áustria, 10,1%; Suíça, 7,3%; Finlândia, de 5,9%; Suécia, 3,7%; Itália, 3,2% e Alemanha, 2,4% (dados de 1998/99).

Segundo dados divulgados pela Biofoodnet, o informe eletrônico sobre o mercado internacional de produtos orgânicos, com base em dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a venda desses produtos cresceu 20% em 1998 (US\$ 4,2 bilhões em 1997), naquele país deve passar de US\$ 10 bilhões no ano 2000, com destaque para salgadinhos e doces, que cresceram perto de 100% (Gazeta Mercantil, 28/06/1999). A Inglaterra pretende não só aumentar em 30% as áreas cultivadas com produtos orgânicos do total cultivado no país, como também ampliar para 20% a quantidade de

alimentos orgânicos consumidos no Reino Unido, e tudo isto via parlamento britânico.

O açúcar orgânico, produzido a partir de cana-de-açúcar cultivada sem agrotóxicos, vem sendo bastante aceito na Europa, onde o mercado de produtos orgânicos está crescendo 22% ao ano. De acordo com o diretor comercial da Univalem, Diogo Hashimoto, o recente problema da contaminação de alimentos por dioxina – uma substância cancerígena – na Bélgica, impulsionou as vendas dos orgânicos. A empresa já exportou mais de 4 mil toneladas para a Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Suíça, Holanda, a um preço FOB de Santos-SP, de U\$ 480 por tonelada. As perspectivas são de que este volume deve subir para 8 mil toneladas em um ano, atingindo 20 mil toneladas a médio prazo. O principal destino é a indústria de alimentos, particularmente de bolos, biscoitos e doces (Gazeta Mercantil, 24/09/1999).

O café orgânico é outro produto brasileiro que vem gerando renda de aproximadamente 2,5 milhões de dólares exportados (observe na tabela abaixo o crescimento do café orgânico produzido e exportado). Outro produto bastante significativo é a soja e seus derivados que também já renderam ao Brasil cerca de 25 milhões de dólares.

CAFÉ ORGÂNICO (em mil sacas de 60 kg)

<b>Safra</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>
1998/99	23,0	22,7
1999/00	40,0	39,4
2000/01*	60,0	58,8

Fonte: Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (Acob)

\*Previsão

Diante deste cenário internacional, observa-se que este é um nicho de mercado bastante promissor e não um modismo como acreditam alguns pessimistas de plantão, até porque esse é um produto diferenciado e segmentado ao nível do mercado consumidor e que, portanto, tem que atender a essas demandas.

### 3 Mercado interno

Os produtos agrícolas orgânicos conquistam seu espaço no mercado interno. Pequenos agricultores que exportavam toda a produção estão, pela primeira vez, direcionando suas vendas também para dentro do país, e empresas nacionais que não operavam com orgânicos passam a incluí-los em suas pautas de trabalho. Além disso, grandes companhias, como supermercados e indústrias, vasculham o campo em busca de oferta (Gazeta Mercantil, 06/09/2000).

Segundo o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural - IBD -, uma das principais entidades de certificação das propriedades brasileiras, já existe no Brasil uma área orgânica de quase 100 mil hectares; de janeiro a agosto de 2000 o total de área certificada ou em processo de certificação saltou de 30 mil para 61 mil hectares.

Segundo pesquisa realizada na cidade de São Paulo sobre as características do padrão de consumo dos orgânicos conclui-se: o consumidor de produtos orgânicos é muito fiel na sua adesão ao produto orgânico, apesar de ser um consumidor recente, cuja reorientação no consumo iniciou-se num período inferior a sete anos. Em sua maioria, esse contingente de consumidores conheceu o produto orgânico através de amigos e, em menor parcela, quando realizava suas caminhadas ou passeios pelo parque em que se realiza a feira. Pode-se inferir que o aumento na divulgação da agricultura orgânica poderá aumentar o número de consumidores. Finalmente, chama atenção o fato de que a preocupação desses consumidores limita-se quase tão somente a seu interesse para com sua saúde e a de sua família, não demonstrando preocupação maior com a dimensão ambiental da agricultura orgânica. Além disso, a pesquisa revelou que esse consumidor, diferentemente do que se poderia esperar, desconhece não só os fundamentos da agricultura orgânica, sua preocupação com a sustentabilidade ecológica e ambiental, mas também é desinformado quantos aos aspectos gerais desse tipo de agricultura. Eis um campo a ser trabalhado pela educação ambiental (Cerveira, e outros, 1998).

Devido à falta de espaço nas gôndolas dos supermercados brasileiros

e também à de produtos com selo de certificação orgânica é que proliferam as feiras especializadas pelo Brasil, que movimentam cerca de R\$ 1 milhão por ano, segundo dados da Gazeta Mercantil.

O perfil socioeconômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo, segundo pesquisa realizada por Cerveira e outros, 1998, é o seguinte:

1. Esse consumidor é um profissional liberal, geralmente do sexo feminino;
2. Nasceu na zona urbana e, em sua maioria, em cidades médias e de grandes porte, sendo pessoas de meia idade, situando-se numa ampla faixa entre 31 e 50 anos;
3. É predominantemente casado;
4. Participa de ONGs ou outra organização da sociedade civil em percentual muito reduzido;
5. Apresenta nível de instrução elevado, tendo em sua maioria cursado o ensino superior;
6. Em termos de renda individual per capita e renda familiar per capita são indivíduos integrantes da classe média;
7. Assim, tanto em termos de renda como em termos de educação, os dados não deixam dúvida de que esse contingente de consumidores é uma elite intelectual e econômica; e
8. Finalmente, chega-se à conclusão de que os consumidores de produtos orgânicos caracterizam-se por cultivar um hábito de consumo diversificado, sendo que parte importante deles mantém-se fiel ao consumo de carne vermelha.

É importante ressaltar que o mercado interno pode alavancar o agronegócio familiar e consolidá-lo, na medida em que ganha economia de escala através do associativismo e do cooperativismo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o mercado de produtos orgânicos ser considerado por alguns um modismo, a realidade nos mostra um universo diferente, visto que esse mercado movimentava 25 bilhões de dólares ao ano e com crescimento da ordem 20 a 30% a nível mundial.

No ano de 1999, movimentou no país cerca de 150 milhões de dólares. É preciso aumentar e diversificar a oferta de produtos orgânicos nos pontos de vendas.

Na agricultura familiar é preciso diversificar, e a produção orgânica viabiliza essa oportunidade ao pequeno produtor. Essa atividade agrícola é diferenciada e segmentada, tornando-se, assim, um nicho de mercado em franca expansão e com uma agregação de renda à pequena agricultura familiar maior que na atividade agrícola convencional.

É importante que existam, a nível estadual, instituições que regulamentem a atividade de produção e comercialização dos produtos orgânicos e que, ao mesmo tempo, encorajem a existência de certificadoras.

Os padrões estabelecidos pela International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam) servem de base para a definição de padrões orgânicos; entretanto, é importante que as instituições brasileiras viabilizem o processo de regulamentação dentro de um contexto nacional, desde que mantenham os padrões éticos do movimento orgânico e fortaleçam a confiança do consumidor no produto, além de encorajar e apoiar os verdadeiros produtores orgânicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZYLBERSZTAIN, D & NEVES, M.F. (org.). *Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares*. Pioneira, 2000, 428 p.

WINPENNY, J. T. *Values for the environment: a guide to economic appraisal*. London : HMSO, 1993, 277 p.

LAVORENTI, A. N. & LUIIZ, A. C. *Sistemas de produção alternativos para a cultura da cenoura*. 2000, p. 31-34 (Boletim Técnico do IBD 83).

ACOB News, *Boletim Informativo da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil* – ACOB, diversos. São Paulo – Brasil.

THEODORO, V. C. de A. & CAIXETA, I. F. *Boletim técnico de café orgânico*. 1. ed. Lavras-MG : UFLA/Faepe, 1999, 69 p.

Páginas da Internet:

<http://www.megaagro.com.br>

<http://www.agrosite.com.br>

# AGROECOLOGIA: NOVA FORMA DE ANÁLISE NO RESGATE DA DIVERSIDADE

---

Mariella Camardelli Uzêda\*

As atividades humanas têm afetado dramaticamente a biodiversidade. Muitos são os artigos e programas de pesquisa que tratam do tema, atribuindo à agricultura convencional grande parte desse ônus, uma vez que dela têm resultado diversas seqüelas sociais e ambientais, aliadas a uma forte crise econômica.

Analisar o problema atribuindo apenas às técnicas desenvolvidas à luz do reducionismo todo o mérito do processo de perda de espécies pelo qual passa o Planeta, significa esquecer a anulação a que foi submetido o produtor e acreditar que a simples troca das técnicas utilizadas – neste caso técnicas convencionais por técnicas orgânicas ou ecológicas – resolveria o problema. Reflete-se neste pensamento o mesmo reducionismo anterior, responsável pelo atrelamento do agricultor a práticas insumistas que não só causaram impactos ambientais como excluíram muitos do mercado em virtude dos preços proibitivos.

A visão de um mundo fragmentado é um procedimento oriundo da grande revolução científica do século XVII que o elegeu como fundamental na pesquisa das ciências exatas e naturais. O procedimento consiste em: observar o fenômeno, depois abstraí-lo, ou seja, isolá-lo e, posteriormente, proceder com ele uma experimentação. Esse método generalizou-se e passou a ser o modo de trabalhar predominante, criando muralhas que os

---

\* Eng. Agrônoma. PhD em Manejo de Recursos Naturais/Agroecologia; Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA/ UESC), Pesquisadora do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Educação Superior UNYAHNA. Atualmente é Pesquisadora Visitante no Centro Nacional de Pesquisa em Solos da Embrapa/Solos. E-mail: mariella@cnpns.embrapa.br

separam dos fatores perturbadores do conjunto da totalidade social e, depois, transformou a observação em elementos quantitativos e matemáticos (Almeida, 1996), atribuindo, portanto, um caráter pejorativo à informação qualitativa.

Segundo Bos (1990), o homem, como ser pensante, sensível e atuante foi desconsiderado como conhecedor, pois seu raciocínio só pode ser empregado desde que os resultados possam ser expressos em fórmulas matemáticas. Portanto, esse mesmo método exilou a sistemática de análise e a cultura popular, deixando ao produtor apenas a alternativa de reconhecer a inadequação de suas técnicas, uma vez que os critérios utilizados para a análise dos métodos adotados passaram a se relacionar apenas à eficiência produtiva.

De acordo com Barbosa (1995), o capitalismo industrial acabou por reforçar a divisão entre as duas grandes esferas da vida - a produção e a reprodução, criando as figuras daqueles que analisam, concluem e produzem e, na outra ponta do sistema produtivo, aqueles que apenas reproduzem as técnicas elaboradas. Ressalta ainda que sob a égide desse modelo, os papéis sociais sobrepujaram as funções naturais e a produção de bens sobrepujou a reprodução da vida. A supervalorização da produção de bens levou a celebrar como superiores os valores a ela relacionados: a conquista, a competitividade, a agressividade. E, ao mesmo tempo, desvalorizou a reprodução da vida e dos conhecimentos a ela ligados, cujos valores se associam a outro conceito de bem estar.

De acordo com Pinheiro (2000), a visão sistêmica foi inicialmente aplicada à agricultura como solução para os problemas ambientais causados pelas tecnologias ambientalmente inadequadas da revolução verde. De acordo com o referido autor, ainda que houvesse uma nítida mudança de foco de estudo, de apenas um componente do sistema (visão disciplinar, reducionismo) para o sistema (ou sub-sistema) produtivo, o objetivo principal continuaria sendo o controle das entradas e saídas.

Nesse tipo de sistema, chamado internacionalmente de *hard-systems*, o técnico de fora busca analisar o sistema, controla suas entradas visando maximizar suas saídas. Majoritariamente utilizados em modelos conhecidos como *cropping systems research* e *farm-back-to-farm*, descritos

por Chambers et al. 1989 (*In Pinheiro, op cit.*), eles amenizam as limitações de modelos de ensino, pesquisa e extensão, adquirindo alguma importância para os pequenos produtores.

Esta forma de análise do sistema agrícola tem sido amplamente aceita e adotada pela agricultura ecológica de mercado, caracterizada por Canuto (2004, capítulo 2) como capaz de incorporar, de um modo mais acentuado, porém limitado, a dimensão ambiental a uma diversificação e gestão ecológica intermediárias, suficientes para atender às normas técnicas exigidas para a obtenção de produtos limpos, certificados, para mercados especiais.

Estudos indicam que o resultado da adoção das técnicas oriundas de processos de análise *hard-systems*, voltados para a agricultura orgânica mercadológica, não apresenta diferenças significativas quando comparadas às análises reducionistas e disciplinares, visto que a participação do produtor continua limitada em termos de divisão de poder e responsabilidades. Em suma, o produtor segue como reprodutor da tecnologia, impossibilitado de adotar uma atitude autônoma ou pró-ativa.

## **A sgricultura orgânica e o mercado**

No Brasil, recentemente, as vantagens encontradas no mercado de produtos orgânicos têm sido a grande mola propulsora de aumento do número de propriedades que se submetem às normas de conversão, adotando técnicas orgânicas de cultivo. O sobre-preço pago no mercado orgânico tem sido atrativo principal utilizado como forte argumento para o convencimento de agricultores e técnicos das vantagens da adoção da agricultura orgânica e da certificação como condição para o alcance desse propagandeado mercado.

A evolução da superfície agrícola orgânica na União Européia cresce a uma taxa anual de 38%, estando atualmente com cerca de 5 milhões de hectares. Na mesma proporção crescem os valores movimentados, chegando a cerca de 5 bilhões de dólares em 1998. No Brasil, os números ainda são pouco expressivos, 200 milhões de dólares, mas as taxas de crescimento anual de projetos certificados ultrapassam 50%, segundo dados fornecidos pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD).

Esse argumento, entretanto, tem sido muito questionado por sua inconsistência econômica, assim como por não resgatar premissas de grande importância como o protagonismo dos agricultores na organização do seu processo produtivo, a adoção de tecnologias passíveis de socialização, entre outras que nem sempre são priorizadas no estabelecimento de regras para a certificação.

Meirelles (1999) delinea o cenário da realidade dos orgânicos para os EUA e Alemanha através de dados publicados pela revista Biofair-98 (edição de 14 de janeiro de 1998, artigo intitulado “El milagro económico Ecológico”): nos EUA, no ano de 1997, o mercado de orgânicos alcançou um volume de vendas de 4,2 bilhões de dólares, equivalentes a 2,5% do mercado nacional de alimentos. Na Alemanha, primeiro país do mundo a criar um mercado diferenciado para “produtos limpos”, o mercado, nesse mesmo ano, foi de 2,5 bilhões de dólares, equivalentes a 1,5% do mercado de alimentos.

Tem havido, entretanto, um exagerado otimismo quanto às estimativas de crescimento desse mercado. Tomando como exemplo o mercado da Alemanha, as projeções feitas em 1990 estimavam para o ano 2000 uma fatia de 10% do mercado para os produtos orgânicos. Ainda que tenha atingido boas taxas de crescimento, conforme apresentado anteriormente, o percentual do mercado atualmente ocupado pelos orgânicos segue bastante distante do projetado.

As justificativas para a redução das taxas de crescimento estão fundamentadas principalmente em torno do preço final e conseqüentemente do perfil do seu consumidor. Meirelles (1999) menciona que é comum, atualmente, encontrar produtos orgânicos com um sobrepreço que varia de 20 a 150% em relação ao similar convencional, o que remunera o produtor com 10 a 50% mais por sua produção.

O público que consome produtos orgânicos pode ser, hoje, dividido basicamente em dois perfis. O primeiro composto por intelectuais bem informados que fazem uma opção “política”, em busca de um planeta mais equitativo social e ambientalmente, esperando colaborar com esse processo através do mercado. O segundo, por pessoas preocupadas com a saúde e que percebem uma correlação entre esta e a alimentação. Um estudo de

Rodale, feito em 1994, constata que 87% dos consumidores estariam dispostos a comprar produtos orgânicos, desde que com preços iguais aos produtos convencionais. Com um sobrepreço muitas vezes superior a 50%, o propalado potencial não se materializa, havendo, portanto, uma real preocupação com a estagnação do mercado consumidor (Meirelles, 1999).

Muitos são os autores que apontam para a importância da verticalização da agricultura orgânica, como forma de escapar das mazelas do mercado.

Alger (1995) chamou a atenção para o fato de que o mercado não é capaz de proteger todos os valores que devem ser compartilhados pela sociedade, sendo, portanto, imprescindível a criação de políticas e a manutenção de uma atitude crítica no sentido de adotar estratégias adequadas de análise que permitam a inserção do produtor, não só no mercado, mas também na produção do conhecimento.

## **A concepção agroecológica dos sistemas produtivos**

A perspectiva produtivista, estimulada pela agricultura ecológica de mercado, reforça a visão utilitarista que considera as pessoas inseridas nos sistemas agrícolas como mão-de-obra ou componentes menos importantes no funcionamento ou desenvolvimento desses sistemas.

Pinheiro (2000) aponta como vertente contrapositiva a concepção *soft-systems*, que desloca o foco de análise dos objetos (característica dos *hard-systems*) para as relações que caracterizam os sistemas vivos, incluindo os seres humanos e as interações desses sistemas com o meio ambiente. Esse tipo de sistema não é concretamente estruturado e, portanto, não existe consenso sobre o seu comportamento. O autor afirma que qualquer situação complexa envolvendo seres vivos e, sobretudo, humanos, seria tipicamente denominado de *soft-systems*.

Os objetivos desse sistema não estão fundamentados no controle dos resultados (visão dos *hard-systems*); pretende, por outro lado, entender as relações e interagir, adotando uma visão construtivista que reconhece que os sistemas interagem com outros sistemas e com o meio

externo, sofrendo diferentes estímulos, que produzem respostas variadas a depender da sua estrutura interna.

Um processo de capacitação dentro da visão construtivista aceita técnicos e produtores como atores atuantes no processo de elaboração de resultados que, segundo Pinheiro (2000), não são predeterminados. Esse tipo de visão resgata no produtor o seu papel de construtor da realidade e restabelece os valores locais de bem estar como elemento de importância no processo produtivo.

A versatilidade desse tipo de abordagem permite a adoção de distintas metodologias de ação, a elaboração de distintos sistemas produtivos e práticas de cultivo, estimulando o exercício da diversidade cultural e beneficiando a diversidade de espécies.

## **A realidade da Região Sul da Bahia**

Nas Regiões Sul e Baixo Sul do Estado da Bahia, a ameaça à biodiversidade está associada à inexistência de alternativas econômicas e ambientais viáveis voltadas para o produtor, o qual, ao longo do tempo, perdeu seu referencial cultural e absorveu os conceitos e tecnologias adotados pela agricultura convencional.

Apesar dos esforços de vários programas de apoio à agricultura familiar que visavam à elaboração de planos de desenvolvimento e projetos com utilização de metodologias participativas, os avanços na implantação de sistemas de produção sustentáveis economicamente, socialmente e ecologicamente têm sido pouco significativos.

A adição da dimensão mercadológica à agricultura familiar através da certificação tem ocorrido através de experiências de produção orgânica na região, algumas delas tendo como alvo o mercado externo, outras, mais voltadas à autonomia produtiva, buscam a segurança alimentar e o mercado interno. Os resultados preliminares vêm provocando grande repercussão, e os pequenos produtores organizados em associações, aliados a diversas entidades, iniciaram ações de apoio à certificação das áreas acompanhadas, visando ao incremento dos preços dos produtos comercializados.

Algumas organizações estão desenvolvendo ações de formação de produtores com o objetivo de aperfeiçoar e/ou acelerar a implementação de sistemas sustentáveis de produção e inserção de seus produtos no mercado.

Em função da difícil situação em que se encontra a agricultura da região, muitos foram os produtores que foram atraídos pelo sobre-preço que substituiria a larga margem de lucro proporcionada pelo cacau nos áureos tempos.

Na busca da consolidação de alternativas de exploração agropecuária economicamente aceitas pelo mercado, surgiram diversas organizações não governamentais desenvolvendo atividades com as comunidades, objetivando o desenvolvimento de modelos que permitam o alcance da certificação. Entretanto, as iniciativas adotadas nem sempre vislumbram outras necessidades, como a agregação de valor via beneficiamento da produção para alcance de uma maior resiliência econômica e autonomia do produtor.

A euforia de alguns ao ver se estabelecer, vitoriosa, a “agricultura alternativa” através das vias do mercado que a negaram durante tanto tempo, por vezes não permite uma análise mais crítica do que se vem construindo nesse processo de aceitação da agricultura orgânica certificada como “a alternativa viável” para a região. Alger (1995) salienta, em seu trabalho sobre as simbologias políticas, que a agricultura orgânica na região é um poderoso símbolo, não por suas vitoriosas experiências, mas por significarem o compromisso das entidades de assistência com o pequeno produtor e, portanto, um “consolo”.

Torna-se importante estimular vias de estabelecimento da agricultura orgânica na região que possibilitem uma atitude co-responsável por parte dos produtores. O estímulo à consolidação de simbologias que acentuem a atuação dos produtores como coadjuvantes na construção de sua realidade não atende aos interesses da agricultura familiar agroecológica.

É imprescindível na Região o exercício de uma nova ótica, fundamentada na agroecologia, tendo como base conceitos políticos, filosóficos e culturais como autonomia, cidadania e justiça social. É necessário vislumbrar formas de resgatar o conceito de capacitação, onde o produtor reabilita

as suas estratégias e competências, adquire novos conhecimentos e ferramentas para a condução do seu cotidiano de forma autônoma, tornando-se agente de todo e qualquer processo de mudança que queira realizar.

Dentro da perspectiva aqui proposta, o agricultor identifica as suas aptidões, localiza seu foco de interesse, busca informações, seleciona e adapta técnicas à sua realidade e gera novas informações que podem auxiliá-lo na gestão de sua propriedade. Sendo assim, os métodos traçados estariam em consonância com suas perspectivas de sucesso e expectativas.

Para a consolidação dessa proposta, entretanto, torna-se necessário que as instituições da região, envolvidas com ensino e pesquisa, estejam dispostas a readequar suas formas de análise, atualmente fundamentadas no objeto e no controle das entradas e saídas (*hard-systems*) e adotem métodos de análise onde a interação entre distintos sistemas seja contemplada e as respostas sejam aceitas como um reflexo dos elementos que os compõem e da interação entre eles, conferindo aderência sócio-cultural ao conhecimento produzido, reconhecendo o agricultor como protagonista dessa produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGER, K. 1995. Símbolos políticos na conservação da biodiversidade no sul da Bahia, in: *Abordagens Interdisciplinares para a conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no novo mundo*. Editores: Gustavo Fonseca, Marianne Schmink, Luiz Paulo de S. Pinto, Fausto Brito. Conservation International do Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais, University of Florida.

ALMEIDA, A. M. M. *Temas sobre o mundo rural: campo e cidade como imagens*. Rio de Janeiro : CPDA, 1996, p. 1/2 (apostila curso).

BARBOSA, W. do V. *Sobre a idéia de natureza*. 1995, (Apostila do Curso Teoria e Práxis do Meio Ambiente, ISER - RJ).

BOS, L. *Nada a ver comigo? A sociedade como reflexo do próprio interior*. Florianópolis : Associação Pedagógica Micael, 1990, 55 p.

MEIRELLES, L. *Agricultura orgânica e mercado: algumas considerações*. São Paulo : Centro Ecológico Ipê, 1999.

PINHEIRO, S. L. G. Enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, n. 2, vol. 1, 2000, EMATER/RS.



FORD FOUNDATION



**IESB** Instituto de Estudos Sócioambientais  
do Sul da Bahia

ISBN 857455079-5



9 788574 550794